

URBAN GOVERNANCE IN WAR-TORN COUNTRIES

Case study: urban governance in Damascus-Syria
before and during the conflict

AWS ALI OMRAN

Thesis submitted for partial fulfilment of the requirements for the degree of

MASTER IN SPATIAL PLANNING AND URBAN PROJECT

Orientador: Professor Doutor Paulo Santos Conceição

SETEMBRO DE 2017

MESTRADO EM PLANEAMENTO E PROJECTO URBANO 2015/2017

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA CIVIL

Tel. +351-22-508 1901

Fax +351-22-508 1446

✉ mppu@fe.up.pt

Editado por

FACULDADE DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Rua Dr. Roberto Frias

4200-465 PORTO

Portugal

Tel. +351-22-508 1400

Fax +351-22-508 1440

✉ feup@fe.up.pt

🌐 <http://www.fe.up.pt>

Reproduções parciais deste documento serão autorizadas na condição que seja mencionado o Autor e feita referência a *Mestrado Integrado em Engenharia Civil - 2015/2017 - Departamento de Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2017.*

As opiniões e informações incluídas neste documento representam unicamente o ponto de vista do respetivo Autor, não podendo o Editor aceitar qualquer responsabilidade legal ou outra em relação a erros ou omissões que possam existir.

Este documento foi produzido a partir de versão eletrónica fornecida pelo respetivo Autor.

I dedicate this work to:

My country Syria, I am sure it will come back stronger and more united than before

My parents who dedicated their lives to give me a chance to get educated,

To my professors and colleagues in the master program

For the support and the knowledge they gave me.

Aws Omran

Acknowledgment

Through my work on this research, I faced a number of difficulties. I would not be able to overcome them without the support of my family, friends, and my supervisor Prof. Paulo Santos Conceição who guided me with his expertise, knowledge, and understanding through the realization of this work. Therefore, I would like to express my gratitude and sincere thanks to all of them.

Finally, I would like to thank the “Global Platform for Syrian Students” and especially Dra. Helena Barroco and President Jorge Sampaio for believing in me and giving me the chance to attend this master program.

ABSTRACT

In the last decade, the world has witnessed an increasing number of wars and conflicts to the extent that there is no continent isolated from its consequences. Moreover, their effects have crossed the borders of countries and regions and have reached an international level, causing many social, economic, and political challenges that threaten stability and peace all over the world. This has urged many scholars in the social sciences and urban politics to pay great attention to the concept of conflict resolution in their research agendas. In a related context, cities and urban areas are naturally conflict sites, but this is usually kept under control via social, economic, and political systems. When these systems begin to collapse as a result of the outbreak of violence, the city becomes poorly managed, resulting in poverty, inequality, lack of inclusiveness, and conflicts of interests. Therefore, good urban governance holds great importance in the mitigation of conflict, enhancement of reconciliation processes, and promoting peace and stability, thus transforming the city into a well-managed place of political stability, economic prosperity, and social wellbeing. In this regard, this study addresses the dynamics of urban governance during conflict, specifically focusing on the Syrian conflict. Having started in the middle of March 2011 with civil movements towards social and political changes, in the months following, the situation quickly escalated to include almost the entire country. By the end of the summer of 2011, the disputation started to take control of the dilemma of the civil movement and transform it into armed conflict that still has command of the situation in Syria after more than six years.

For an initial overview, the research starts with exploring the urban governance concept in terms of its definitions, key actors, and the methods used to assess and measure it. The study then moves on to examine the impact of the conflict on urban governance and the main changes in its norms, as well as the roles of the key actors involved. With regard to the case study, this analysis identifies the urban governance in Syria before and during the conflict in general, and assesses the urban governance performance in Damascus through (i) the Urban Governance Index (UGI), using quantitative and qualitative data, and (ii) analyzing the roles of the key actors involved in the governance in Damascus (i.e. the state, market, and society).

The research findings indicate that the central government in Syria still controls decision-making even at the local level, despite the tendency towards administrative decentralization prior to the conflict. For Damascus, the urban governance rating based on the UGI is 0.4085. Regarding the four elements that make up the UGI, Damascus is at the top of the list for “accountability” with a rating of 0.715, and also has prevalent scores in “equity” at 0.369, “effectiveness” at 0.277, and “participation” at 0.273. The results of the analysis show that accountability takes the lead in the city’s ratings for the various elements, with participation coming in last.

Key words: Conflict, Governance, Urban Governance, Urban Governance Index, Damascus, Syria

RESUMO

Ao longo das últimas décadas, o mundo tem testemunhado um número crescente de guerras e conflitos de tal maneira que nenhum continente está isolado das suas consequências. Além disso, os seus efeitos ultrapassaram as barreiras de países e regiões e atingiram um nível internacional, causando muitos desafios a nível social, económico e político, constituindo uma ameaça à estabilidade e a paz em todo o mundo. Esta situação instou muitos académicos das ciências sociais e políticas urbanas a prestarem grande atenção ao conceito de resolução de conflitos nos seus trabalhos. Num contexto relacionado, as cidades e áreas urbanas são naturalmente locais de conflito, mas geralmente controladas através de sistemas sociais, económicos e políticos. Quando esses sistemas começam a colapsar como resultado de manifestações de violência, a cidade torna-se mal gerida, o que resulta em pobreza, desigualdade, falta de inclusão e conflitos de interesses. Assim, a boa governança urbana tem grande importância na mitigação de conflitos, no aprimoramento dos processos de reconciliação e na promoção da paz e da estabilidade, transformando, desse modo, a cidade num lugar bem gerido com estabilidade política, prosperidade económica e bem-estar social. A este respeito, este estudo aborda a dinâmica da governança urbana durante o conflito, especificamente no que se refere ao conflito na Síria. Tendo começado em meados de 2011, com movimentos civis para mudanças sociais e políticas, a situação agravou-se rapidamente e, nos meses seguintes, incluía praticamente todo o país. No final do verão de 2011, a disputa começou a assumir o controlo do dilema do movimento civil e a transformá-lo em conflito armado que ainda se mantém atualmente na Síria após mais de seis anos.

Para se ter uma perspetiva geral inicial, a pesquisa começa com a exploração do conceito de governança urbana às respetivas definições, principais agentes e quais os métodos utilizados para a avaliar e medir. O estudo passa então a examinar o impacto do conflito sobre a governança urbana e as principais mudanças relativamente às suas normas, bem como os papéis dos principais agentes envolvidos. No que diz respeito ao caso de estudo, esta análise identifica a governança urbana na Síria antes e durante o conflito em geral e avalia o desempenho da governança urbana em Damasco através (i) do Índice de Governança Urbana (IGU), usando dados quantitativos e qualitativos, e (ii) analisando os papéis dos principais agentes envolvidos na governança em Damasco (ou seja, o estado, o mercado e a sociedade). Os resultados indicam que o governo central na Síria ainda controla a tomada de decisões, mesmo a nível local, apesar da tendência para a descentralização administrativa antes do conflito. No caso de Damasco, a classificação de governança urbana com base na IGU é de 0,4085. Em relação aos quatro elementos que compõem o IGU, Damasco está no topo da lista de "responsabilização" com uma classificação de 0,715, e também tem pontuação predominante em "equidade" com 0,369, "eficácia" com 0,277 e "participação" com 0,273. Os resultados da análise mostram que a responsabilização assume preponderância nas classificações da cidade para os vários elementos, aparecendo a participação em último lugar.

Table of Contents

ABSTRACT.....	iii
RESUMO	v
1. INTRODUCTION.....	1
1.1. Context and problem	1
1.2. Research Objectives	4
1.2.1 Objectives of the Theoretical Discussion	4
1.2.2. Objectives of the Case Study.....	4
1.3 Research Methodology	4
1.4. Structure of the work	5
2. URBAN GOVERNANCE.....	7
1.1. From Government to Governance	7
1.2. Definition of Governance	8
1.3. Good Governance.....	9
1.4. Urban Governance	12
1.4.1. The rise of urban governance.....	12
1.4.2. The definition of urban governance.....	13
1.4.3. Urban Governance Actors	15
1.5. Good Urban Governance.....	21
1.5.1. Norms of Good Urban Governance.....	23
1.6. Assessment of urban governance (the Urban Governance Index)	27
1.7. Conclusion	29
2. URBAN GOVERNANCE AND CONFLICT	33
2.1. Preface.....	33
2.2. Conflict types in the urban areas	34
3.2.1. Sovereign conflict	34
3.2.2. Civil conflict	35
3.3.3. Civic conflict.....	35
2.3 The role of city during conflict	36
2.4 Local ACTORS OF Urban governance during the conflict.....	38
2.4.1. State	38
3.4.2. The Private Sector	41
3.4.3 Civil society.....	42

3.5.	Hybrid urban Governance between local and international.....	44
4.5.1.	Governance from the top.....	45
4.5.2.	Governance within	46
4.5.3.	Hybrid Governance.....	46
4.6.	Conclusion	48
5.	GOVERNANCE IN SYRIA BEFORE AND DURING THE CONFLICT.....	49
3.	4.1. Governance before conflict.....	49
4.1.1.	The state.....	49
4.1.2.	The Market	54
4.1.3.	Civil society.....	57
4.2.	Governance during Syrian Conflict.....	59
4.2.1.	State Failure	59
4.2.2.	Conflict Economy.....	60
4.2.3.	Conflict Society.....	62
4.3.	Governance in Syria between the International and the Local actors.....	64
4.3.1.	International Governance	65
4.3.2.	Local – International Hybrid Governance.....	67
4.4.	Conclusion	70
5.	ASSESSMENT OF URBAN GOVERNANCE IN DAMASCUS DURING THE CONFLICT	
	73	
5.2.	Urban governance assessment in Damascus through (UN-UGI)	74
5.2.1.	Evaluation approach and data collection.....	74
5.2.3.	Urban Governance Index calculation	92
5.3.	Urban governance actors in Damascus.....	96
5.3.1.	State authorities of urban development.....	96
5.3.2.	Damascus economy.....	103
5.3.3.	Damascus civil society	104
5.4.	Conclusion	106
6.	CONCLUSION.....	109
6.1.	Main conclusion	109
6.2.	Future studies.....	113
	References	115

INDEX OF FIGURES

Figure 1: comparison between "government" and "governance"	8
Figure 2: 8 principles of good governance and intersections with the WB and IMF perception	11
Figure 3: Main actors in good urban governance.....	16
Figure 4: Urban Actors according to Economic and Social Commission for Asia and the Pacific.....	21
Figure 5: the Urban Governance Index Framework.....	29
Figure 6: Conflict society organizations (CoSOs)	43
Figure 7: Hybrid Governance during conflict.....	47
Figure 8: Syria and its governorates.	50
Figure 9: the national government structure with the urban planning institutions.....	52
Figure 10: UN criticism of Syrian government hierarchy.....	53
Figure 11: the main historical dates until the beginning of the Syrian conflict	54
Figure 12: Urban Governance Index in Damascus.....	96
Figure 13: The governmental hierarchy, highlighting bodies related to urban development decision-making.....	97
Figure 14: The organizational structure of local administration Source	98
Figure 15: The organisational structure of the Governorate of Damascus focussing on urban development related responsible departments.	100
Figure 16: Urban development decision making process	102

INDEX OF TABLES

Table 1: Forms of conflicts, their characteristics, and relationship with cities	37
Table 2: Selected indicators for the two alternatives	74
Table 3: Suggested investigational formulae for the Urban Governance Index, Alternative ..	75
Table 4: Local government revenue per capita	76
Table 5: Ratio of actual recurrent and capital budget.....	77
Table 6: Local government revenue transfers	78
Table 7: Ratio of mandated to actual tax collection	78
Table 8: Predictability of transfers in local government budget.....	79
Table 9: Published performance delivery standards.....	79
Table 10: Consumer Satisfaction Survey	80
Table 11: Existence of a vision statement.....	80
Table 12: Citizens' Charter: right of access to basic services	81
Table 13: Women councilors	82
Table 14: Pro-poor pricing policies for water.....	83
Table 15: Incentives for informal businesses.....	83
Table 16: Elected Council	84
Table 17: Selection of Mayor	84
Table 18: Voter turnout.....	85
Table 19: Public forum.....	86
Table 20: Civic Associations per 10,000 population	86
Table 21: Formal Publication of contracts/tenders, budgets & accounts.....	87
Table 22: Control by higher levels of Government	89
Table 23: Codes of conduct.....	90
Table 24: Facility for citizen complaints.....	90
Table 25: Anti-corruption Commission	91
Table 26: Disclosure of income/ assets	92
Table 27: Independent audit.....	92
Table 28: Effectiveness sub-index.....	93
Table 29: Equity sub-index.....	93
Table 30: Participation sub-index.....	94
Table 31: Accountability sub-index.....	94

1

INTRODUCTION

1.1. CONTEXT AND PROBLEM

Since the end of the Cold War, the international arena has witnessed a remarkable decline in the number of wars, with 23 conflicts estimated at the end of 2006 (Harbom & Wallensteen, 2007). The discourse on the characteristics of wars varied between scholars; some of them pointed out that the notion of "new war" refer to the recent wars that occur as a result of multiple factors for different purposes and are funded by different parties within and beyond the state borders, while the old war was limited to the conflict between states in order to achieve specific political agendas (Kaldor, 1999) (Münkler, 2005). However, others preferred to address the differences between these wars because each of them has its conditions and factors that must be taken into consideration in dealing with (Luckham, 2004).

In the last decade, the positive decline in the enumeration of wars began to change with a number of conflicts that were taking place around the world. Many countries have been affected by these conflicts to the extent that no continent has been isolated from their consequences at multiple levels. Furthermore, the nature of the recent conflicts has been changed into prolonged crises that do not stop at a certain point, because the roots of the problems that caused the conflict in most cases have not been resolved. In addition, there is a complete ignorance of the rules and conventions of war that have been agreed on by the international community, so there are no targets excluded from destruction including hospitals, schools, civilians and historical and archaeological sites...etc. However, nowadays, most of the conflicts

occur in places that already have different challenges such as development, exclusion, poverty, climate change...etc., within and outside the city or country. Subsequently, this combination between conflict and those challenges make the war- torn context fairly complex (Suri, 2009), and in need to be addressed with taking into account the severe destruction of the physical environment, human and social capital, institutional capacity, governance and relationship between different parties (Barakat, 2005a). In talking about conflicts, there is a necessity for more realistic thinking about different issues and challenges, as these challenges define priorities and strategies for peace-building and reconciliation during and after conflict.

In this regard, the absence of governance, the collapse of institutional capacity, the divisions between people according to their political, religious and ethnic affiliations that affect their participation in the decision-making, and conflicting interests of actors who have different views in need to convergence. All these challenges that face the city during the conflict and beyond, require a set of instruments and mechanisms that coordinate the city's response to conflict through capacity-building and restructuring of state institutions, as well as resolving conflicts between divergent interests and fostering the participation process among different state and non- state actors, with a focus on involving the civil society. Consequently, everybody achieves his interests within a strategic framework that meets the requirements and objectives of the peace building process. Hence, this study seeks to explore the Good Urban Governance as a fundamental factor in conflict mitigation, state-building and reconciliation. Whereas, with the framework of good urban governance, decision-making is the result of an interactive process between different players with a focus on the pivotal role of citizens in this process. Moreover, it plays outstanding role in reinforcing inclusiveness, equity, and social justice as well as resolve conflicts between different interests. In other word, urban governance is not only the management of urban areas but it also dealing with the ability of those areas to cope with the changes and issues that take place within and outside the city (Mathur, 1999).

In very recent time, the debate on conflicts and urban governance, has emerged conspicuously in the agendas of many international platforms which are concerned with sustainable development and humanitarian issues (SDGs) Sustainable Development Goals which were presented under the title “*Transforming Our World - the 2030 Agenda for Sustainable Development*”. The term SDGs was adopted in 2015, including 17 goals. The 16th goal focuses on “*promoting peaceful and inclusive societies, providing access to justice and building effective, accountable and inclusive institutions.*” (United Nations, 2016).The Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030 has set four priorities of actions; the second priority has addressed the disaster risk in different levels of governance and emphasized collaborative decision making and partnership (UNISDR, 2015). Habitat III conference on Housing and Sustainable Urban Development, which was held in Quito, Ecuador, from 17 – 20 October 2016 was the first UN summit after fostering Post-2015 Development agenda. During the

conference, urban governance was one of the challenges brought to the table and discussed intensively. World Bank stated in its report (World Development Report 2017: Governance and the Law): "*Violent conflict is the result of three types of breakdowns in governance: the unconstrained power of individuals, groups, and governments; failed agreements between participants in the bargaining arena; or the exclusion of relevant individuals and groups from this arena*" (World Bank, 2017). However, while the importance of conflict and urban governance issues are recognized in the contemporary research agenda, the link between these two topics is still weak in research literature and needs to be adequately addressed.

Early in 2011, Syrian crises began and was gradually followed by radical changes in the political, economic and social levels. Later, it has escalated dramatically and turned into a political-military conflict which naturally led to an economic recession and then to a rapid socio-economic deterioration. Most of Syrian cities have been subjected to indiscriminate destruction and became a battlefield for many conflicting parties. Subsequently, this has led to the collapse of institutional capacities and the decline of the State role in those cities which already suffer from fragility. Moreover, this decline has resulted in a governance gap that accompanied with anti-government institutions and actors attempting to fill the vacuum as a form of sovereignty. On the other hand, the rest of the cities that have not suffered from physical warfare became a haven for displaced people who have fled from the massive devastation of their cities. Host cities are fragile as well, and lacking in resilience, thus they are unable to respond effectively to this extreme situation. Those radical changes, have brought up tragic consequences which have been reflected in increased pressure on institutions and emerging of a socio-economic crisis. In this regard, this study explores the urban governance reality in Syria, and identify its key actors of action (the state-market-civil society), currently and before the conflict. In addition to the assessment of urban governance performance in the capital city Damascus using the Urban Governance Index (UGI) and analyzing the changing role of key actors during the conflict.

1.2. RESEARCH OBJECTIVES

The **main objective** of the study is to find out the mechanisms of urban governance during the conflict in terms of its performance and the changing role of key actors of action.

1.2.1. OBJECTIVES OF THE THEORETICAL DISCUSSION

- To shed light on the urban governance concept and its implication in the literature and the international development context.
- To identify the norms and indicators of good urban governance that followed to measure its performance.
- To examine the characteristics of urban governance during conflict, and the main shifts of the role of decision making actors, in addition to the norms followed in assessing urban governance in wartime.

1.2.2. OBJECTIVES OF THE CASE STUDY

- Explore the urban governance reality in Syria, and identify its key actors of action, currently and before the conflict.
- Assessment of urban governance performance in the Damascus through:
 - Application of Urban Governance Index (UGI) in Damascus.
 - Analyzing the role of key actors involved in Damascus urban governance.

1.3. RESEARCH METHODOLOGY

The study follows quantitative and qualitative methods in studying and analyzing the urban governance. In this regard, quantitative methods deal with a set of data that can be measured and figured to address the phenomenon during the research. While, qualitative methods aim to address specific facts or social issues, and concern with data and information that are not related to figures (Creswell, 2013).

Quantitative and qualitative methods is commonly used in the field of urban politics and governance. Many international organizations that have worked on developing the concept of governance, including urban governance, such as the UN-Habitat, the World Bank, and International Transparency, have sought to find mechanisms to measure and examine its impact on the ground through quantitative and qualitative approaches in assessment. However, understanding governance requires to take into consideration ‘how things are done’ and not ‘what the result is’. *“Governance is about ‘how things are done’ and not ‘what the result is’. Measuring governance implies that one needs to measure the mechanisms, processes and institutions, through which citizens and groups articulate their interests, exercise their legal rights, meet their obligations and mediate their differences. It is important to measure how decisions are made based on complex relationships among many actors with different*

priorities and what is the level of progress in decision-making, and implementation". (UN-HABITAT, 2004a).

In this context, this study has two major parts. First, the literature review which explores a series of concepts related to the urban governance from the beginning of its inception to the current discourse within the global context, including governance, good governance, and key actors of actions. Then, examines the urban governance in wartime. Second part, the case study which addresses the urban governance in Syria. Where indeed, there is no clear adoption of urban governance in its typical sense but rather limited to the classic features of urban management as well as blurred relationships between the main actors who involved in urban decision making. In this regard, the assessment of urban governance is conducted for the capital city of Syria Damascus through (UN-UGI) Urban Governance Index which combines the quantitative and qualitative methods. In addition to analyzing the role of key actors during conflict in decision making processes.

1.4. STRUCTURE OF THE WORK

The study includes four chapters as follows:

- **Chapter one** presents the introduction of the study which include the context and general framework of the conflict and urban governance, and provides the research aims in addition to the methodologies used to reach the main objectives.
- **Chapter two** provides a theoretical framework of the urban governance concept in terms of its definition, development, the main principles, and the main actors of action. The chapter concentrates on the major transformations that have taken place in urban governance and the position it currently occupies in the contemporary debate at the global level. In addition to the methods used in evaluating the good urban governance.
- **Chapter three** presents the role of urban governance during conflict through providing a conceptual framework about the conflict, the function of urban areas during conflicts and addresses the main actors of the urban governance during the conflict in terms of their interaction and the nature of the relationship between them.
- **Chapter four** addresses the governance in Syria before and during the conflict, in terms of its the main actors (state, market, civil society, international actors) that involved in the decision making.
- **Chapter five** delivers an assessment of the urban governance performance in the capital city of Syria Damascus through applying the Urban Governance Index (UGI), and analyzing the role of key actors involved in city governance.
- **Chapter six** present the main conclusion and recommendations.

2

URBAN GOVERNANCE

This chapter sheds light on the concept of governance which has been addressed by different perspectives, in addition to the historical development of this term. Then, it moves on to demonstrate the urban governance definitions, involved actors and elaborates on the norms of good urban governance that were established by the UN-HABITAT during its Global Campaign on Urban Governance in 1999. Finally, it explains the adopted method to assess good urban governance as well as its implementation.

1.1. FROM GOVERNMENT TO GOVERNANCE

“The concept of governance has found a central place in social science debate, focusing in particular on the shift from government to governance” (Davoudi, et al., 2008). There is a common confusion between government and governance terminology as some consider them synonyms. However, two trends have been identified in the application of those two terms globally. The first one adopts that the responsibility for the administrative and political functions is limited to governmental bodies only. Thus, it reinforces Top-down approach in decision making. It is worth mentioning that most of the developing countries follow this system, for instance, the Middle East countries, including Syria. The other trend is contrary to the model of the central government and considers it one of the actors that involved in leading the governance process (McKinlay, et al., 2011). Hence, Government model adopts centrality in

decision-making and framing policies, and it approaches the Top down vertical system, while governance model is a network of stakeholders and players who share decision-making, and adopt the horizontal collaborative system and decentralized decisions.

Dimension	Government	Governance
The Role of Government	Major Actor	One of Many Actors
Authority & Decision Making	Centralized Command & Control	Decentralized Negotiation & Persuasion
System Structure	Closed & Vertical	Open & Horizontal
Focus	Program	Tool
Democratic Process	Representative	Participatory
Accountability	Process Outputs Quality Outcomes	Community Level Outcomes
Policies	Centralized/ Uniform	Decentralized/Place Sensitive

Figure 1: comparison between "government" and "governance" (Frahm & Lawrence L, 2009)

The shift from government to government was in response to the changes in political and administrative systems, which led to the inability of the state to take effective steps to unify efforts towards collective action and impose its policy on the civil society without their involvement in decision-making processes. Therefore, the world has experienced the transition from vertical governance by monopolies and government organizations to an integrated horizontal network of public and private actors as well as civil society. In other word, governance (HYSING, 2009)

1.2. DEFINITION OF GOVERNANCE

Governance is one of the most considerable issues that come to the forefront of conflict stakeholders' concerns and this was evident in the post-Cold War era, as many donors such as World Bank and International Monetary Fund (IMF) have fostered the concept of governance based on their awareness of its importance as an effective tool for coordinating between all parties in order to ensure their interests through a number of processes, laws, and institutions (UNESC & U.N., 2006).

Types and forms of governance vary relying on the context and the level at which they are applied, whether international, national or local (UNESCAP, 2009). Therefore, there has been no consistent conceptualizing of the governance, and different definitions and interpretations have been provided as follows:

- **UNDP** the United Nations Development Program defined governance in 1997 as “*the exercise of economic, political and administrative authority to manage a country’s affairs at all levels. It comprises the mechanisms, processes and institutions through which citizens and groups*

articulate their interests, exercise their legal rights, meet their obligations and mediate their differences". (UNDP, 1997)

- The **World Bank** states the governance in 1993 as *"The exercise of political authority and the use of institutional resources to manage society's problems and affairs."* (UNESCO & U.N., 2006).
- The Organization for Economic Cooperation and Development (**OECD**) perceive governance as *"The concept of governance denoted the use of political authority and exercise of control in a society in relation to the management of its resources for social and economic development. This broad definition encompasses the role of public authorities in establishing the environment in which economic operators function and in determining the distribution of benefits as the nature of the relationship between the ruler and the ruled."* (OECD, 1995)
- **Canada's Institute of Governance** in (2002) states the governance as *"Governance is the process whereby societies or organizations make important decisions, determine whom they involve and how they render account"*.

It is clearly shown that the previous interpretations of governance have differences in certain points according to the environment in which it is applied and the processes it controls as well as the players involved in these processes. There is, however, a set of common ideas that can be summed up as:

- Governance reflects a network (vertical and horizontal) of multi-actor relationships with different interests, based on the principle of partnership.
- The significant role played by political authority within the governance system.

1.3. GOOD GOVERNANCE

While governance reflects a network of multi-player relationships that based on a set of principles, good governance is concerned with the effectiveness of these relationships within the framework of the State, the private sector and civil society. In this regard, the central issue of good governance is closely linked to the role that stakeholders play within the state system, where the government authorities provide legislative and legal frameworks, the private sector in cooperation with the public sector contributes to economic development and create new job opportunities, and the community participates in the decision-making and accounting process.

The perceptions and implications of good governance are derived from the policies and strategies of the system in which it is practiced. Therefore, there is a diversity of perspectives toward the principles by which governance can be effective.

The **World Bank** was a pioneer to introduce the good governance concept, in its report on Sub-Saharan Africa in 1989, when the former chairman of the bank said in the preface of the report: “*public service that is efficient, a judicial system that is reliable, and an administration that is accountable to its public.*” (Maldonado, 2010). In 1994, the World Bank pointed out the good governance as “... *epitomized by predictable, open and enlightened policy making; a bureaucracy imbued with a professional ethos; an executive arm of government accountable for its actions; and a strong civil society participating in public affairs; and all behaving under the rule of law*” (The World Bank, 1994). In addition, five components of good governance were identified:

- Public sector management
- Competitive private sector
- Structure of government
- Civil society participation and voice
- Political accountability

These principles reflect the Bank's economic leanings, with terms such as management and competitiveness being introduced to ensure its profitability strategies. The role of government and civil society has been recognized unless it conflicts with any project that serves its agenda.

Michel Camdessus, the manager director of the **international monetary fund (IMF)**, stated the good governance as “*Good governance is important for countries at all stages of development. ... Our approach is to concentrate on those aspects of good governance that are most closely related to our surveillance over macroeconomic policies—namely, the transparency of government accounts, the effectiveness of public resource management, and the stability and transparency of the economic and regulatory environment for private sector activity*” (IMF, 1997).

The key principles of good governance which have been promoted by IMF as a tool to raise the economic level and reduce the problems that hinder the development process:

- Public sector accountability and transparency
- Institutional reform to maintain private sector confidence
- Improve efficiency and support the public growth
- Rule of law

United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific (**UNESCAP**) identified the good governance in an inclusive conceptualization based on eight characteristics, which are connected fairly by interrelations in order to ensure the role of all actors in decision-making, including minorities and the most vulnerable segments of society. In this regard, the adoption of good governance fosters decision-making that responds to the current and future needs of the society and ensures that these

decisions are implemented optimal .Those characteristics have been mentioned in the UNESCP report (UNESCAP, 2009) as:

- Participation
- Rule of law
- Transparency
- Responsiveness
- Consensus oriented
- Equity and inclusiveness
- Effectiveness and efficiency
- Accountability

From the perspective of the World Bank and the IMF, the concept of governance reflects the economic and financial objectives of these organizations, which revolve around changing the role of the private sector through privatization and marketization. While the United Nations defines governance as a form of democracy based on collaborative decisions that are made with the involvement of the state, the market and civil society

Figure 2 demonstrates that the intersection between the three previous definitions (UN-WB-IMF) demonstrates the inclusiveness of UN conception of good.

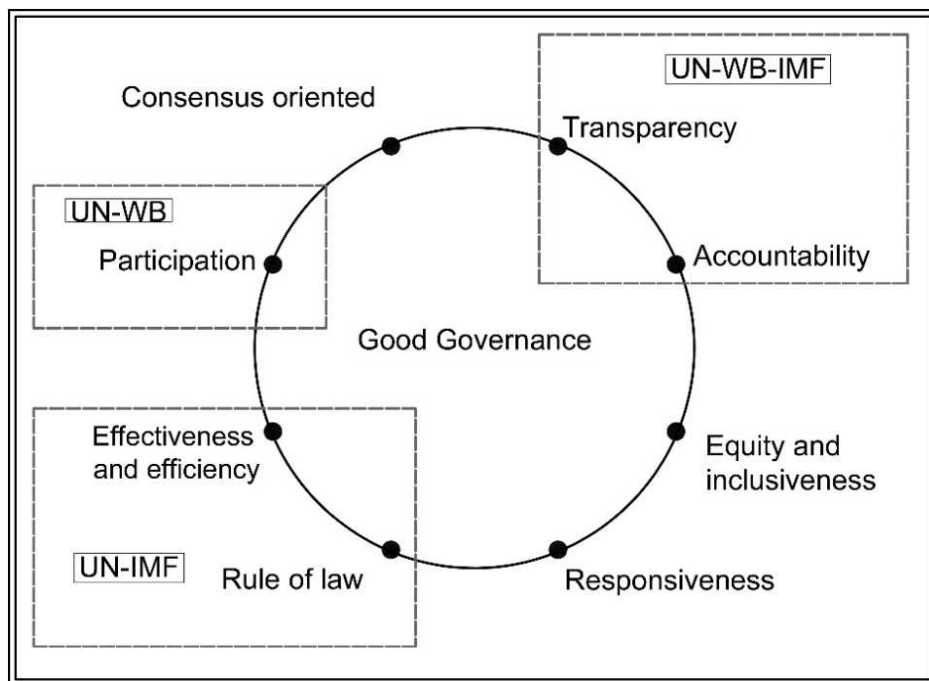


Figure 2: 8 principles of good governance (UNESCAP, 2009) and intersections with the WB and IMF perception (Author)

1.4. URBAN GOVERNANCE

1.4.1. THE RISE OF URBAN GOVERNANCE

The 1980s witnessed a significant economic and political changes, notably neoliberal agenda, which adopted new economic policies based on reducing the role of the State and enhancing the participation of the private sector. In addition, the rise of globalization as a new trend in which the relationship between the state-market- societies has changed and followed by transformations in economic and social conditions including challenges and problems that cannot be addressed by Top-Down approach of state planning (Jessop, 1998).

In this regard, urban areas have been targeted by the restructuring of policy and decision-making organization with the growing of governing beyond the state through an integral network of horizontal and vertical including the government, in another word the emerge of governance. Furthermore, urban governance during the period between the 1980s and 1990s was manifested in the following aspects (McCann, 2017):

- Broad partnerships between state apparatus, the private sector and semi-governmental organizations in the urban development process.
- Re-articulate the obligations and responsibilities of national governments, especially after the emergence of institutions that transcend the borders of the state such as the European Union and the World Trade Organization, which played a significant role in the urban governance. In parallel with the crystallization of decentralization within state institutions and local governments.
- The growing awareness of the role civil society as a key component in the decision-making process and the recognition by the state of its rights and duties, as a result of embracing the concept of democracy and its benefits to society and the state.
- The growing role of cities in entrepreneurship and the adoption of the concept of marketing cities by the public sector, which led to the emergence of the concept of 'entrepreneurial governance' as a new trend in urban policies.

It is worth to clarify some points of convergence and the difference between urban governance and urban management as there is a kind of blurry in the distinction between them. Common characterization could be pointed out, since both were put forward a modern ideas of managing cities based on economic recovery, improved social status and poverty alleviation (Obeng-Odoom , 2012). Whereas urban governance involves multiple stakeholders of different horizontal and vertical levels (local, national, regional and international), urban management is limited by a unilateral administration (Kearns & Paddison, 2000). In addition to, the differences in the concept of accountability of actors involved in the

administration, while in the management confined only to managers, either governance no one is excluded from accountability (Newman, 2004).

The beginning of the third millennium marked a turning point in the path of urban governance, when the United Nations launched its campaign, which entitled Global Campaign on Good Urban Governance in 2001, On the grounds that good urban governance is an effective solution to many social and economic problems. New concepts were introduced to improve the performance and influence of urban governance to be more effective through capacity building of all actors that involved in urban development (UN-HABITAT, 2002).

However, the discussion on the characteristics, implications and concentration of power in urban studies has become in the center, in addition to its close association with other disciplines such as sociology and political science (McCann, 2017). Moreover, urban governance studies have dealt with wide variety of actors and their responsibilities in formulating policies and building decisions, as well as define the problems, set comprehensive plans, and frame the goals an Opportunities for urban development.

1.4.2. THE DEFINITION OF URBAN GOVERNANCE

Managing and governing urbanism have been at the forefront of the challenges facing development in the 21st century. Further, the well-managed cities are characterized by the provision of livelihoods from health care, security and housing, to the opportunities and potentials of their residents. Beyond that, cities play a pivotal role in economic and social development and thus political stability, especially in fragile states and post-conflict contexts where cities have a substantial impact on the reconciliation process. Hence, the urban governance gained currency in determining discretionary aspects of urban growth, disadvantaged benefits of economic growth and whether political and institutional systems, processes and mechanisms, regardless if they are formal or informal facilitate inclusive proper decisions and outcomes.

UNESCO construed the urban governance as the group of processes, procedures, and mechanisms that address and take into consideration the relationships between local authorities, stakeholders, and citizens. It includes top-bottom and bottom-Top approaches which enhance the effective participation of all actors, clear decision-making tools, and innovative strategies in management. (Leautier, et al., 2005)

Urban governance is a process by which local, national governments and various actors determines how to plan and operate urban regions. It is important to realize that this process is not confined to the formal structure of city government, but it includes a set of economic and social powers, formal and informal institutions and civil society (Avis , 2016).

One of the clear definitions of urban governance has been reflected in the Global Campaign on Good Urban Governance as: *“Urban governance is the sum of the many ways individuals and institutions, public and private, plan and manage the common affairs of the city. It is a continuing process through which conflicting or diverse interests may be accommodated and cooperative action can be taken. It includes formal institutions as well as informal arrangements and the social capital of citizens.”* (UN-HABITAT, 2002).

As a result of the challenges that facing city governance today such as climate change, effects of globalization on economies and societies, population growth associated with rapid urbanization, problems of migration and asylum, deterioration of social justice, and global public health...etc. Urban governance was one of the most outstanding topics that topped the new urban agenda at the third conference of UN- Habitat (Habitat III) which took place in Quito, Ecuador, from 17 – 20 October 2016.

The most recent definition of urban governance was presented in this conference as *“It is the software that enables the urban hardware to function, the enabling environment requiring the adequate legal frameworks, efficient political, managerial and administrative processes, as well as strong and capable local institutions able to respond to the citizen’s needs.”*

The new urban governance aims to create an appropriate atmosphere, in which the right of the city could be practiced in order to disseminate equity, fairness, democracy, inclusiveness, and recognition of diversity. Right of the city promote tolerance and bring a peaceful coexistence among all inhabitants and ensure the right way of stakeholder participation in the decision making process.

Furthermore, new governance should foster sustainable and equitable development that take into consideration the environmental issues and keep natural resources from deteriorating. It should also adopt a new economy that preserves the rights of workers, placing the interest of society as a priority.

Another aspect that new urban governance keen to achieve is the spatial equality, and guarantee the accessibility to all public services for both urban and rural inhabitants (Rode & Saiz, 2016).

The new urban agenda has described New Urban Governance with the following characteristics:

- *Democratic and inclusive:* through ensuring the effective participation of all stakeholders in city administration and urban development, and finding mechanisms and means to enhance the participation of vulnerable and marginalized groups.
- *Long-term and integrated:* the new urban governance emphasizes the adoption of a comprehensive strategy at all stages of the development process in order to ensure long-term policies encompassing the entire territory.
- *Multi-scale and multi-level:* new urban governance demands a collaborative action between the vertical and horizontal levels of government, civil society and private sector.

- *Territorial*: the new urban governance underlines on the urban ecosystem which implicates both urban and rural areas without underestimating the natural environment.
- *Proficient*: new urban governance is keen to find a segment of individuals and groups prepared to deal with new policies and able to make decisions in an effective manner
- *Conscious of the digital age*: The rapid pace of technological development in the current era requires governments and authorities to embrace these technologies and harness them to enhance their participatory policies and make monitoring by citizens easier. In addition to employing these techniques in the field of economy and business. (Rode & Saiz ,2016).

1.4.3. URBAN GOVERNANCE ACTORS

Urban governance goes beyond merely the formal government at different levels (Local, regional, and national) toward engaging the private sector and community to form three dimensional system (State-Market-Society) in the policy making and implementation (Minnery, 2007). The relationships between these three spheres have taken an important position in the urban governance discourse nowadays. Thynne characterized this relation as *“the state . . . viewed, very generally, as an organized political community that both features in, and has interdependent relationships with, the market as an organized economic community and civil society as an organized social community”* (Thynne, 2000).

Urban governance was one of the key areas that had been discussed in the Regional High-Level Meeting in Preparation for Istanbul+5 for Asia and Pacific which was held from 13-29 October 2000 in Hangzhou, China. Furthermore, the key actors of good urban governance have been identified by three main stakeholders: the state, civil society and the private sector (Un Habitat & ESCAP, 2000).

“The State provides the foundation of justice, equity and peace, creating conducive political and legal environs for human progress. Civil society provides the foundation of liberty, equality, responsibility and self-expression. The Private sector provides the foundations of economic growth and development. The three carry out these responsibilities by performing multifarious tasks, as shown in the diagram below.”

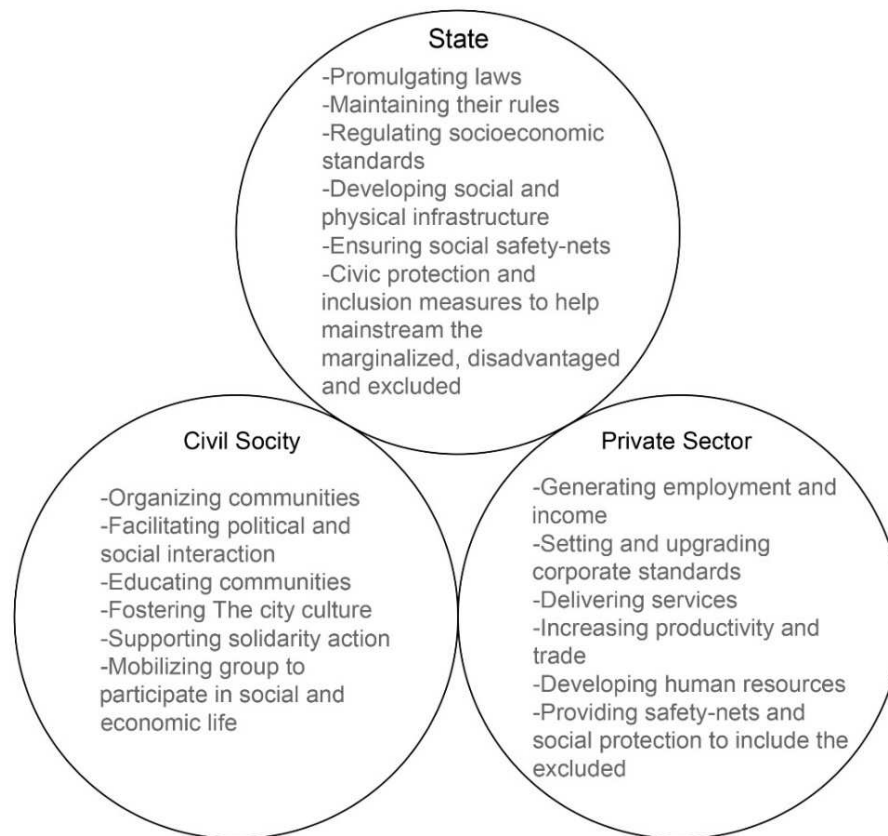


Figure 3: Main actors in good urban governance (Un Habitat & ESCAP, 2000)

1.4.3.1. The State

The State is characterized by the Legitimate, Executive, and Judiciary branches, all of which should support the wellbeing of the nation in every manner. However, governments generally implement rules and spending, impose taxes, and offer services. Society reciprocates by following these regulations, paying taxes, and utilizing these services. This principle can be used to outline the function that governments serve, where they are accountable for supplying and monitoring the happenings in the community instead of the reallocation of supplies (Schakel, 2008). Governments play a more intricate part, and their duties are generally described in a wider sense (Streeten, 2007), as follows:

- *Capacity Building:* inform, coach, and encourage the proper approaches for a capable public service, able to repel self-concerned pressure crowds.
- *Liability:* monitor the correct inspections for government, private sector, civil society, and domestic households so that governments do not have excessive control over business, private businesses do not debase government, and the people do not dismantle society, but rather holds the government accountable.

- *Participatory*: offer chances for the people to become involved in choices that affect their value of life, influence on authority, and transparency and accountability of those in authority.
- *Integrity*: implement property rights; evading inflation, significant unemployment, and disparities in the stability of payments.
- *Pro-Poor budgeting*: offer chances for the most vulnerable groups so that they can become self-sufficient, rectifying unjust market victory. This means providing the susceptible populations with resources: land, nutrition, healthcare, schooling, training, employment, supplying public services, and a social safeguarding.
- *Social accountability*: assign more urgency in welfare programs to women and children, the poor, the rural regions over the city, and to ignored minority populations that are prejudiced against over the more privileged groups.

The New Urban Agenda has highlighted the role of national and local governments in urban governance as follows:

Local Governments

Local governments play a pivotal and critical role in the implementation of the new urban agenda, as it is the inevitable and certain guarantee for achieving a sustainable and inclusive city where everyone can interact in an organized and public-oriented manner (Sorensen & Okata, 2011).

In the new urban agenda, there is a strong focus on the responsibility of local governments to promote accountability and transparency and provide the mechanisms to apply it among all stakeholder including the empowerment of citizens to access into public documents in order to make everything accessible and available to evaluate. In addition, the New Agenda emphasizes a participatory approach among all local stakeholders at all stages of the development process from planning to implementation, ending with monitoring, especially when it comes to involving the civil society by supporting its organizations, which are concerned with delivering the views and aspirations of the inhabitants (Rode & Saiz, 2016). Hence, Local governments are responsible for bringing the language of dialogue among all actors and playing the role of mediating between their diverse and conflicting interests in order to achieve the principle of inclusiveness (Campbell, 2012).

Moreover, local governments, through cooperation and coordination with the national government, contribute to the formulation and effective monitoring of urban policies within an accounting framework that ensures the optimal implementation of all services and needs of citizens, as well as capacity building at the local level to achieve more coherent and comprehensive management (UN-HABITAT, 2009).

National Government

National governments are concerned with the formulation of national urban and territorial policies within a legal and institutional framework which fosters a participatory process between different parties, and thus has a significant impact on shaping the new agenda. In addition, it has the potential to apply effective decentralization and ensure that all actors are involved in decision-making at all levels of government, as well as strengthen cooperation and coordination with local governments to build capacities which contribute effectively in implementing the new agenda goals.

In the network of horizontal and vertical relations of governments within the State system, the identification of roles and responsibilities of all stakeholders at different levels comes within the priorities of national governments, while emphasizing the right of national governments to exercise their roles and responsibilities autonomously and not contrary to the policy of decentralization.

National Governments must firmly embrace openness, transparency, and accountability and apply to all levels of government, as well as ensuring a reliable database by creating an institutional structure for data collection, coordination, and statistics. Most importantly, this data should be available to all to ensure a reality-based monitoring and evaluation process.

1.4.3.2. Private Sector

The urban governance framework provides the private sector with the chance to renovate itself and its obligation to the urban setting. The duty of the private sector is directly associated with the monetary supply and demand, where this task can be regulated in the scope of the urban development. Escalating the involvement of the private sector in urban governance necessitates a fundamental grasp of how cities are governed, by examining factors like the organization of main concerns in the urban scheme and how to regulate the involvement of the private sector in order to circumvent having prejudiced governance that favors the benefits of investors. Such a duty entails suggesting variables that act in favor of the urban poor to be incorporated into the facilitations of services. In addition, use of local labor endorses the public's view of them (Auclair, C & Jackohango, A, 2009)

This assistive involvement of the private sector towards good urban governance can be accomplished at all urban levels. The most popular illustration of the private sector assistances is concentrated on the development of organized service in the Private Public Partnerships, e.g. in several sectors such as transportation, energy, etc. These organizations on the national level are instigated within an official assistive structure, which is founded on conveyance of projects and genuine contractual agreements that are able to be examined by the people.

New Urban Agenda confirmed that the private sector, along with entrepreneurs, developers, contractors, industrialists and service providers, includes a wide range of companies, economic alliances and corporate foundations. These components provide employment and welfare opportunities and contribute

to long-term economic development through three pillars of finance, environment and society (Rode & Saiz ,2016) .

The presence of the private sector in the process of urban development is a key factor in pushing this process forward through partnership with the public sector, in which national and local governments play an important role in making them effective by creating legal and institutional frameworks that ensure long-term public interest (Da Cruz & Marques ,2012).

New Urban Agenda endorses the Istanbul Declaration which emphasizes the role of “*encouraging business enterprises to pursue investment and other policies, including non-commercial activities that will contribute to human settlements development, especially in relation to the generation of work opportunities, basic services, access to productive resources and construction of infrastructures.*” (UN-HABITAT, 1996). In addition, much more focus on innovative policies, financial support and successful economic experiences in urban development.

1.4.3.3. Civil Society

Discussion over societies’ development has significantly switched its focus since the late 1970s towards the formation of a new model, with civil society as its foundation and NGOs as its most dynamic factors (Abdelrahman, 2004). Therefore, the lack of success of the state-led advancement models has required the households, populations, and external volunteers to participate in enhancing their living and raising the quality of the local city circumstances. Civil society organizations manifest in various forms of official exemplifications, such as Non-Governmental Organizations (NGOs), which are locally-based establishments with the support of self-help alliances from within the actual community (Abdelrahman, 2004). That being said, the civil society is made up of numerous concerned groups, enables political and social collaboration within the urban setting (Banachowicz, B & Danielewicz, J, 2004). Incidentally, several of these groups tend to use one or more tactics in the direction of market alignment, welfare tactics, raising claims against the State, and offering civil society ambitious options for development (Özhabeş, 2013). These methodologies are elaborated on as follows:

- *Welfare tactics:* with NGOs supplying help to those who require it, often satisfying a role that government organizations should fill, such as facilitating water or waste management.
- *Market alignment:* with ingenuities to present and finance better housing, infrastructure, and services by means of market-oriented tools and local business owners. Credit is often a significant variable involved, since it permits low-income households to pay for the capital expenses of enhanced infrastructure or upgrading their own home, as well as to distribute the reimbursements over time.

- *Raising claims on the State:* with the NGO playing a dynamic role in the support of human rights and in influencing local powers or other state organizations to supply infrastructure or amenities to the poor.
- *Alternatives motivated by civil society:* through packages which entail a collaboration of community and state support to make available or upgrade housing, infrastructure, and services in contemporary manners.

Civil society is characterized by its inclusion, as it includes all members of society irrespective of race, religion, culture or political affiliation, taking into account the most marginalized and disadvantaged groups such as women, youth and the elderly, indigenous communities, migrants and refugees, ethnic and religious minorities, LGBT communities and other vulnerable groups. The interests and attitudes of these individuals and groups are reflected in a non-governmental and nonprofit organization called CSOs (Civil Society Organizations), which encompass community organizations, charities, trade unions, faith-based organizations, indigenous groups and social movements. However, robust urban governance requires a strong relationship between government institutions and civil society organizations, based on trust and the common goal of serving the common good. (Rode & Saiz, 2016)

The New Urban Agenda emphasizes that civil society is one of the main pillars of urban governance in addition to the state and the market, and endorses the Istanbul Declaration's statement that "*sustainable human settlements development requires the active engagement of civil society organizations, as well as the broad-based participation of all people.*" (UN-HABITAT, 1996).

However, each of the three pillars of urban governance (State, Civil Society, and Private sector) is formed the interaction between set of organizations, bodies, individuals and groups with different roles and interest. The variety of actors become more complicated and critical when dealing with the state and governmental actors (Minnery, 2007). Moreover, the Nature of involved actors depends on the context in which the urban governance is applied. For instance, in the rural area different players and decision makers could be distinguished such as landlords, Clerics and religious groups, Peasant associations, NGOs, political parties, military leaders, finance institutions, research institutions etc.

In urban areas, the number of involved actors and complexity of interrelations between them increase, due to the intricacy of the factors and implications of urban areas. When dealing with the national level, media organizations, lobbyists, international donors, multi-national corporations in addition to the actors which mentioned above have a significant role in decision making processes or at least impact in a way those processes. In some complicated contexts, it is observed the presence of organized crime groups in decision making especially in urban areas. In other word, the informal actors such as "kitchen cabinets", informal advisors, and Mafia. The informal decisions have serious consequences because most of them come up from illegal background with illegal practices and implementation (UNESCAP, 2009).

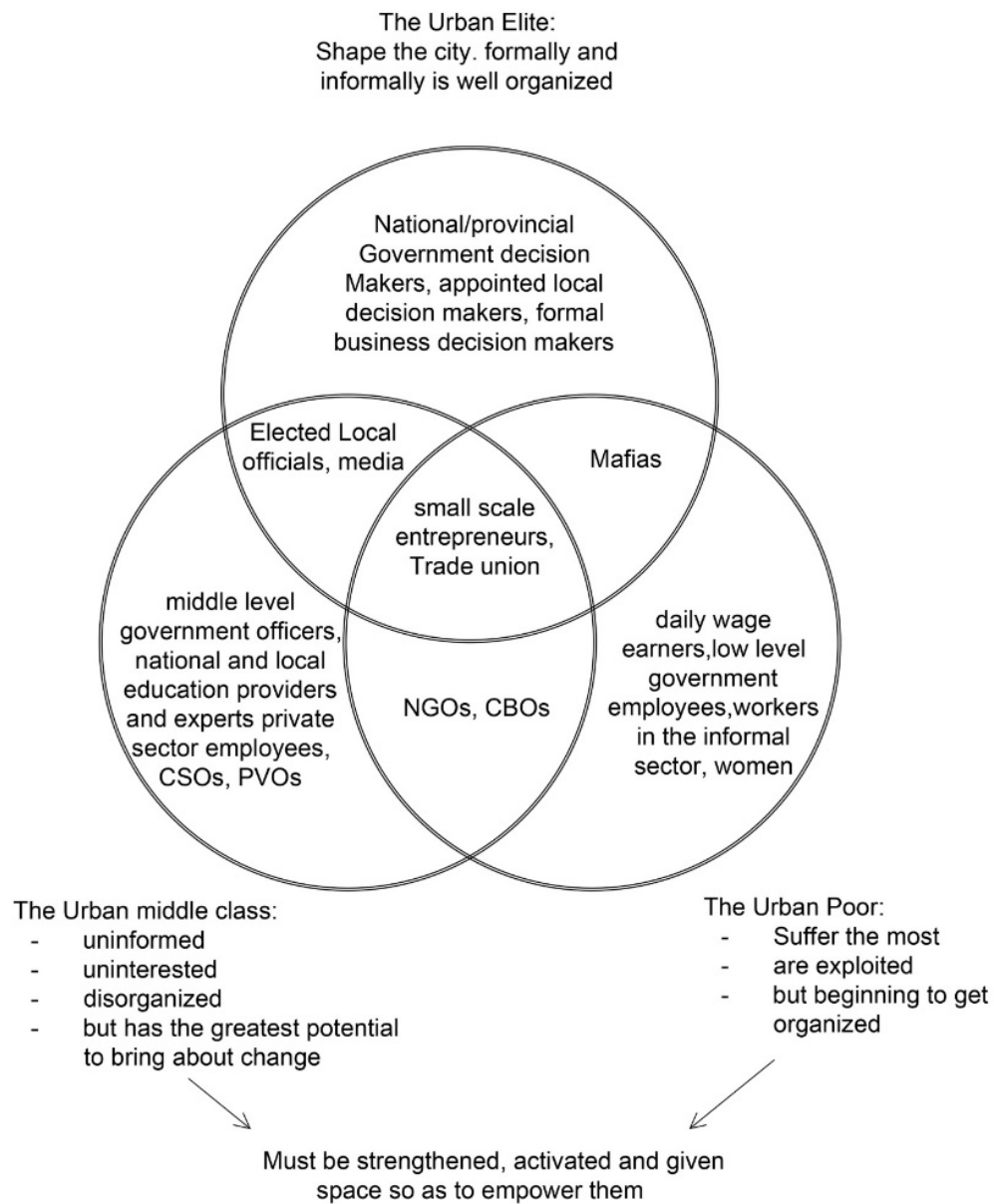


Figure 4: Urban Actors according to Economic and Social Commission for Asia and the Pacific (UNESCAP, 2009)

1.5. GOOD URBAN GOVERNANCE

“If we widen the concept of governance to “good governance,” this will encourage us to reflect more systematically on what quality is in the art of administration, opening the door to a rich and diversified understanding of administrative value(s). The urban realm is a suitable testing ground for doing so” (Hendriks, 2013).

Recent discourse on urban governance has focused its efforts on what makes urban governance more or less effective, broadly speaking urban governance since to be participatory, transparent and accountable as well as equitable and promoting rule of law. Furthermore, discussion of effective urban governance associated with normative values. Through good urban governance, political, economic and social priorities are guaranteed and based on the consensus that the voice of the poorest and vulnerable groups is heard and recognized in decision-making processes (Avis, 2016).

However, UN Habitat stated in its report (world cities report 2016) that many urban regions struggle with a disparity in political authority and inadequate inclusiveness and participation. Cooperative decision-making has not been successful in acknowledging the breach between national developmental schemes and community requirements. For instance, women, youth, minorities, the poor, and the disabled are frequently omitted from decision-making. Furthermore, exclusion can be subjective to both who a person is (such as in regards to race, beliefs, or class) and where they reside (such as in informal communities) (UN-Habitat, 2016).

In urban context, there should be more consideration about the political, financial, and social influences of negotiating and distributional clashes between populations over policy, goods, and services (Jones, Cummings & Nixon, 2014). Thus, it is imperative to comprehend both the political economy that motivates urban governance organizations and how local authority sway the dispersal and sharing of resources.

UN-HABITAT's personal comprehension of good urban governance is founded on its working knowledge and the Habitat Agenda. UN-HABITAT's working knowledge validates that good governance alone defines the difference between an organized and Inclusive City and disorderly and exclusive one, rather than finances, technology, or even mastery. Furthermore, it is UN-HABITAT's familiarity that inclusive planning and decision-making processes are crucial components of good governance.

This practical knowledge was verified in the Habitat Agenda's testimonial of the "enabling approach." This approach is distinguished by numerous tactics: decentralization of duties and resources to civic authorities in accordance with values of subsidiarity and accountability; supporting the participation of the local community, especially women, in the design, application, and observation of local precedence; utilizing a broad range of collaborations, including with the private subdivision, to attain mutual goals; constructing aptitude of all stakeholders to completely participate in decision-making and urban development procedures; enabling networking on all planes.

Urban governance is intimately connected with the wellbeing of the people. Good urban governance must provide availability of the advantages of urban citizenship to both men and women alike. Good urban governance, founded on the value of urban citizenship, asserts that no man, woman, or child can

be refused access to the essentials of urban life, including sufficient housing, security of tenure, drinkable water, hygiene, unpolluted surroundings, healthcare, schooling, nutrition, work, and communal protection and mobility. Through good urban governance, the people are supplied with the facilities which will enable them to maximally apply their capabilities to better their social and financial circumstances (UN-HABITAT, 2002).

1.5.1. NORMS OF GOOD URBAN GOVERNANCE

From its initiation, the campaign must focus on building common standards that can be put into practice. These should be founded on experience-based knowledge and exhibit local circumstances. The application must be set in the reality of urban development.

Because of this, the campaign suggests that **good urban governance** is described by the norms of “*sustainability, subsidiarity, equity, efficiency, transparency and accountability, civic engagement and citizenship, and security*”. (UN-HABITAT, 2002).

1.5.1.1. Sustainability

Urban environments must have equilibrium between the social, economic, and environmental requirements of current and subsequent generations. This must consist of a clear devotion to decreasing poverty in urban environments. People who manage all sectors of urban society should have a continuing, methodical idea of sustainable human development and the capacity to resolve differing interests for the benefit of all. Concrete methods of applying this value include, among others:

- Conducting consultations with all actors within societies to settle on a universal mission statement and continuing methodical idea for the city, utilizing methods including urban development tactics;
- Taking part in counseling procedures such as environmental planning and management of Local Agenda 21s, that are aimed to achieve consensus on appropriate amounts of resource use, employing the preventative value under circumstances in which human interference may negatively impact the welfare of current and/or subsequent generations;
- Implementing methods to decrease urban poverty into local planning strategies;
- Enhancing green cover and maintaining traditional and ethnic culture;
- Guaranteeing economic sustainability by encouraging financial doings through the involvement of all inhabitants in the financial activity of the city;
- Endorsing the allocation of proper equipment.

1.5.1.2. Subsidiarity

Responsibility for amenity facility should be assigned on the foundation of the value of subsidiarity, that is, at the nearest proper level in line with resourceful and affordable distribution of amenities. This will make the most of the likelihood for involvement of the people in the procedure of urban governance.

Decentralization should enhance the receptiveness of rules and resourcefulness to the urgencies and requirements of citizens. Cities should be strengthened with adequate resources and self-government to meet their necessities. Concrete methods of applying this value include, among others:

- consultation with local administrators, come up with straightforward constitutional outlines for allocating and entrusting duties and corresponding authorities and supplies from the national to the local level and/or from the local level to the community level.
- Implement local statutes to convey constitutional amendments in accordance with subsidiarity into concrete methods to allow civil society to become successfully involved in city issues and which support the receptiveness of local administrators to their communities.
- Constructing apparent and foreseeable intergovernmental monetary transfers and central administrative support for the development of governmental, practical, and administrative abilities at the local level;
- Preserving economically inferior local governors through schemes of vertical and horizontal economic equalization settled on in complete counsel with local government and all actors.
- Encouraging decentralized collaboration and interpersonal thinking.

1.5.1.3. Equity

The distribution of authority results in equity in the acquiring and implementation of resources. Women and men alike must partake as equals in all urban decision-making, prioritizing, and distribution of resources. All-encompassing cities give equitable availability of nutrition, schooling, work and income, housing, healthcare, drinkable water, hygiene, and other essential services to all citizens, including the poor, the young, the old, the handicapped, and religious and ethnic minorities. Concrete methods of applying this value include, among others:

- Guaranteeing that women and men have the same influence in decision-making procedures and availability of supplies, and essential amenities and that this availability is delegated through gender-combined information;
- Implementing minimum numbers for women advocates in local administration and support their growth to higher managerial statuses within cities.
- Guaranteeing that regulations and financial development strategies are in accordance with the informal actors;
- Founding equitable values for ordering organization development and appraising city services;
- Eliminating needless inhibitors to instate occupancy and to the provision of finance;
- Constructing nondiscriminatory and foreseeable governing agendas.

1.5.1.4. Efficiency

Cities must be economically stable and affordable in their organization of income sources and costs, the management and distribution of amenities, and in the allowance, founded on relative benefit, of authority, the private sector and civil society to subsidize officially or unofficially to the urban economy. A main factor in accomplishing efficiency is to define and facilitate the precise influence of women to the urban economy. Concrete methods of applying this value include, among others:

- Distribution and management of municipal services through collaborations with the private and local community sectors;
- Encouragement of city subdivisions to discover creative methods of distributing public supplies and resources through administrative contracts;
- Promotion of assimilated, inter-departmental organization and administration;
- Eliminating needless inhibitors to instate occupancy and to the supply of finance;
- Development and employment nondiscriminatory and foreseeable legal and governing outlines that promote trade and investment, reduce transaction fees, and authenticate the informal division;
- Implementation of obvious goals and objectives for the facility of public services, which make the best use of the contributions all community divisions can offer to urban economic development.

1.5.1.5. Transparency and Accountability

The accountability of local authorities to their people is an essential principle of good governance. Likewise, there should be no room for venality within the city. Venality can weaken the reliability of local authorities and can exacerbate urban poverty. Transparency and accountability are required for actors to comprehend the local administration and who draws advantages from decisions and doings. Availability of this information is essential for this comprehension and for good governance. Laws and strategic policies should be implemented in an obvious and foreseeable fashion. Nominated and selected officials and other public service administrators should exemplify a high standard of both professional and individual honor. The involvement of the people is a main factor in supporting transparency and accountability. Concrete methods of applying this value include, among others:

- Frequent, systematized, and public meetings of the people on city economic subjects and other key topics, through such methods as the participatory budget;
- Apparent proposal and obtainment processes and the use of veracity contracts and regulatory means during the procedure;
- Internal separate audit abilities and yearly external audit reports that are publicly dispersed and discussed;

- Frequent, independently-operating programmers to assess public officials' integrity reaction;
- Eliminating executive and procedural inducements for venality, including abridging local taxation schemes and the decrease of executive decisions in permit processing;
- Encouraging a value of service to the people among officials while implementing sufficient compensation for public workers;
- Implementing behavioral principles and facility for intermittent declaration of revenue of public and elected officials;
- Building virtually applicable standards of reliability and service distribution, such as ISO, that will surpass the terms of those in public office positions;
- Constructing public feedback tools such as a supervisory body, designated telephone numbers, objection offices and procedures, citizen census and report cards, and strategies for public lobbying and/or public interest lawsuits;
- Encouraging the people's liberty to access municipal data;
- Supplying availability of municipal data to build an equal platform for prospective stakeholders

1.5.1.6. Civic Engagement and Citizenship

Citizens are the most important variable in a city; they are both the entity and the facilitators of supportable sustainable human development. Civic involvement suggests that integrated living is not an effortless endeavor: within communities, citizens must dynamically add to the communal wellbeing. Citizens, particularly women, must be enabled to become successfully involved in municipal decision-making. The public assets of the poor must be acknowledged and addressed. Concrete methods of applying this value include, among others:

- Encouraging solid communal governments through free and nondiscriminatory city elections and involved decision-making processes;
- Founding the legal authority for local community to become successfully involved through such methods such as development assemblies and community consultative boards;
- Encouraging a value of public accountability among the people.
- Employing methods such as civic meetings and census, town hall assemblies, citizens' meetings, municipal conferences and hands-on policy improvement, including issue-focused dynamic groups;
- Commissioning municipal votes regarding vital urban development opportunities.

1.5.1.7. Security

Each person has the undeniable right to life, freedom, and the personal security. Insecurity has a disparate effect in worsening the relegation of poor communities. Municipalities must make an effort to prevent human conflicts and natural disasters by having all investors participate in crime and conflict

aversion and preparation for natural disasters. Security also infers liberty from persecution and compulsory evictions, and supplies security of tenure. Municipalities should also collaborate with social intervention and conflict resolution organizations and support the collaboration between prosecution organizations and other social service agencies (such as those for health, schooling, and shelter). Concrete methods of applying this value include, among others:

- Building a philosophy of harmony and promoting acceptance of diversity through public awareness movements;
- Supporting security of tenure, acknowledging several methods of legal tenure, and supplying advising and intercession for people facing compulsory evictions;
- Supporting security of employment, especially for the city's poor communities, through proper legislation and availability of work, credit, education, and training;
- Applying environmental preparations and organization techniques grounded on investor participation;
- Building safety and security through counseling procedures grounded on rule of law, unity and deterrence, and endorsing proper native organizations that encourage security.

1.6. ASSESSMENT OF URBAN GOVERNANCE (THE URBAN GOVERNANCE INDEX)

The Urban Governance Index (UGI) was one of the most important outcomes of the Global Campaign on Urban Governance which was launched by UN-HABITAT in 1999. The campaign focused as a broad title on the concept of an “**Inclusive City**” where everyone comes together regardless of race, religion, gender and wealth, and take advantage of the city capabilities and opportunities. In this regard, UGI has been promoted as an analytical framework to evaluate the quality of good urban governance with two main objectives within two levels. At the *global level*, UGI shows the significant role of good urban governance in achieving broad development goals such as Habitat agenda strategies and MDGs. At the local level, UGI supposed to incentivize who is in charge to achieve the highest quality of urban governance. (UN-HABITAT, 2004a).

In 2002, on the sidelines of the World Urban Forum, a meeting was held between a groups of experts to discuss and assess the development of Urban Governance Index (UGI). It was agreed that UN-HABITAT, UNDP, World Bank, and Transparency International should participate in monitoring and developing the index. In this regard, two field tests was proceed in order to develop UGI indicators and evaluate their effectiveness on the reality (UN-HABITAT, 2004a). The first phase comprised 12, and second one 24 different cities worldwide (*Douala, Yaounde, Louga, Dakar, Ibadan, Enugu, Amman, Tanta, Ismailia, Naga City, Colombo, Moratuwa, Negombo, Matale, Kandy, Kotte, Pristina, Montreal, Vancouver, Montevideo, Quito, Santo Andre, Bayamo, Guadalajara City*). However. 66 indicators have

been set for the field test depending on the inclusiveness implications, and later shortlisted to 25 indicators to measure the urban governance's mechanisms and processes as well as the effective stakeholder involvement (Lange, 2009). Those 25 indicators will be further discussed in the case study.

UGI indicators basically based on the principles of urban governance which have identified in GCUG (sustainability, subsidiarity, equity, efficiency, transparency/accountability, civic engagement and security). And categorized in five principles including the indicators mentioned above as follow (UN-HABITAT, 2004a):

- **Effectiveness**

“Effectiveness of governance measures the existing mechanisms and the socio-political environment for institutional efficiency (through subsidiarity and effective predictability) in financial management and planning, delivery of services and response to civil society concerns”

- **Equity**

“Equity implies inclusiveness with unbiased access (be it for economically weaker sections, women, children or elderly, religious or ethnic minorities or the physically disabled) to basic necessities (nutrition, education, employment and livelihood, health care, shelter, safe drinking water, sanitation and others) of urban life, with institutional priorities focusing on pro-poor policies and an established mechanism for responding to the basic services.”

- **Participation**

“Participation in governance implies mechanisms that promote strong local representative democracies through inclusive, free and fair municipal elections. It also includes participatory decision-making processes, where the civic capital, especially of the poor is recognized and there exist consensus orientation and citizenship”.

- **Accountability**

“Mechanisms are present and effective for transparency in the operational functions of the local government; responsiveness towards the higher level of the local government; local population and civic grievances; standards for professional and personal integrity and rule of law and public policies are applied in transparent and predictable manner”.

- **Security**

“Security of governance implies that there are adequate mechanisms/process/systems for citizens' security, health, and environmental safety. It also signifies there are adequate conflict resolution mechanisms through the development and implementation of appropriate local policies on environment, health, and security for the urban areas.”

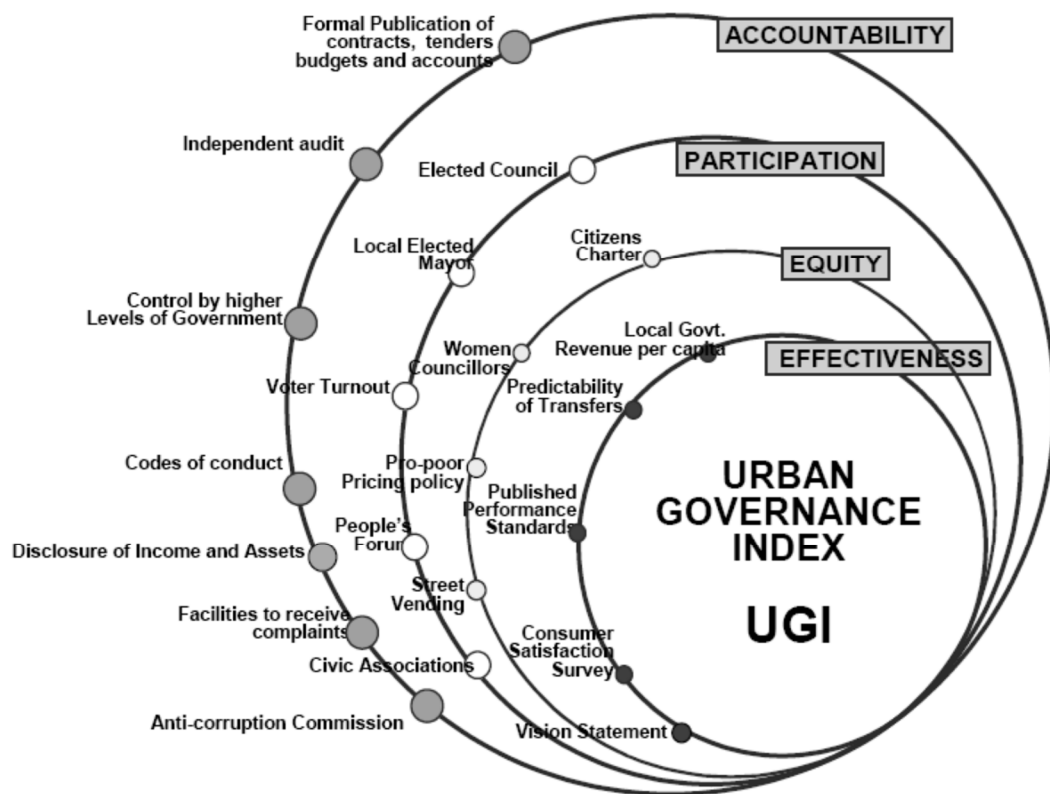


Figure 5: the Urban Governance Index Framework (UN-HABITAT, 2004a)

Assessment of urban governance through UGI has its limitations, whereas UGI encompasses set of indicators that constitute a systematic tool that results in a general and primary picture of the reality of governance in the targeted context, whether the municipality or the metropolitan area.. Etc. However, In this regard, this process is deficient as urban governance includes a network of actors who are connected through inter-relationships that vary in nature depending on the context in which they are conducted. Furthermore, to what extent UGI can measure the interaction between the key actors involved and the impact of this interaction on the efficiency of urban governance, this issue still unclear. Therefore, this study goes beyond the urban governance index and provides an analytical perspective on the role of key actors as a key factor in measuring the performance of urban governance.

1.7. CONCLUSION

Urban governance has occupied a significant position in the urban studies and social sciences agenda since 1980. However, there is no a specific definition of this concept, as it has been defined by many researchers and organizations depending on the context in which the urban governance are applied as well as the motives of this application. Despite that, there are common aspects between the definitions

in the literature, namely: urban governance as a broader concept than government, and urban governance as a set of processes, mechanisms and regulations that regulate and coordinate the relationship between multiple actors with different interests within a specific area.

This chapter delivers multiple definitions of governance and urban governance. Indeed, the concept of urban governance derived from the ideology of governance. In most research literature there is no distinction between these two terms since they share many key points and principles as well as the same exact actors. However, some researchers have pointed out explicitly that urban governance is concerned with urban areas and territories. For instance, (Avis, 2016) define the urban governance as “*Urban governance is a process by which local, national governments and various actors determines how to plan and operate urban regions*”. In addition, the definition which has stated by Habitat III as “*It is the software that enables the urban hardware to function*”.

Another key point which has been highlighted in this chapter is how the international bodies define the urban governance. Whereas, the strategies and visions of those bodies has their impact on the formation of this concept. In this context, the international organizations such as World Bank and IMF prioritize the economic and financial factors over other factors due to their function and policy. On the other hand UN organizations such as UNDP, UN-HABITAT and UNESCO consider all factors of urban governance based on the principles on democracy. This study adopts the UN form of urban governance, more specifically, the definition which has been delivered in the (Habitat III) conference which took place in Quito, Ecuador, from 17 – 20 October 2016 as “*It is the software that enables the urban hardware to function, the enabling environment requiring the adequate legal frameworks, efficient political, managerial and administrative processes, as well as strong and capable local institutions able to respond to the citizen’s needs.*”

Furthermore, this study follows UN-Habitat norms of good urban governance “***sustainability, subsidiarity, equity, efficiency, transparency and accountability, civic engagement and citizenship, and security***”, and adopts its methodology in the assessment of urban governance in Syria through the urban governance index (UGI). Indeed, the assessment of urban governance through UGI has its limitations, whereas UGI encompasses set of indicators that constitute a systematic tool that results in a general and primary picture of the reality of governance in the targeted context, whether the municipality or the metropolitan area.. Etc. However, In this regard, this process is deficient as urban governance includes a network of actors who are connected through inter-relationships that vary in nature depending on the context in which they are conducted. Furthermore, to what extent UGI can measure the interaction between the key actors involved and the impact of this interaction on the efficiency of urban governance, this issue still unclear. Therefore, this study goes beyond the urban governance index and provides an

analytical perspective on the role of key actors (state, private sector, civil society) as a key factor in measuring the performance of urban governance.

3

URBAN GOVERNANCE AND CONFLICT

2.1. PREFACE

Conflict and hostility impact national- and local-level in terms of socio-economic development, as well as the lives and welfare of populations. Conflict relates to “*situations where individuals and groups have incongruent interests that are contradictory and potentially mutually exclusive but contained*”, and vehemence is a result of it (Moser & Rodgers , 2012). Urban and rural areas are naturally locations of conflict, but this is usually kept under control via social, economic, and political systems. When these systems begin to collapse, it results in eruptions of enduring violence. Hence, urban governance has a pivotal role in resolving conflict, reducing violence and accelerating recovery process. It isn’t only about laws and protocols; it also involves the way in which we live and how difficulties are overcome (Avis , 2016). Moreover, urban governance enhances peace and stability through the participation in attempts to fill the rural and urban gap and to unite main actors from both sides. Badly organized national-level peace agreements can enhance the chances of civil conflict arising. Significant population demonstrations and socioeconomic breaches frequently result in pervasive conflict in cities following the civil war, ranging from crime and gang violence to ferocious protests and terrorism. However, while modern military specialists are intensely conscious of the significance of cities, there has been a

prominent neglect to the essential necessities of urban centers by development individuals and groups focused on humanitarian aids and relief.

This collapse and loss of faith is at its lowest point in fragile and conflict-affected cities, where the collective impacts of risk may overpower local coping mechanisms. Some cities, especially those in poor or vulnerable states that have minimal institutional capacity, could be pushed to downfall by speeding up urban growth (Muggah & Savage, 2012). Cities turn into fragile when its institutions no longer able to meet their basic duties, such as guaranteeing security for the people, public and private facilities, and services, or accessibility to essential goods. This can result in populations questioning the reliability, power, and capability of local authority, and can sometimes lead to vehemence. This vehemence represents a breach in the social contract between local authority and those who challenge its legitimacy, and may be centered on city areas, infrastructure, and local populations. (Graham, 2009).

Where governance shortcomings are enduring, violence can take an obvious or discrete manifestation of pressure and control, with different populations looking to satisfy the positions in which the institutional system falls short (Muggah, 2012). Such populations prosper in cities where there is a prepared group of followers, and as a consequence of conniving public institutions, support, panic, and anxiety, which collectively hinder the processes. Fragile and conflict-affected cities are particularly vulnerable to a swift decline of basic functions when faced with a mix of urban challenges (Avis, 2016).

Equipping cities to react effectively to vehemence and conflict is intricate. Accountability for public security frequently is not limited to the local level, as many urban areas and cities count on national governments to deliver the public goods (Muggah & Savage, 2012).

2.2. CONFLICT TYPES IN THE URBAN AREAS

Classifying modern conflicts relative to the spatial specifics of urban versus rural environments, examining the methods in which cities and urban governance are employed in violent conflict and its alleviation. At the most fundamental level, three sorts of conflict have been outlined: sovereign conflict, civil conflict, and civic conflict.

3.2.1. SOVEREIGN CONFLICT involves circumstances in which international participants are openly engaged warfare. Regardless of whether this conflict is related to international territorial quarrels or explicit external intervention in civil wars, state sovereignty is tested in judicial process or political positions. Cities are impacted by sovereign conflicts to the extent that these conflicts consistently comprise efforts to seize and regulate capital cities, which are vital sovereignty hosts. Control of capital cities can remove the necessity to take hold of the entire territory since they are usually positions of executive power, places of economic riches, and hearts of political authority (Beall, et al., 2013).

3.2.2. CIVIL CONFLICT is related to violent conflict between at least two reasonably systematized groups within sovereign limits. There are significant deliberations in regards to how to define civil war. During civil conflicts, the groups involved are politically and militarily structured within sovereign limits and have declared political aims. The government or a group claiming to embody it is consistently a main warrior, and at least of the participating groups must be aiming to dominate part of the state territories, or to supersede or limit central tasks of the state in a certain area. In civil conflicts, the domination of violence previously held by the state is already in part overtaken by protestors, warlords, organized criminal populations, or militias (Beall, et al., 2013).

Traditionally, civil conflicts have been closely related with urban areas, such as the juxtaposition of ethnic populations to homeland and the social and military characteristics of rural areas where military groups can more effortlessly occur out of state targets (Kalyvas, 2006). In recent times, going off of observations of civil conflict in the Middle East and South Asia, cities offer the social arrangement for persistent armed resistance to state authority (Staniland, 2010). The correlation between civil conflict and urban areas is intricate: cities occasionally function as areas of sanctuary or virtual asylum in times of conflict and can become economic centers in conflict economies, but they may also become areas of rebellion and battle, especially when civil conflict becomes intertwined with civic conflict. (Beall, et al., 2013).

3.3.3. CIVIC CONFLICT is viewed as the violent manifestation of complaints, which may be social, political, or economic, between state and/or opposing parties. The term denotes varied but repetitive means of violence between individuals and groups that could comprise organized violent crime, gang warfare, terrorism, religious and sectarian revolutions, and extemporaneous insurgences or violent demonstrations over state shortcomings, such as insufficient (or a complete lack of) service provision. Civic conflicts can occasionally become intertwined with civil conflict, and they also can comprise intricate structure and intense economic or political interests. However, civic conflict contrasts with civil conflict in that it is, in the long run, a responsive procedure. Since civil conflict is fundamentally contributory, civic conflict is usually communicative, and although it can include efforts to rearrange authority affairs, this often fails to take hold of formal authoritative assemblies (Beall, et al., 2013).

Civic conflict usually occurs in cities, which offer the physical, social, and demographic groundwork for substantial deployment against relegation or state neglect. Even though civic conflict may pass over city lines and there can be cohesions and connections between civil and civic conflicts, the latter is essentially characterized as urban and is frequently related to intrinsic urban features such as cohesion, variety, and disparity (Rodgers, 2010).

The three-way paradigm of sovereign civil, and civic conflict offers a valuable and malleable investigative outline for studying the manners in which cities and conflict interconnect during a time in

which conflict is evolving, but there is limited agreement as to the basic nature of this alteration (Beall, et al., 2013).

2.3. THE ROLE OF CITY DURING CONFLICT

In sovereign conflicts, it is undeniable that capital cities play an imperative role, seeing as they are the locations in which sovereign authority lies. Even though these head cities have historically been a target in times of war (Bishop & Clancey, 2008), the manner in which they take part in sovereign conflicts has shifted. The use of mass media has amplified consciousness of fatalities on the attacking side, which has enforced the predilection for aerial assault of cities as the main path to triumph, especially when western governments are participating. Cities serve as provisionary and population-intensive areas, making them both targets for assault and areas of resistance. For instance, as a retort to the assault brought on by US and UK forces on Baghdad, Basra, and Kabul, delinquents in countries under offensive gradually more turned to methods of “asymmetric warfare” that are inclined to include capricious actions of terror in urban areas contrasting with more traditional military tactics (Hills, 2008). During low periods of war or during times of recovery, international policies have an effect on cities. For example, international participation in recovery efforts in Kabul resulted in the relegation of the city’s requirements as an urban center (Esser, 2013).

The city has been an emblematic central point of state-structuring, a vital place of national rebuilding, and is still the main location of the country’s international manifestation (Beall, et al., 2013). . The city has burgeoned in magnitude, largely due to continuous conflict across the entire nation and also international administrators’ acting above those of the city level. That being said, *“Alliances of national and international political and economic interests have challenged the legitimacy of local actors”* (Esser, 2013).

The capture of cities as confirmation of victory is also a goal in many civil conflicts. Contemporary sovereign wars often involve formidable air power that moves directly on cities to ensure a quick and decisive win (Landau-Wells , 2008). Conversely, in civil wars, the seizing of cities is usually the final stop after prolonged duration of guerrilla feuding or armed hostilities, usually taking place in rural areas. The fight to seize head cities can be the biggest obstacle in achieving peace and stability (Beall, et al., 2013).

Capitals and other main cities could be safe points in times of conflict, serving as locations of sanctuary and armistice during civil wars, which usually results in the flooding of rural or emigrant groups into urban areas, causing enormous urban expansion. For example, During the Syrian conflict the city of Damascus has witnessed the displacement of a large number of residents of rural Damascus (Rif Dimashq), which was the scene of violent conflict between the state and armed groups, including the armed opposition and terrorist groups.

Cities play an important part in wartime economies and as centers in related national and transnational systems, which may be endangered by open conflict. Furthermore, economic and political leaders frequently reside in cities and are opposed to contact with conflict, often exerting amalgamated, forcible authority to keep conflict from having too much of an effect on urban centers. It then appears that there are two main scenarios in which cities symbolize the ‘*eye of the storm*’ in civil conflict: (i) when mutinous groups have not been able to breach the city, or (ii) when there are planned tactics by battling groups or economic leaders with admission to the city to place urban security at top importance.

Civic conflict is openly associated with the urban arena in that it usually occurs in cities and is connected with the socioeconomic and territorial specifics of cities. Civic conflict frequently embodies a sense of subjection among certain urban populations and their attempts to take part in methods of local warfare against the authorities, leaders positioned in cities, or other urban populations who they feel vulnerable. To an extent, it is possible to differentiate between civic conflict among various factors of urban society (such as gang violence, ethnic massacres, and violent crime) and civic conflict between the people and the state (such as riots, violent protests, terrorism, vehemence towards state workers or possessions, or vehemence towards the people by the state). Furthermore, systemic segregation and ignorance exemplified in state organizations at the city and supra-urban levels are the heart of nearly all civic conflicts (Beall, et al., 2013).

Table 1: Forms of conflicts, their characteristics, and relationship with cities (Beall, et al., 2013)

Conflict type	Characteristics	City role
Sovereign	<ul style="list-style-type: none"> Includes conflict exclusively between different nations State sovereignty defied decreased since mid-20th century 	<ul style="list-style-type: none"> Capital cities are viewed as hubs for sovereignty Goal of overrunning authority is frequently to seize head cities quickly and with nominal fatalities (often via aerial assault) Cities gradually more establish sites of “asymmetric” resistance Cities are main locations for international interference

Civil	<ul style="list-style-type: none"> • Groups to conflict are mainly arranged within one state's borders • One or more of the opponents is (or declares themselves) the government • One or more groups intend to seize all or part of national terrain • Domination of vehemence by the state is already partly fragmented in decline since late 20th century 	<ul style="list-style-type: none"> • Cities are often final steps for battles mostly fought in rural areas • Cities can be virtual harbors of security or centers of conflict • Cities are often crucial centers in civil war economies, secured by contending leaders • Where urban areas are reasonably protected, this can result in exceptionally quick urban expansion • Civil conflict can overflow into urban areas, especially when it coincides with sovereign or civic conflict
Civic	<ul style="list-style-type: none"> • Entails hostile expression of complaints against the state or other urban performers • Mostly responsive in nature, rather than a tool to take control of state • Frequently motivated by neglect of the state for delivering safety, development, and prosperity in urban areas • Typically less structured than civil conflict • Increasing compared to other modes of conflict 	<ul style="list-style-type: none"> • Cities are the main locations • Urban exhibitions of conflict can be related to the situation of leaders and state establishments in urban areas • Also connected with (but not triggered by) the urban makings of density, diversity, and concentrated discrimination • May explode in cities in the changeover from civil or sovereign conflict • Can be seen in many urban areas that were harbors of virtual safety • Can be worsened by imprudent international rebuilding attempts concentrated in the city

2.4. LOCAL ACTORS OF URBAN GOVERNANCE DURING THE CONFLICT

2.4.1. STATE

The fact that the majority of people in war-torn countries reside outside of the capital city and are involved with the government via local level organizations makes it seem the most reasonable to concentrate on the vital role of local government (LG) in handling conflict. This is even more imperative in modern times, since the majority of 21st century conflict and violence takes place within states rather than across them, which places LGs at a high place of importance when rectifying the effects (Brinkerhoff, 2005).

It is often clear to national governments how and why their involvement on the local level is crucial: *“the reach of government outside the main cities is weak or non-existent and post-conflict governments, understandably, are anxious to extend their reach to the entire country”* (Wang, et al., 2004) The role

of LGs is essential since they are the means for reinstating the government in state regions and demilitarizing politics in dividend societies all at the same time. Not only that, but LGs are a necessary aid during the conflict since they offer more available data on local circumstances and necessities, broader access to communicate with communities and customary powers, a directive for economic development and service provision, and the ability to make distributive and functional productivity come to fruition when confronted with a lack of public resources (Romeo, 2002).

LG is crucial in rectifying conflict by enforcing good governance through proper representation. Local involvement with and acknowledgement of all communities, especially minority populations, is a significant starting point for the pacifying of ethnic tensions, and will go further to spread this ethic to the national political level during conflict. Moreover, the knowledge gained at the local level can supply vital insight to the issue of how to reform the national political system so that it can more appropriately cater to all of the different populations (Bigdone & Hettige, 2003).

On 28-29 November 2007 in Oslo, Norway, the Workshop on “Local Government in Post-Conflict Situations: Challenges for Improving Local Decision Making and Service Delivery Capacities” was organized. In this workshop, the UNDP specified some benefits and hindrances of the LG’s part in post-conflict scenarios, which is further explained below (Jackson & Scott, 2007):

Effective Local Government role in mitigating conflict:

- Offers a calm place for cross-ethnic group deliberation in regards to local problems and the distribution of resources;
- Allows for the representation of minority populations, evading social omission that causes conflict. The guarantee of formal political authority provides groups with motivation to become involved with the state in peaceful ways. This also provides confidence that their main issues will not be ignored;
- Offers developments in service provision, lessening complaints and discontent with the state, and evades inter-group conflict regarding service delivery;
- Diminishes the people’s interest in prolonging the conflict or supporting its cause
- Creates state legitimacy as populations see it efficiently operating locally, which in turn contributes to national political solidity;
- Widens popular involvement, which also builds state legitimacy;
- Widens political involvement through offering more facets of government, which lessens the probability of a situation where one group prevails over the others. Power is more evenly distributed across a variety of participants;
- Assists in advancing conflict rectification means, e.g. community meetings, platforms for deliberation, etc.;

- Heads of LG can have a powerful influence in community pacification from their elected positions;
- LG is a tool that can be utilized to officially deal with the local core reasons for conflict;
- institutes state outreach and regulation in remote areas that are vulnerable to being overpowered by militias or non-state entities;
- Creates inter-group trust with those groups that are involved in the same activities and with the same establishments;
- More regulatory means are integrated into the political framework. This lessens situations of large-scale exploitation, which enhances the legitimacy of the state and lessens tension amongst distressed populations;
- LG offers a “learning laboratory” for individuals to gain political and conflict recovery aptitudes that can be employed in various social situations.

Ineffective Local Government role in exacerbating conflict:

- Supremacy of LG organizations and positions by one community can enhance feelings of relegation and complaints by other communities;
- Non-transparent or equal distribution of supplies across populations can result in aggravation that turns into aggression;
- Fragile, incompetent LG damages state legitimacy. It is more likely for conflict to erupt in situations in which the state does not satisfy its duties and people view the government as not having legitimacy;
- local elections in democratic systems can establish social segregation if political parties focus solely on the conflicting groups;
- If the favorable candidate of relegated populations is not elected, these populations can feel under-represented during decision-making processes, which results in feelings of omission and aggravation.
- Unidealistic involvement in LG decision-making turns a population in search of democratic solutions into one of contradictory necessities and problems.
- Improper LG organization in ethnically diverse situations can promote ethnic segregation through emphasizing inter-group disparities and harnesses discrimination against local minorities;
- If the locally prevalent group is different from that of the nationally prevalent group, local tensions can be enhanced;
- Competition grows between local and national authority and could result in local populations trying to separate from the state;

- If inter-regional redistribution of supplies is viewed as unjust, the probability of conflict is enhanced. Areas that are plentiful in resources are especially probably to try to break away from the state;
- States with more layers of government are viewed as being more corrupt, which can result in resentment and cynicism amongst the population;
- Some studies connect decentralization to more inequality, which feeds conflict;
- One group having control of LG organizations and positions can enhance feelings of relegation and complaints from other populations.

3.4.2. THE PRIVATE SECTOR

Following the conclusion of the Cold War, social, political, and economic aspects alike have held a strong influence in conflicts in which feuding over energy and resources have broken out in war. The illegal drug and weaponry market has only aggravated these conflicts, compelled by economic complaints among specific populations in the country or area and intensifying venality and breaking down state establishments. Globalization of technology, trade, and information exchange only enable these drifts, causing a more and more intricate network of local, regional, and global economic associations taking part in numerous conflict scenarios, as well as an intermingling of government and private sector roles with military or paramilitary powers (Peschka, et al., 2011).

Conflict, violence, and persistent instability have an especially prevalent effect on the legitimate formal private sector. Overseas and local investors that could assist in evading the slope leading to full conflict through their continuing capital, abilities, employments, and technology take flight from the country, further discouraging local private sector sustaining establishments like chambers of commerce. Adversity is confronted by the businesspeople who remain, struggling to retrieve money and frequently antagonized or appointed by either militias or gradually more fraudulent government or military (or a combination), which can make it more difficult to ship in necessities or ship out their own goods. There is the temporary solution of doing business with armed groups or circumventing themselves against normal inflationary stresses and currency devaluation that come with conflict. The arms trade that progresses from establishments crumbling and conflicts amplifying increasingly interferes with usual private sector happenings. The international community's answer is, regrettably, not generally productive; the usual response seldom assists in backing the government and legitimate private sector happenings, which further progresses conflict and enables illegal trade (Sweeney, 2009).

Like other sections of society, even though conflict does not demolish the private sector, it is significantly distressed and harmed. Because of this, the steps taken directly following the conflict period are critical in reestablishing the private sector as the legitimate stimulation for economic activity that it has the potential to be and building up its future.

It is important to mention that not only does the private sector suffer direct effects of conflict, but is also confronted with elongated instability which usually goes hand-in-hand with violence. The interventions that can be employed during a time of extended vulnerability are similar to those that can be used to confront the private sector advancement restrictions during a conflict.

3.4.3. CIVIL SOCIETY

Democratic governance in non-violent societies is greatly facilitated by civil society. Even so, situations affected by conflict exhibit more profoundly the political importance of civil society, since they are distinguished by a more prominent level of politicization and not as much of an organized institutional circumstance. The creation of participants in civil society and consequent actions that can either exacerbate conflict, uphold social standards, or encourage passivity can be influenced by the various interpretations of the origins of conflict (Marchetti & Tocci, 2009).

The unclear distinction between civil society and the state becomes even more vague when a state is fragile, broken, deteriorating, or even does not exist altogether. In cases such as these, part of the normal role of the operational state is replaced by civil society. However, without proper governments with regulations and laws, civil society forms its own substitute mechanisms of self-assistance and community fairness, with unofficial modes of governance that both civil and uncivil societies create and are characterized by. In circumstances under which states are fragile or deteriorating, the way civil society acts and how it is characterized is more likely to be affected by exploitation and patronage (Belloni, 2001).

Numerous participants comprise civil society, including those that are local, international, independent, and partially governmental. The nature of civil society organizations (CSOs) is often influenced by conflict. Conflict society encompasses all local civic establishments in settings of conflict, including third country, international, and transnational civic establishments entangled in the conflict (Marchetti & Tocci, 2009).

(Marchetti & Tocci, 2009) Claims that, according to Diamond and McDonald's multitrack diplomacy model (Diamond & McDonald, 1996), both local and international organizations actively involved in the conflict are classified as Conflict Society Organizations (CoSOs). Included in these groups are conflict specialists, businesses, private citizens, research and education organizations, activists, religious groups, foundations, and the media. Even though these eight groups may share similar characteristics, in order to exactly recognize the various civil society conflict participants, they are actually adequately separated. The categorization of the different CoSOs provides for a proper delineation of the analyzed groups.

	Type of track diplomacy	Actors
1.	Professional	Technical experts consultants
2.	Business	Businessmen Trade unions Professional associations Organized crime networks
3.	Private citizens	Individual citizens Diaspora groups Families and clans
4.	Research, training and education	Special interest research centres Think tanks Universities
5.	Activism	NGOs Lobby groups Grassroots social movements Local communities Combatant groups
6.	Religion	Spiritual communities Charities Religious movements
7.	Funding	Foundations Individual philanthropists
8.	Communication	Media operators

Figure 6: Conflict society organizations (CoSOs). (Marchetti & Tocci, 2009)

Both in the midst of and following the conclusion of armed conflict, civil society is also supported. That being said, it must be kept in mind that every person affected by armed conflict at any level is drastically impacted in their lives. This impact can manifest in personal alterations in demeanor and behavior (i.e. trust and assurance) regarding economic and social changes, and also changes in authoritative relations within social groups, regions, and the entirety of society. The enabling environment in civil society is also affected in regards to security, the legal circumstances, and law enforcement, as well as fundamental issues and participants (Orjuela, 2004).

The enabling environment breaking down will largely result in a reduction in civil society doings and in turn make post-war rehabilitation less achievable. People are more hesitant to take part in the process when they are living in uncertainty and fear after being heavily impacted by long-term conflict. This can even be in terms of rebuilding and advancing local communities, since they tend to be more focused on and wary about the new authoritative and power relations. The fact that many participants in civil society become displaced also contributes to the reduction in activity, causing the deterioration in organizations' capabilities; however, sometimes Diaspora communities keep active from a distance.

The new authoritative relations and the tough circumstances are difficult to get used to for all people involved. When the state is fragile, it is particularly vulnerable to the impact of empowered uncivil, discriminatory, or crime syndicate groups, which substantially hinders the impact of civil society groups advocating for tolerance and empathy across cultures. The chances of civil society groups transforming

into uncivil groups is therefore heightened, as a result of conflict that is worsened by economic deterioration, social tension, omnipresent violence, and the demarcation of civil society in regards to ethnic groups. The inherent response of people in the midst of conflict to enforce the connections to their cultural and language communities as a defensive technique during times when the state is incapable of assuring security likely exacerbates these issues (Paffenholz & Spurr, 2006).

Great influx of assistance also impacts the social makeup and authoritative relations both during and following conflict. Mary Anderson studied the ways in which assistance can actually be detrimental, provoking conflict through numerous inadvertent repercussions (Anderson, 1999), such as:

- Preference for one end of the conflict over the other;
- Enabling conflict across groups through offering different advantages;
- Sponsoring war groups through not effectively thwarting the robbery of assistance items;
- Providing funding for war through the provision of assistance;
- Demolishing local markets through the provision of assistance; and
- Empowering war groups through the provision of assistance.

3.5. HYBRID URBAN GOVERNANCE BETWEEN LOCAL AND INTERNATIONAL

After an eruption of domestic conflict, the shortcomings of the state are remain a high point of attention around the world, most notably because of its consequences for cross-border relations (Kaldor, 2003). States that have not proven to have adequate governance end up accommodating terrorism, which in turn endangers the lives and wellbeing of not only their own people, but those outside of their borders as well. Instability of states must be viewed as a sequence of intricate governance tactics formed by the comingling of domestic and cross-border aspects not only in the aftermath of conflict, but during the conflict itself. When conflict is active, governance gets shifted from the administration to other participants at the citizen level. The people are stimulated to take over the authority aspect through local assemblies, religious powers, and ethnic groups, but can also extend to militants and terrorist groups connected with local, provincial, and worldwide political, social, financial, or warfare organizations (Zoellick, 2008). On a global scale, the collapse of a state moves governance to global governance bodies including foreign administrations, international foundations, or private organizations. Neoliberal peace is the core of international governance, endorsing institution forming for the state and civil society alike in order to make a foundation for amity; however, this tactic has attracted much scrutiny. The approach has been viewed as untenably intended to construct a hierarchical neoliberal system and gain power and authority over states devastated by conflict and their citizens, irrespective of the people's rights and humanity. Regardless of these criticisms, neoliberal peace is not flawless, since international procedures can be altered, sometimes through locals and their tactics, therefore

causing a composite governance scheme distinguished by interconnections between the state, the people, and the economy all functioning at different levels, i.e. local, provincial, or worldwide (MacGinty, 2011).

MacGinty's (2011) idea of hybridity concentrates on the dealings between the peace that is internationally advocated and local forces at work in the aftermath of conflict. It demonstrates that there are indeed flaws in the liberal peace agenda, being mired by its inconsistencies as well as by local authorities and standards. This study adopts this concept during the conflict period by examining the role of international and local actors.

4.5.1. GOVERNANCE FROM THE TOP

Globally, liberal governance intercessions have wide political, financial, social, and cultural consequences for local governance. These intercessions can change character, position, and interactions between the state, the people, and the market.

The fixation on the institutions of the state appears to go along with (Paris, 2004) the idea of reinforcing "institutions" prior to altering the political scheme (MacGinty & Williams, 2009). Paris' reasoning is to reestablish fundamental security through emphasizing the building or rebuilding institutions, which in his opinion is the biggest obstacle in reforming incompetent states. There are, however, some problems with this. To start, it is just as significant to focus on the type of institutions and the way of integrating them as it is to construct them in the first place. This is usually overlooked, with the procedure usually being determined from the top with a goal of reforming local standards into liberal ones (Roberts, 2011). Human rights may be put on the back burner in the midst of constructing institutions and be put as a second priority to proficiency and solidity (Jenkins & Plowden, 2006). Aside from this, the construction of the state can actually delay the rehabilitation of the state, and if not supplemented by altered political actions, can in turn become a cause of instability. Supporting fraudulent institutions for the sake of constructing the state only progresses corrupt power and feeds conflict (Call, 2008). These kinds of institutions do not adequately advocate the advancement of civil society and certainly are not an example of competent governance (Bojicic-Dzelilovic, et al., 2013)

Civil society is another current significant point of emphasis in the field of international governance, which also brings up numerous concerns regarding its endorsement and how it is endorsed. Some mediators recognize the local civil society and advocate its particular motivations rather than their own, while others conversely try to steer the civil society to their partialities, which in turn hinders civil society's varied demonstrations (MacGinty, 2011) This can still occur even in cases in which intercessions assert that they advocate for local tenure and involvement, since power reallocation is often peripheral and influenced as local participants are forced to adapt to specific standards and actions.

Disparagingly, international interventions can actually skew the equilibrium between the state and the people (Bojicic-Dzelilovic, et al., 2013).

4.5.2. GOVERNANCE WITHIN

On the community level, where there are no governmental bodies, the breaking down of infrastructure and the commotion or utter failure to provide fundamental amenities (such as healthcare, refuge, education, hygiene, electricity, etc.) leads to widespread disorder, uncertainty, enormous anguishes and restrictions of livelihoods. In this way, normal life is degraded to a scramble for basic necessities that people residing in stable areas do not experience. Even so, the local populations in conflict-affected areas do not stay stagnant, as can be seen in the examples of Afghanistan, Somalia, and Bosnia; they build their own networks of governance to better stabilize their situations and improve their lives. “Pockets of authority” are formed, in which various participants contend for authority and types of order (Edwards, 2010).

Civil society that includes both civil and uncivil portions is a significant factor; however, so are militants, clans, weapon-bearing groups, international performers, and extremists, all of which battle, intersect, or cohabit until established standards are made between them. The three layers of **effectiveness**, **security**, and **legitimacy** can be used to assess their achievement or failure in this area. Effectiveness refers to steady and reasonable delivery of essential requirements such as electricity, water, nutrition, work, etc., and can even extend to more long-term actions towards rebuilding or reinitiating the economy and livelihood prospects. Security encompasses securing the people’s lives in an organized rather than an impromptu way by means of organizing, upholding, and overseeing the police, legal system, and military. Security also reaches to the prevention of the pillaging and vandalism of infrastructure, housing, educational institutions, and essential factors of living such as pipelines and power lines. Legitimacy is defined as a “complex set of beliefs, values and institutions (endogenous and exogenous) about the social compact governing state-society relations”, and in the context of conflict has to do with the supplying of essential amenities and security means in a way that the people can count on (MacGinty, 2011)

4.5.3. HYBRID GOVERNANCE

It is clear that international mediation has a benefit in regards to organizing large-scale financial and cultural authority; however, there are parameters to this. The political and financial situations of international parties is an issue on its own, an even larger problem is the opposition they are confronted with from local participants who may delay, damage, and/or alter the characteristics of the interventions (MacGinty, 2011). This is particularly true since the ideas of governance and authority can be construed in different ways by local participants.

Figure 1. Demonstrates this schism and the hybrid area in the middle. In scenarios of conflict, native local governance is intricate, casual, and centers on endurance while being fueled by disparities in operational governance. It is incessantly altering, public, and available, is contingent on associations and valued customary or charming figures as legitimacy bases, and depends on local resources. All of these things contribute to its liability and lucidity in policymaking, and consequently, its legitimacy (Edwards, 2010) (MacGinty, 2011). Aside from this, the means of governance that international participants adhere to are frequently neoliberal, hierarchical, and technocratic in making arrangements in secret while corresponding with privileged national figures. Carrying out transactions and meeting targets is placed at a higher importance than forming relationships, and there is a dependence on external recruits, innovations, and material resources (MacGinty, 2011). In the midst of conflict, the locals view governance as a process, but the internationals handle it more as a sequence of events. This divergence is an enabling factor for uncivil actors who view both these kinds of authoritative structures and local structural concerns as an enablement to achieve their personal militant governance and/or state-building schemes.

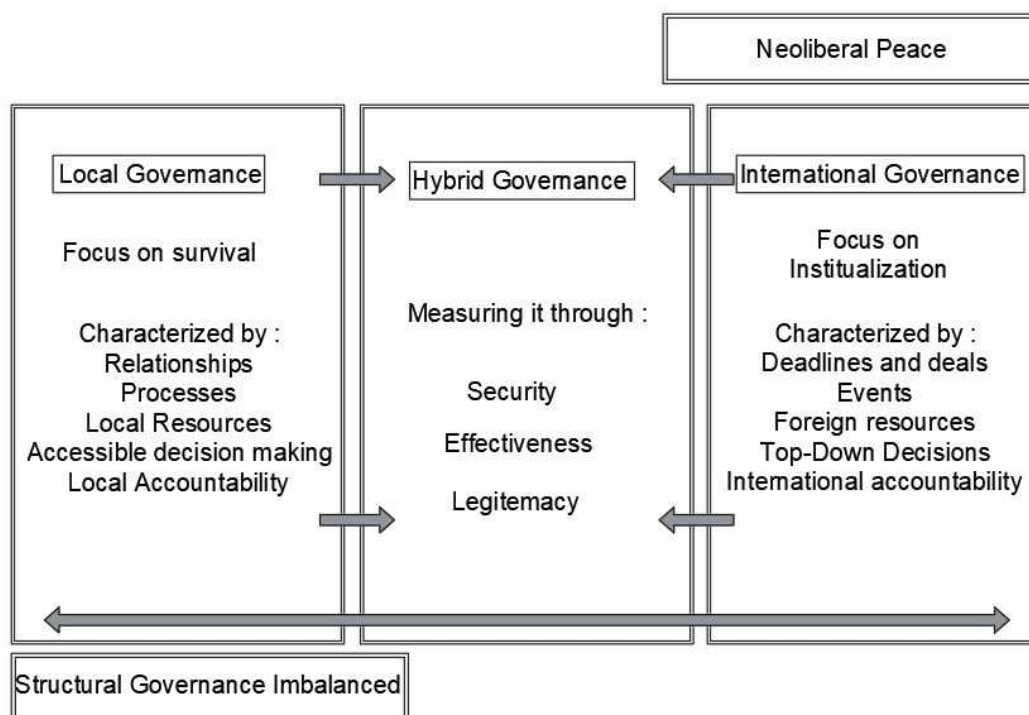


Figure 7: Hybrid Governance during conflict (MacGinty, 2011)

The end product of all of this is that governance that is constructed in the midst of conflict is an amalgamation of customary and contemporary, local and international (MacGinty, 2011) and civil and uncivil, all of which clash, cohabitate, and collaborate across the realms of civil society, the market, and the state.

4.6. CONCLUSION

The discussion in this chapter revolves around the dynamics of urban governance during the conflict. Three types of urban conflict have been categorized: the sovereign conflict, civic conflict and civil conflict. This classification was carried out according to the parties involved in the conflict and the urban environment in which it occurs. In examining urban governance during a conflict, considerable attention must be given to identifying the type of conflict and the key actors involved, since that would help to understand the behavior of urban areas and to anticipate the social and economic consequences of conflict.

When conflict breaks out, the governance landscape changes dramatically due to several factors, including the changing social, economic and political map. Where the sharp division of society between the opposition and the pro-state as well as the withdrawal of entire areas from state control define this map. Consequently, the governance system of the State, the market and civil society collapses, , accompanied by the emergence of government gaps that are filled by internal parties supported by outside parties or by external parties who intervene directly on the ground. In other word, In other words, a hybrid governance mode is formed during the conflict and encompasses two types:

- Local governance focuses is on survival, and the imposition of sovereignty and legitimacy.
- International governance focuses on rebuilding institutions to suit their agendas and interests.

This study adopts the concept of Hybrid Governance which presented by (MacGinty, 2011) in studying the key actors of decision making during the conflict and to analyze the interrelationships among them. MacGinty explained that hybrid governance can be assessed based on three principles:

Effectiveness: means the provision of basic services to the population of electricity, water, education, health, etc., and the distribution of these services fairly and equitably. In addition to reactivating the economy in order to secure a decent standard of living.

Security It means protecting citizens and securing their lives by creating security and judicial institutions such as police and security and organizing their work through fair laws and regulations.

Legitimacy is the social contract that regulates the relationship of citizens with state institutions and the private sector. It is based on a set of beliefs, values and legislations that guarantee and protect the rights of citizens. Under this contract, public authorities are empowered to handle the affairs of citizens

This study adopt these principles in the assessment of urban governance in Syria in addition to good urban governance principles and Urban Governance Index which mentioned in the previous chapter.

4

GOVERNANCE IN SYRIA BEFORE AND DURING THE CONFLICT

4.1. GOVERNANCE BEFORE CONFLICT

4.1.1. THE STATE

Syria, officially known as the Syrian Arab Republic, is a Middle Eastern country in the east Mediterranean Sea in southwestern Asia. Its neighboring countries include Turkey to the north, Iraq to the east, Jordan to the south, and Palestine and Lebanon to the west. Syria has a geographical area of 185,200 km² and a yearly population growth rate of 2.37%, with a population of 21.02 million as of 2010. There are fourteen provinces in Syria, with its capital city being Damascus, which is also the largest city in the nation, having a population of 1,552,000 (MAM, 2008).

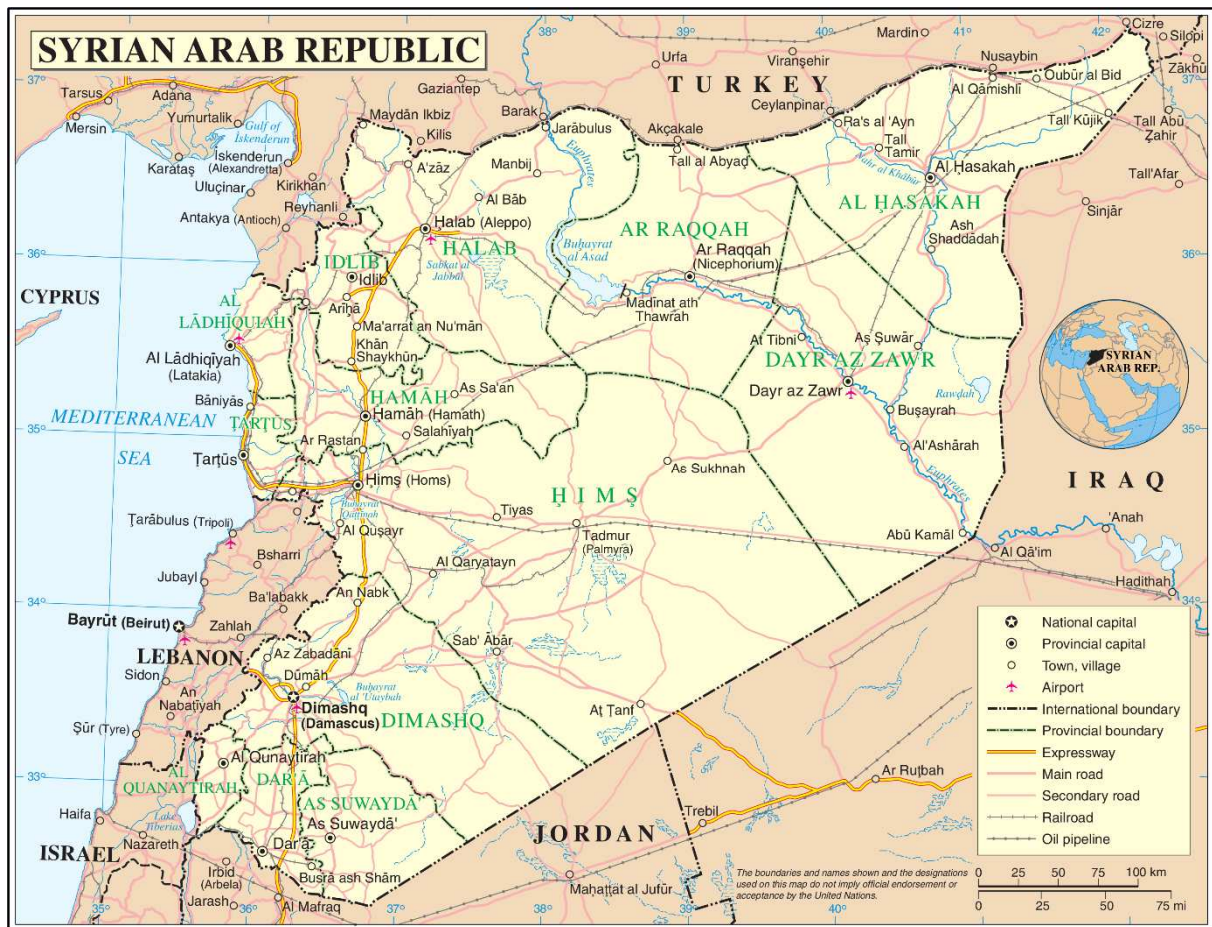


Figure 8: Syria and its governorates. (UN, 2008)

In 1930, the Syrian constitution was first put into effect, being altered and amended for the first time in 1973 and once more in 2000. The constitution states that Syria grants the Arab Socialist Ba'ath Party governmental roles at both the state and societal level, with the country itself being defined as a “democratic socialist” republic (Parliament, 2000). The prevalent party in Syria is known for its “*pan-Arab ideals*” that accompany its “*distinctly socialist tendencies*”.

There are three branches of government: executive, legislative, and judicial. The president sits at the forefront of the executive branch, and is appointed by democratic vote every seven years and is recognized as the leader of the state. According to the Constitution, the president has the authority to assign all vice presidents, the prime minister, and the council of ministers, which is comprised of individuals from various political parties, including the Ba'ath (LOC, 2005).

The face of the legislative branch of government is the Syrian Parliament, or Majlis Al-Shaab, which consists of 250 people that are also elected by popular vote every four years, with the most recent elections in 2016. There are also numerous political parties embodied in the parliament, the most prevalent being those from the National Progressive Front (NPF), which consists mainly of Ba'ath members (Parliament, 2000). The parliament plays an important role in the economic landscape and has

a notable influence on the country's lawmaking, although the parliament itself does not have direct executive power.

The high judicial council leads the judicial branch. Syria's judicial network comprises a mixture of Ottoman, French, and Islamic laws, and three court levels. These three levels include courts of the first instance, the court of appeals, and the constitutional court, which is the highest committee. Aside from these, there are also religious courts that manage issues having to do with domestic law (Hasan, 2012).

Initially instated in 1956 and modified in 1971 (GOD, 2006), the country's administrative sector has a pyramid-like form that, although originally it was planned to embody a decentralized government, operates dominantly from top to bottom (Fig12), Syria is consequently sectioned into fourteen provinces: Al Hasakah, Al Ladhiqiyah (Latakia), Al Qunaytirah, AL Raqqah, As Suwayda', Dar'a, Dayr Al Zawr, Dimashq (Damascus), Halab (Aleppo), Hamah, Hims, Idlib, Rif Dimashq, and Tartous (CIA, 2011). Each province has its own governor, recommended by the Minister of the Interior, accepted by the Council of Ministers, and proclaimed by executive declaration. Each governor is accompanied by an appointed provincial council, of which 60% of the appointed chairs are legislatures of prevalent community groups in the associated city or province (GOD, 2006). These local governmental offices generally operate in accordance with the purposes and goals that are relayed by the main government, and therefore have quite restricted authority.

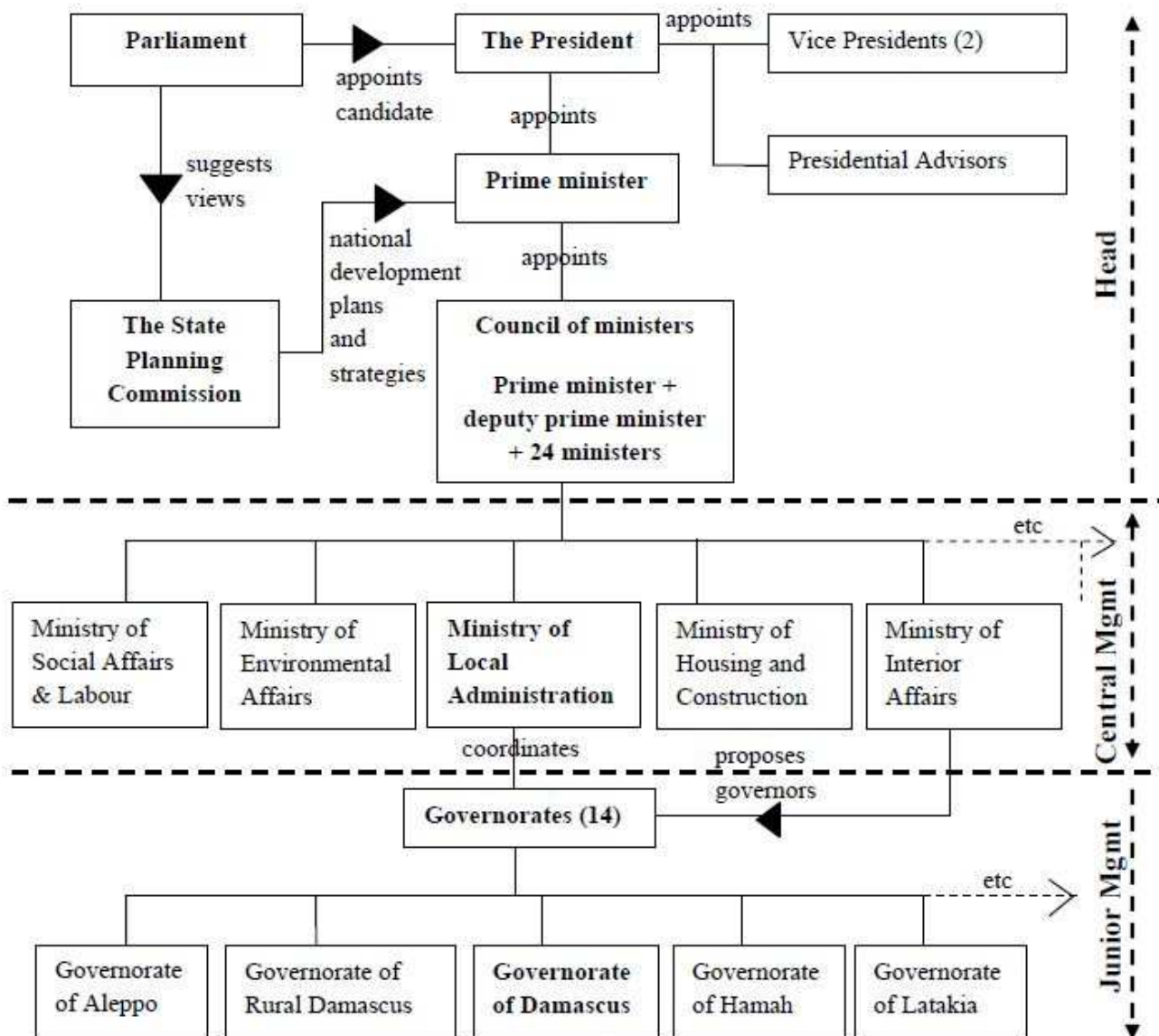
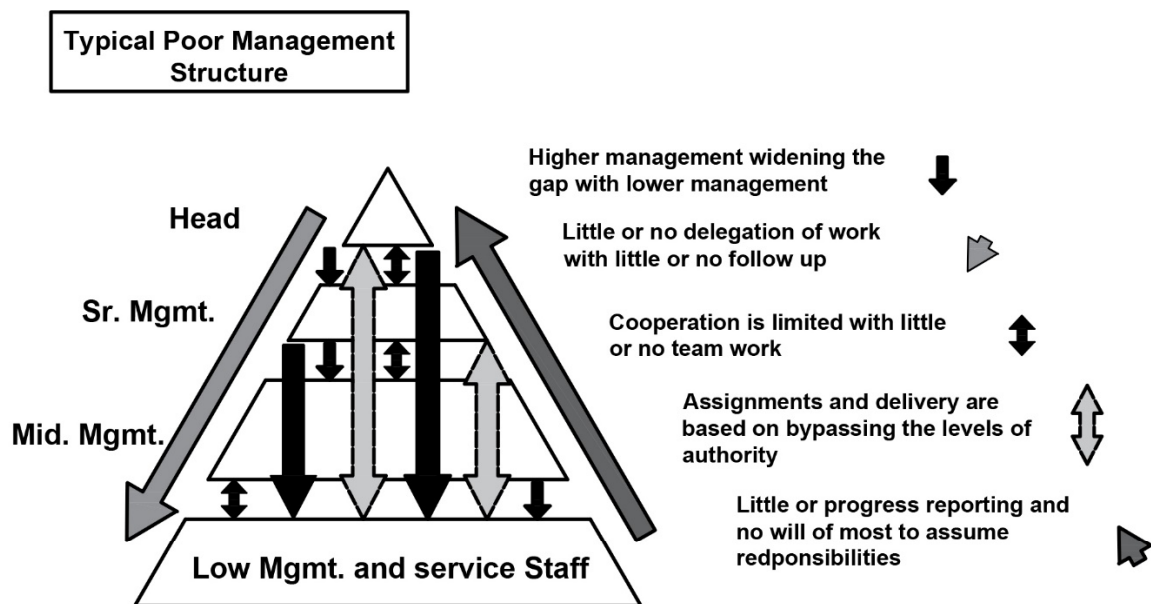


Figure 9: the national government structure with the urban planning institutions (Hasan, 2012)

The central state is viewed to have strict power over Syria's national government, which is especially apparent in situations pertaining to urban development in which the central government has authority over all areas of developmental policy-making, from the tactical to the local level. Through the employment of decentralization regulations stressed in the recent FYP (2006-2010)¹, this is intended to be reduced by reapportioning duties and resource accountability amongst the central and local administrations in order to localize developmental decision-making (Hasan, 2012).

¹ Syria adopted its reform agenda in May 2006, the tenth five-year plan (FYP 2006-2010), which set the priorities and targets for moving from a planned economy towards a social market economy.

An evaluation of the Syrian administrative system was done by the United Nations (UN), in which it discussed the country's long-standing tendency toward centralism, combined with inherent concerns related to inadequacy and disorganization accompanied by insufficient aptitude and exploitation. The analysis explained that these issues have resulted in numerous roadblocks and difficulties which have inhibited the country's efforts to decentralize (UNDP, 2005). The merging of the legislative and executive authorities, which is normally embodied in the central government ("head" in Figure 12), has caused not only gaps between the top and bottom levels of the administrative pyramid (Figure 13), but also inadequate service provision and a governmental development procedure that has become obsolete (UNDP, 2005).



- Middle management almost doesn't exist keeping big gap between Sr. Mgmt. and Low Mgmt. Mid management is very shallow and plays no significant role in the decision making process
- Low Management and service Staff are underpaid with many are unqualified, have no capacity to perform their work efficiency, have little monitoring and coaching, corrupted, have bad attitude toward providing adequate service level to citizens and businesses have no proper performance appraisal, and have no incentives to improve

Figure 10: UN criticism of Syrian government hierarchy (UNDP, 2005)

As a result, numerous developmental strategies to enhance the ability and scope of the local administrations' impact on developmental decision-making are presently underway, with the direction

and help from numerous international organizations (such as the UNDP being assisted by the UN and the MAM project helped by the EU) to provide more supportable local services.

The following figure (fig 14) illustrates the dates that marked an important milestone in the history of the Syrian state.

1516–1918	Syrian territories ruled as provinces of the Ottoman Empire
1920–1946	Syria under French Mandate
1946	Syria gains independence from France
1963	Baath Party comes to power, economic development policy characterized by state dominance and inward-looking import substitution model
1970	Hafez Assad becomes president of Syria, launches Corrective Movement that gives more space to the private sector while keeping the state's dominant role in the economy
2000	Bashar Assad becomes president of Syria
2005	Tenth Five-Year Plan signals break with Syria's state-led economic development model, move toward "Social Market Economy"
2011 January.	Regional "Arab Spring" uprisings
2011 January.	First instance of Arab Spring-inspired unrest, in Damascus souq
2011 March	Unrest begins in Daraa
2011 Spring	Unrest spreads, driven primarily by rural and peri-rural mobilization
Mid-2011- ...	Escalation of conflict

Figure 11: the main historical dates until the beginning of the Syrian conflict (World Bank, 2017b)

4.1.2. THE MARKET

The United Nation developmental gauges indicate that Syria, by most social measurements, is at an average level of lower-middle income states. As of 2010, its GDP is estimated to be at USD 60,405 (UN, 2017).

An intermediate plan to switch from a centralized command economy to the social market economy is that of the 10th Five Year Plan (FYP 2006-10). A centralized command economy is not sufficient to support Syria economically into the future in the competition of the current global market landscape as a result of the public sector's shortcomings as an influential source of capital accrual that could fund the country's obligations (Hasan, 2012). This plan offered substitute settings to aid in Syria's economic development with a specific plan of reform. The main goal of this plan is to create reasonably competitive markets in which goods, services and factors of production are exchanged without the interference of the state, contingent on conditions of supply and demand. This tactic puts the state in an accompanying position rather than a contending one with the private sector. Although the government has provided a "supervised" liberty to private sector participation, there is emphasis by the state in the

10th FYP on the need for its intervention in regards to dealing with market shortcomings or carrying out actions associated with the supply of public services or services that are not generally covered by private investments. (Dostal & Zorob, 2009).

Faced with an absence of efficient productivity to deal with market demand, the government will increasingly limit its activities in order to build structural conditions and an advantageous business environment. Making the industrial sector the center of economic development is the focal point of this agenda, reducing the input of the oil and gas sector and offering prospects for the service sector, e.g. banking, insurance, trade, etc., in order to accomplish the greatest potential development (JICA & , 2009).

Between 2005 and 2007, the private sector greatly facilitated escalated development in the national accrual of capital, from 11.8% to 54% (WB, 2007). The new investment legislative decree no. 8 (2008), which modified investment law no. 10 (1991), enabled this, as well as fortified the rights of both domestic and foreign investors. Furthermore, in order to advance the investment climate even more, Syria joined the International Centre for Settlement Disputes and the Multilateral Guarantee Agency (MIGA) (Al-Dardari, 2008)². Nevertheless, foreign direct investments are still at a low level, seemingly connected to the view that Syria is a high-risk country (JICA & , 2009).

Syria is making an effort to encourage persistent deregulation and amendments in this reform process in order to stimulate private investment. The goal of this is to set economic development on a path aimed towards a non-oil economy, upgrading of agriculture, and employment of domestic and international tourism for self-sustainable economic development, which also guaranteeing social stability with social safeguards. In this way, the Syrian government policy is set on a path towards prudently taking on the market economy while also making sure that social value and steadiness would not be weakened (JICA & , 2009).

Even so, the journey towards an open market economy is still in the planning stages with very little action actually taken thus far, attributed to the fact that Syria is still missing the correct resources in order to achieve an open market economy, “which the main ones are government expenditure, tax system, VAT and M change (monetary change and money supply)”. The state is still the main authoritative power in regards to the national economy as a result, chiefly through public-private partnerships that the state utilizes as a tool to maintain control of the economy, as well as to analyze the concentration of selected projects. That being said, a developmental agenda should add to enhancing human development gauges defined by the UNDP (for example, such a project should supply

² Abdallah Al Dardari is the Deputy Executive Secretary of ESCWA, and was Deputy Prime Minister for Economic Affairs from 2005 to 2011 and Minister of Planning and Chairperson of the State Planning Commission from 2003 to 2005. (ESCWA, 2014)

employment opportunities, education, or social benefits) to guarantee that the selected investments properly satisfy the people's needs. The central state then virtually maintains control of the national economy, and is therefore making an effort to remain in a position of power regarding the supervision of infrastructure supplies while sharing others, by forcing a variety of what one can refer to as social restrictions.

The service sector is the only area that is progressively advancing, which puts other large economic areas, such as industry and agriculture, in a steady drop. The augmented costs of products combined with the shortage of public output over the past few years has also caused a devaluation of the national currency while also lessening buying power of median individual incomes (Al-Dardari, 2008). The result has been social discrimination and even a social trauma and intense degeneration for many of the social classes' living standards (Syrian News, 2009). It is for this reason that it can be said that growth is a definite requirement, but has not manifested strongly enough in order to supersede the state's financial deficits and encourage a fair allocation of capital. This is why politicians and other authoritative bodies should prudently reflect on the social repercussions of any reform lengths in the incredibly difficult process of economic restructuring.

As of 2009, there is an estimated number of 5,382 million participants in the Syrian labor market, with the official unemployment rate being 8.5%. In 2005, the occurrence of new members in the labor force reached 98.1%. These new members have various educational and training backgrounds and endure the deficient labor market organization and the discordancy of training and education programs with practical elements. Even so, the state has made some efforts to initiate some method of social welfare assistance tools. A social survey was conducted on the topic by the Ministry of Social Affairs and Labor from December 2008-April 2009 in order to confront the circumstances of families and individuals living in poverty, 11.9% of which, according to a 2006 calculation, live below the poverty level (CIA, 2011).

Minister of Social Affairs and Labor has stated that rather than simply beginning a welfare fund for impoverished families, the Ministry intends to create a dependable platform when making decisions on which areas to focus on when implementing social development programs (Syrian News, 2009). Moreover, the Minister announced that the planned financial assistance is to be administered via the supply of new employment, projects for constructing capacity, and social services agendas instead of via direct payments to the underprivileged population. This is an development in the direction of the state's goal of creating more stable development of the national territory through organized regional development for poverty relief (JICA & , 2009). The state views this method of dynamic economic governance as useful for emphasizing and reinforcing the potential of the public sector without causing in intense drop in human development. In relation to this, the new 11th FYP (2011-2015) is going along

with the same main phases denoted in the 10th FYP in regards to growing investments while simultaneously enhancing the living standards by founding the groundwork for a competitive economy on which to base the progression of economic development.

4.1.3. CIVIL SOCIETY

Syria has an incredibly varied population, both ethnically and religiously: “*Arabs 90.3%, Kurds, Armenians, and other 9.7% (about 9 percent are Kurds. Armenians, Circassians, and Turkomans make up the remaining 1% of the population)* (CIA ‘2011). *Major religions in Syria are Sunni Islam (74% of total population), other Islamic denominations (including Alawite, Druze 16% of population), Christianity (various denominations 10%), Judaism (tiny communities in Damascus, Al Qamishli, and Aleppo) Yazidis (a small religious group whose religion contains elements of Islam, Judaism, and Christianity)*” (Stanton, et al., 2012). Not only that, but there are also various languages spoken in addition to the most common Arabic, which in itself have many dialects across the country’s different regions. Even more cultural variation was introduced into the country from adjacent lands such as Palestine, Lebanon, and Iraq. Even though these immigrants do not have the right to vote in elections or take part in Syrian politics, they are offered parallel rights regarding schooling, healthcare, tenure, and economic doings. The urbanization rate in Syria greatly escalated with the introduction of refugees from adjacent lands combined with domestic relocation to large cities, most notably Damascus. This can be partially attributed to the unequal regional development and the main centers of significant activities, such as higher education, employment, and specialized healthcare, in the biggest cities in the nation (Hasan, 2012).

The 4th chapter of the Syrian Constitution on Freedoms, Rights, and General Duties, under Article 39, states that Syrian citizens have the prerogative to gather and make peaceful demonstrations as long as it stays in accordance with the law. Furthermore, Article 48 of Chapter 4 states that the people have a right to form unions, social or professional organizations, and production or services associations that function within the law’s delineations. This right is applicable to all sectors and councils of society, but is in fact monitored to promote the Arab socialist movement and maintain its structure, as well as organize and direct the socialist economy, improve public security, health, culture, and other concerns of the people’s wellbeing, creating educational and technical potential, and enhancing methods of production, while also supplying the means to regulate state organizations (Parliament, 2000).

Political Parties, Unions and Professional Associations, Job Creators Groups, Chambers of Commerce and Industry, and Social Organizations construct the formal makeup of civil society (Decision, 2011). Syrian Civil Society Organizations (CSOs), are quite different in their level of demonstration, technical proficiency, capacity building, service provision, and social utilities (World Bank, 2017b). This is

greatly attributable to the magnitude, official aptitude, and amount of acknowledgement that the organization receives by law with other social areas, the state, and the private sector.

As stated by the Ministry of Social Affairs and Labor, the amount of associations in Syria has significantly escalated, from 540 in 2001 to 1,500 at the present day, particularly with the help of UNDP and its impact on the 10th FYP (2006-2010) focusing on facilitating civil society. Many organizations have been relabeled as NGOs as a result, and even more notably, new organizations focused on development have been founded, such as the Syria Trust for Development. Founded in 2007, this establishment is recognized as one of the most operational NGOs at the national level, and directly works with the UNDP. Even so, Syria still has a limited amount of operational NGOs, which are rather marginalized when likened to governmental and for-profit sectors (UNDP, 2011).

There are two kinds of difficulties that Syrian NGOs are confronted with. The first of these two are “internal” challenges, which are, in the first instance, in regards to their incapability to proficiently operate because of a shortage of establishments or organizations that could be of beneficial and hands-on provision, and in the second instance, their deficiencies regarding their organizational administrative, structural, and functional abilities. “External” challenges, on the other hand, present themselves in numerous ways, the most notable being the legal environment that they operate within. Syrian NGOs legally function in accordance with conditions stated in the Associations and Private Societies Law no. 93 of 1958, which centralizes the doings of all NGOs through the Ministry of Social Affairs and Labor. It is a requirement for all NGOs to register with the Ministry of Social Affairs and Labor and function under its regulation. Aside from this, it is mandatory for all interactions with international organizations, such as receiving funds or working with international participants, to be approved by the Ministry of Foreign Affairs, which has presented an obstacle to the dynamic participation of international actors with NGOs (UNDP, 2011).

A substantial portion of Syrian civil society is informal, which chiefly comprises sociocultural activities constructed using social relations of association and features founded on the community in regards to location, derivation, or culture. These features have powerful connections with formal establishments, although they are not formally recognized themselves. This association typically builds upon accepted authoritarianism (such as the chief, local administration, and neighborhood board) or negotiated patronage (such as public authorities or executives or members of the private sector), as opposed to nominated representation such as with formal civil society bodies (Jenkins & Wilkinson, 2002). This connection allows the informal sector of civil society admission to services.

4.2. GOVERNANCE DURING SYRIAN CONFLICT

The afflicted economy and society due to the war resulting from the letdown of the state is a reflection of the shift to a new governance discrepancy in the midst of the Syrian conflict.

4.2.1. STATE FAILURE

Across Syria, the people's faith in state institutions has significantly decreased as result of the state falling short throughout the conflict, causing the citizens to put their trust in other casual, customary institutions including family, tribes, communities, or cultural or religious connections for a sense of security and comfort (Syrian Center for Policy Research, 2013). Consequently, several governance institutions have been established, many in the hope of filling in where the government is lacking. Many of them are unstable and very strained, but the Local Councils and Sharia Courts have made strides to improve the situation through offering essential public services, including charitable help and garbage pickup. They also aim to settle local conflicts, carry out legal tasks, and rebuild structure (Baczko, et al., 2013), in addition to implementing their own regulations and guidelines.

Local Councils

With a main objective of collaborating with the civilians and militants, back in 2011, the first Local Council was established in Zabadani, which transformed into a model for local governance that was redone throughout regions in Syria not under governmental control. Young, ambitious people started the Local Councils, a majority from the local organization commissions that were once very influential but progressively decreased in power as the number of armed opposition rose. A large number of these individuals have since been arrest or killed or have fled the nation and have been replaced by less competent leaders with less technical and business abilities. However, this isn't the only weakness of the Local Councils, as they are also lacking in monetary resources, and these two factors combined hinder their capacity to tactically plan outside of the impromptu services that are being supplied, which impedes them from being successful and autonomous from the influence of military, tribes, family units, or foreign bodies. Councils are certainly not deep-rooted and, contingent on their security circumstances, accessibility to border zones, how long they have been in action, and other contending establishments, vary in their stages of progress (Khalaf, 2013). Even so, they have still been successful in reinstating at least a small amount of social services in their regions. Combined with their local characteristics and groundbreaking history during the revolution, this achievement has confirmed that they are largely appreciated by local populations and are highly esteemed..

Sharia Courts

Sharia Courts first came about with the goal of dealing with conflicts between armed assemblies; however, since then, they have increasingly began meddling with the entire livelihoods of the citizens since they have been taken over by groups such as Al-Qaeda, ISIS, Al-Nusra, and other jihadi

assemblies. Sharia courts presently reflect the biggest point of controversy in the fight for governance across the regions in Syria that are not under governmental control. Courts are diverse (although the majority is led by Islamic groups) and are not headed by one particular individual, and participants can be spontaneously altered with fluctuations in power aspects at the base. There was a wide variety of Sharia Court leaders by May 2014, such as the jihadi group ISIS in Al-Raqqa, local armed assemblies such as Jaish Al Mujahedeen in Aleppo (which has a respected reputation in its area), and allied groups such as Al-Nusra and Al-Qaeda, not to mention elderly clan chiefs, anarchists, youth, and sheiks, such as in Deir Ez-zor. Sharia Courts have a doctrine of a combination of Islam and conventionality when allocating power among assemblies, while the Courts led by fanatical groups such as ISIS and Al-Nusra levy more extremist understandings of Islam. The agendas of Sharia Courts varies from place to place, ranging from settling confrontations and upholding order to succeeding Local Councils in offering charitable help and services or completely ruling over every factor of the people's lives. Since they are susceptible to being overrun by militants and radicals, Sharia Courts can sometimes be utilized as a means of tyrannical authority. When the Courts first appeared, they were embraced by the people since there were no better options in the midst of state failure or absence, but after some time they were transformed into a means of vehement subjugation. After having achieved local respect and more authority due their success in providing social services, Sharia Courts outlawed civil society, replaced traditional regulations with strict Sharia law implementation, and attempted to relegate elders, community leaders, and businesspeople in order to safeguard that they would not be held responsible for future conflict and failures.

In this light, it should be noted that Local Councils and Sharia Courts do not function across the same areas, but rather in particular zones. Similarly to Somalia, the governance that has manifested across Syria has become a non-cohesive collection of city-states and communities, disconnected by rustic statelessness while a concentrated web of people are bargaining or fighting for supplies and authority. Frequently under political military organizations with connections to foreign intercessors, this physically divided governance will only counteract any exertions to construct integrated, contemporary, effective, transparent, and dependable state institutions (Khalaf, 2013).

4.2.2. CONFLICT ECONOMY

As a result of the instability, violence, and collapse of the economy caused by the conflict in Syria, there has been a huge volume of unemployment and job loss of over 50% (Syrian Center for Policy Research, 2013). In addition to this, there has also been a harsh drop in the purchasing power of fixed salaries, with the Syrian pound having depreciated by over 300% and the prices of food inflating by 100% (Yazigi, 2014). The bulk of the citizens have lost their means of support, resulting in 50% of the population being below poverty level. Farmers, shepherds, and petty traders are being pushed into other

means of making a living due to the factories being vandalized, raided, or shut down, trade being weakened, and agricultural yields becoming scarce (ACAPS, 2013). Some people who have been forced to change industries have switched to customary hand-labor jobs such as repairing appliances, but others have resorted to more extreme lines of work, such as fighting or selling humanitarian services. In the midst of all of this, illegal activity has become more prevalent (Khalaf, 2013), including bribery, blackmail and holding ransom, human trafficking, producing and distributing drugs, pillaging, and illegally trading oil and weapons (Syrian Center for Policy Research, 2013) (ACAPS, 2013).

Beyond the control of the state, new (and for the most part illegal) informal ambitions and power groups have developed, and in the process disintegrated the customary business class. The people in these groups are not at all concerned with rebuilding central governance in Syria, thriving on the chaos and procuring great amounts of material wealth and authority (Yazigi, 2014). Some examples include that of Tel Abyad, where marijuana is being grown to be trafficked to Turkey and Iraq (Danish institute for international studies, 2012) (ReliefWeb, 2013) (ACAPS, 2013), and in the northeast of Syria, a whole microeconomic system centered on the illegal oil trade has been created. As a result of this informal conflict economy, a new class of clannish, insurgent, and radical populations has been cultivated and strengthened, with its members violently feuding for resources in order to gain further authority. The oil fields make up one of the most significant resources due to its enormous profit potential, with other major resources in demand are those of gas, electricity, water, and basic food ingredients. Other main sources of revenue include that from border fees, checkpoints, and ransacking banks and factories (Yazigi, 2014).

Specifically, radical jihadi organizations have proven the most efficacious at gaining access to and control of these resources and abusing them to gain more authority. The reason for this is their previous experience in taking full advantage of war economies in places like Iraq and Afghanistan. Yaziji (2014) explains that they began funding their military maneuvers and management of the city by raiding billions from the Al-Raqqa bank, and from there they extended to taking over other major resources, such as the oil fields. For example, ISIS took hold of and exploited flourmills supplies a million people per day and used them to accrue revenue and operative humanitarian aid resources in order to gain respect. Another example is Al-Nusra, which made the most of its command of the transportation routes of oil pipelines in order to charge government-run refineries for access to the oil. In some cases, these organizations have made financial arrangements with the regime, such as the “water-for-electricity” agreement in Aleppo between the Sharia Court and the regime. Another such arrangement was in Deir Ez-zor, where Al-Nusra came to terms with the regime on sharing oil revenues in order to guarantee that both sides had steady oil access.

In the middle of armed conflict and a war economy, although financial collaboration does occur, the goal is not to reinstate state or formal market management. This cooperation is rather based on the personal ambitions of the authoritative financial and military participants, which are more expected to destabilize local exertions aimed towards decreasing illegal activity and reestablishing order. Radical and guerilla groups have a habit of subjugating invigorated exertions from civil society that could possibly make them liable, with many of these groups actually aiming to propagate vehemence and thwart any attempts at peace in order to sustain the financial and political victories they have achieved due to the state falling short and the ensuing pandemonium. Even so, problem is not unequivocal: although these groups may not aim towards reinstating central governance that has been rapacious at their cost, new businessmen could be geared towards achieving a stable governance system that offers more constancy, security, and certainty.

4.2.3. CONFLICT SOCIETY

Conflict drives society apart and rescinds social solidity, extinguishing trust, faith, and individuality and hosting extremist changes in the political nature and standards of behavior for people who have lived through pandemic violence (Pouligny, 2005). Even more significantly, societies go become jolted in such a way that they are willing to settle for ad hoc government substitutes that under normal circumstances would never have gained the people's approval (Klein, 2010). Aside from this, however, conflict also invigorates civil society in response to essential limitations imposed by the violence (Kaldor, 2003), inspiring social action and producing new leaders, as well as stimulates the people to rethink their customary authoritative foundations. In Syria, when the people exploded in revolt, civil society was invigorated, evident in youth communities, proletarian agendas, local collaboration assemblies, leaders, activists, religious organizations, civil and religious courts, Local Councils, charitable organizations, media clusters, and more. With the wholehearted ambition of rising above a calamitous humanitarian disaster with assistance efforts, supply, building awareness, and (although to a smaller degree) advocating for human rights, the people's goals and efforts cover several ranges. Some of the areas that are affected include health and medical care, education, civil insubordination, political, social, and economic strengthening, solving conflict, creating amity, human advancement, psychosocial aid, and the rebuilding of the state and institutions (Khalaf, et al., 2014).

In this way, civil society is still present in Syria, even in the midst of conflict, although it must be recognized that the way it is characterized and how it works is undergoing constant alterations that are contingent on the circumstances surrounding it (Marchettia & Toccib, 2009). The general meaning that this study assigns to civil society as the area between the market and the state confirms that it is not strictly its western interpretation in harmonious states as simply non-governmental assemblies. Conversely, it comprises the communal, more informal proletarian campaigns at the base, the

motivations of which summon the people into action and the political importance of which is much greater in times of conflict. Regardless, while civil society, the market economy, and the state begin to interlace with the war economy and the collapsing state and thus begin to amalgamate, what occurs is that what may normally be referred to as “uncivil” forces actually in a way become civil in the setting of a “conflict society”. This poses confusion in identifying who actually compose the civil society in the conflict setting of Syria. For this reason, the principle that this study uses to identify civil society is that of function: as long as the participants are not assuming a dominating role and exploiting violence or the militants’ war economy, people and groups will be viewed as contributing to civil society, even if under normal circumstances they may indeed be viewed as uncivil. Armed groups, traditional groups, and state-like organizations are the three main assemblies in the Syrian conflict that generally seem to always be contributing to civil society while at the same time opposing it. (Khalaf, et al., 2014), in an analysis of the different civil society assemblies in the areas of Syria not under governmental control, showed that the rate at which these groups increase in size is relative to the movement of their regions out of the government’s control. This growth would not have been feasible if it weren’t for the assistance of paramilitaries who fought back against a dictatorial system; however, these armed groups also impede the civil groups’ expansion rates due to the augmented command of armed forces running state-like organizations. These organizations can be less radical and relatively approved by the people, such as Janish Al-Mujahedeen militias, or more extremist organizations like ISIS, which are still working on gaining the people’s respect. Traditional groups, on the other hand, which include tribal, cultural, and religious organizations, have been the most effective in contending with ISIS, as well as the most organized in implementing much of the humanitarian aid and other civil society operations in the Syrian conflict. For example, some of the clans in Deir Ez-zor have been able to repel ISIS from overtaking their terrain, and some Islamic humanitarian organizations have been able to supply nutrition and lodging to those domestically exiled in Aleppo. Conversely, there was one tribe in particular, Al-Baryedje, who played a major role in subsidizing ISIS with its human resources, and several religious establishments have been the source of animosity, amplified disunions, and misconduct.

That being said, the query is again raised as to who does and does not make up civil society in Syria, since the lines are still very blurred. A number of factors contribute to this classification, including the role and authority of an individual, but also their own nature, whether that is inclusive or exclusive. In a field study by (Khalaf, et al., 2014) in which the civil society in non-government controlled areas in Syria was charted out for a survey of civil society communities as to their individuality, and the results were clearly quite obscure across the board. Even though several of the organizations claimed to not be politically ambitious, many of their activities were of a political nature. In other organizations, nearly all of them claimed that they stood for democracy, egalitarianism, and liberties, but their own definitions of these aspects were quite diverse, varying between the international standard interpretations to the

Islamic notion of “shura”, or consultation. Moreover, although the majority agreed that there should be a separation between church and state, quite a lot also affirmed that moderate Islam was the answer to their governance issues. One reason for this is that when radical organizations have a hold on the population, it makes the people nervous to claim any type of non-spiritual attitudes. Even so, there was still a trend of support for Islam in the general sense that is very present in the politics of non-government-controlled areas in Syria, even those who were passionately liberal and advocated for unity, involvement, and equal human rights for all citizens. Gellner and Kaldor actually opposed the general embrace of Islam in politics since Islam itself still has a communalist agenda and has not “generated the kind of protestant individualism that provided the beginnings of civil society in Christianity” (Kaldor, 2003). In Syria, there is indeed much optimistic talk about the various types of Islam and how they should progress, but there are also many influential political parties have been quick to incorporate Islam into their political campaigns to their benefit. One aspect of Islam, for example, called “Moubayaa”, is a social arrangement in which the people declare allegiance to their ruler (Kaldor, 2003). This concept has been practiced by Al-Baghdadi, the head of ISIS, in order to gain mass disciples in Syria and expand his reputation across the nation, establishing ISIS as the authority figure and opposing social assemblies. Many radical organizations who are considered “uncivil” have grown in authority against civil society in a similar fashion as the war economy and shadow state establishments, but civil society nonetheless keeps growing outside of their confines as a counteraction. Civil society has gained influence through their basic observational tactics and raising awareness with protests, pacts, and consultations, and has been able to stimulate pseudo-governmental establishments to come through for the people and accept responsibility. Despite a fragile infrastructure, a lack of backing, and diminished technical and financial resources to counteract the war economy and the forcefulness of a shadow state, one thing that civil society does have in its advantage is the determination of the people.

Even though having the state and market resources under control could greatly facilitate the safety and stability of governance, civil society has the advantage of validity, something that has been true before the conflict and is still true in the midst of it. Once more, as the disparities between old and new governance converge, the main query is whether civil society in Syria and build and sustain civility even from its uncivil state due to the collapse of the state and the war economy during the conflict. Regardless, since there is still the factor of international influence during the conflict in Syria, it is not only civility and uncivility that are merging, but also international and local governance.

4.3. GOVERNANCE IN SYRIA BETWEEN THE INTERNATIONAL AND THE LOCAL ACTORS

Handling the different international participants the same is not effective. These participants include NGOs, opposing governments, the private sector, multilateral establishments, philanthropic establishments, the media, human rights assemblies, international networks, think tanks, governmental

commissioned private firms, the diaspora, and more. The collection is so varied in both their natures and their ambitions that could either cooperate or clash with both each other and the local participants in Syria.

In Syria in general, the main objective of the main international mediators with regard to governance is that of state-building and civil society, which highlights constructing the required political and financial establishments as a basis for neoliberal amity.

4.3.1. INTERNATIONAL GOVERNANCE

State Building

Two examples of this concept include the hierarchical construction and campaigning for the National Coalition of the Syrian Revolution and Opposition Forces (the Coalition) and the augmented backing for the building of and advocating for Local Councils in Syria.

The National Coalition of the Syrian Revolution and Opposition Forces

The Coalition was established to be an acknowledgeable boundary of the Syrian resistance that outside participants could address. Regardless, the locals view it as negligibly demonstrating the people's inherent motivations, as well as being very reliant on international monetary resources that gives it strength and for which they are liable. Many others view it as an oppressive power of no use other than to dominate the people and gain foreign assistance to be allocated amongst its own members who have influential networks. The Coalition holds a minimal reputation with the locals as a result of the Secretary General in Qatar, Sabagh, who was greatly backed by the Muslim Brotherhood (Oweis, 2013).

In an effort to gain more legitimacy with the people, the Coalition has begun establishing Local Councils with technical and monetary aid through its Assistance Coordinating Unit (ACU) and Local Assistance Coordination Unit (LACU). The ACU as its main objective was to provide assistance to local councils, while the LACU was meant to construct state institutions through offering local councils with consultancy and the essential factors of the electoral procedures. However, because of their political lobbying and support from contending authorities, the two establishments ended up coinciding. Additionally, even though the councils enjoyed its advantages, the support of the Coalition was accompanied by the burden of planning and even regional legislative bodies was placed on the Local Councils, which resulted in the Local Councils being of the idea that their affiliation with the Coalition went no further than financial matters. The international intercessors have been well aware of this, but regardless, the building of an essential state system still takes precedence as opposed to progressing the communal ambitions of the people of Syria.

Local Councils

Foreign financial assistance is directed towards Local Councils through governments' commissioned private companies (also called "implementers"), that is when it is not all being put into the Coalition. The implementers are based in Gaziantep, Turkey, and have built a reputation for fulfilling the institution-building objectives for the neoliberal peace the most successfully. They answer mainly to their means of financial supply, since they are private establishments. The implementers tend to be the most effective in gaining funds through offering to complete and being offered more projects, which is the main factor contributing to their achievements. There have been grievances that there is hardly any collaboration or discussion between them regarding knowledge acquired relating to the Local Councils. Moreover, they are not per se preoccupied with charities' effects on Local Councils. In other areas, political abuse by private state-funded establishments has been evident, reported to be able to influence alterations to the political agenda in the target areas of their funders (Fischer, 2006). Then again, when implementers express suspicions of possibly detrimental effects, the threats have already been carried out by the time their cases reach the legislators in Western capital cities.

In the meantime, foreign governments, through their monetary assistance to project funds and training for Local Councils, are still contending for control. This can be clearly seen both in the training curriculum and its implementation. "Good governance" has become a household name in Local Councils as a course offered by the Coalition and several implementers for achieving neoliberal peace. Because it is a rather non-political and technical tactic for governance, it leaves room for social power associations to be weakened and structural political concerns to be written off, and democracy could possibly diminish it to rare occasions focused on the privileged people of society (e.g. elections) instead of focusing on the community in a unified and involved manner. All of these factors could strengthen state institutions, but to the disadvantage of the people.

The programs of the implementers are of main concern. A Syrian scholar, for example, claimed that one of the NGOs proposed five completely non-related training courses on institutional management to the five different Local Councils (Khalaf, et al., 2014). Because these councils have training backgrounds in more independent than cooperative performance, they will support decentralized governance even if there is insufficient collaboration between jurisdictions. Although decentralization isn't inherently troublesome, its implementation with no base or infrastructure is. These tactics evidently benefit the motivations of the intercessors and the division and animosity of the states for the sake of decentralization, such as with the "Arab Spring" in Yemen and Libya.

Civil Society Engineering

There is also a form of institutionalization having to do with civil society. It has been cited in literature about liberal amity that post-conflict action plans largely prioritize urban, metropolitan, and upper-class

and English-speaking populations (MacGinty & Williams, 2009), or on pacifying the native movements, namely their efforts to join the worldwide governance community of institutionalized, proficient NGOs (Kaldor, 2003). The former presents the risk of restricted access to the real, local civil society, while the latter holds the risk of progressing the schemes of northern suppliers even if not in the interest of the people, seeing as this can lead to them being fully reliant on external donors (Kaldor, 2003) (MacGinty & Williams, 2009). These scenarios also apply to Syria.

Many Syrian activities, scholars, and development workers have expressed that a good portion of the funds put into the cause for rebuilding civil society during the conflict in Syria don't really produce the anticipated result. It has been attributed to numerous factors, the most prevalent being outreach. Since most of the money initially goes to international NGOs and implementers and then secondarily to large, English-speaking, institutionalized Syrian NGOs, there is a lot of time and money wasted. These latter NGOs external to Syria (mainly in Gaziantep or Lebanon) are not per se directly associated with the local population, and in the case that they are, very little of the money gets forwarded to the local society. Another problem is the "projectization" of civil society, in which many of the local social organizations are required to be registered as NGOs in order to receive funding and foreign technical assistance. Although this can give them more credibility when communicating with their donors and sometimes occupying their priorities, the local movements are becoming more money-motivated "civil society projects". This has proven to set them further from their identities as independent movements founded on social doctrines and associations, aiming to hold power abusers accountable. Therefore, it is reasonable that many citizens view NGOs, civil society, and activists as parts of an elected body working on their groundbreaking social ambitions. This is one source of society's opposition to Universalist introductions, such as democracy, while offering other methods that locals may feel more comfortable with.

4.3.2. LOCAL – INTERNATIONAL HYBRID GOVERNANCE

The majority of the international intercessors in Syria have governance tactics that actually appear to be weakening the state and civil society, making it easier for radical organizations to come into power. Even though many international intercessors have positive ambitions to repair Syria's civil society, they often cannot provide fortitude where there is weakness. This is mainly due to the fact that governance has a different definition among populations, which can be explained by hybrid governance elements:

Effectiveness

Many international mediators view efficiency as mainly connected to achievement when executing their own tactics and projects through their own institutions or institutionalized organizations. Since international assistance is assembled and executed according to foreign regulations established in the capitals of their countries of origin (Edwards, 2010), it many times is unsuccessful in swiftly and steadily

amending the dynamics in the field. Moreover, seeing as different donors have different objectives, it is often difficult to reach consensus between them, which causes disparity and ultimately ineptitude. For example, some interventions collaborate with the Coalition, while others go straight to working with the Local Councils and civil society groups depending on their goals and ideals. Furthermore, local activists and recipients of aid in refugee communities are of the view that donors are set in their own ways of action, even if it means taking longer and not being as effective. It appears that to the donors, finishing the project takes priority over actually reaching the people and making a real difference.

(Khalaf, et al., 2014) have stated that — whether it be because of cultural ignorance or a clash of interests — this varying, unproductive, and restricted outreach and effect of assistance has had an impact both on the implementation of the assistance itself and the supplying establishments. The disparate support from international NGOs to civil society populations has proven to break faith between them. Moreover, the fact that the majority of international donors tend to concentrate on relief aid (and that a great portion of support goes towards this) has displaced civil society's political role. For example, many civil society organizations in non-government controlled regions have refocused their political efforts on supplying aid, whether that be in whole or in part (Khalaf, et al., 2014). On the other hand, the fact that donor schemes incorporate political elements into their aid has had damaging effects on local civil society groups concentrated on inclusive governance policies with less means. A current example is the religious conceptual schemes of the donors with plentiful supply from the Gulf States that are the exact opposite of liberal and democratic.

In the meantime, international organizations are the ones that are influencing the decisions in Local Councils, the Coalition, and across the globe to be more transparent and all-encompassing. The humanitarian necessities and thoughts and opinions from the Syrians would have been much less noticed around the world if it weren't for some international civil society and humanitarian establishments.

Security

International powers generally are their own sources of security. They aim to strengthen solidity in a collapsed state through constructing state institutions with the intention of shielding themselves from terrorism and civil armed conflict abroad. There are a “core five” organizations that they turn to in any case of a collapsed state, including the military, the police, civil services, the justice system, and management (Call, 2008). Even so, because so much focus is put onto creating a state that is secure, the nature and role of these organizations is often neglected, such as whether they are rapacious, fraudulent, and/or dictatorial, as well as if they are attentive to the circumstantial requirements in the midst of severe conflict and if their security measures are sufficient and maintainable (Call, 2008).

This is somewhat evident in the case of Syria. The international network, in their support of the Coalition, has actually encouraged another pseudo-governmental establishment that is both fraudulent

and widely unaccepted by the locals, as well as run by an amalgamation of opposing local exclusive and international governance motivations. At present, regarding security, the Coalition appears more involved in contributing to the conflict than achieving consensus that would enforce security for the people. Even the fact that it endorses the military to protect the people has actually been diminishing a sense of security. The Coalition's military organization in Aleppo is said to be the most active in pillaging, and as a result has almost completely lost its legitimacy. In the meantime, in earlier stages in the conflict in Al-Raqqa prior to its overtaking by Al-Nusra and then ISIS, local strategies were proposed to international donors to install a police force in the area. Unfortunately, as local activists have stated, the petition has been halted since the international donors have not gotten the sign-off from the Coalition to proceed. The Coalition has expressed more interest in furthering its police agenda under the Muslim Brotherhood and the Al-Doraa militias, which the local activists claim are associated with each other..

Legitimacy

In vulnerable states, international mediators are more concentrated on international legitimacy based on their own schemes or international origins of rational-legal types of legitimacy having to do with the security of the state, the supplying of public goods, etc., rather than basing legitimacy off of local morals, beliefs, and associations (Roberts, 2011) (Edwards, 2010). Most common in Western states, this mode of legitimacy is only one of several types evident in conflict-affected states. Local legitimacy originates from intricate power configurations, accountability, and duty, since it also depends on local principles (e.g. tribal, communal, spiritual, or traditional) that allows communities to receive what they need and sustain their lives. Without comprehending these qualities, the result is intense opposition between internal and external legitimacy sources and could write off the legitimacy of current local establishments, ultimately making the state even weaker (Edwards, 2010).

One example demonstrating the different internal sources of legitimacy (both civil and uncivil) in different regions of Syria is that of the rural community in Deir Ez-zor, a tribal region that still exhibits a combination of networks of closeness and support resulting from a war economy and is not probable to imitate an exclusively rational-legal system such as that in Western states. The associations founded on friendship, support, and/or shared history and ideas was just as significant as the successful provision of services in elections in the Local Council in Deir Ez-zor. If international donors only concentrate on the legal-rational form of legitimacy and overlook the aspect of association and other modes of appealing or customary authority resulting from them, they will not likely gain cooperation from the council. Aside from this, in circumstances of conflict, some privileged entities could keep directing their motivations towards international legitimacy instead of local legitimacy in order to establish their place of power and sustained availability of resources (MacGinty, 2011). Two instances of this are institutionalized state-like establishments such as the Coalition and other civil society groups that have established

respected associations with donors. Members of the local civil society view this as exploiting their resources and forcing urgencies and ideas through project-motivated funding that they do not per se agree with (Khalaf, et al., 2014). This has proven to broaden the rift in legitimacy in local areas, making it easier for jihadi groups to gain prevalence. These groups are achieving more legitimacy with religious campaigns that assembles entire communities, along with an enormous monetary ability to achieve legitimacy through supplying the people with provisions and security.

4.4. CONCLUSION

This chapter addresses the mechanisms of urban governance in Syria before and during the conflict by clarifying the role of the key actors involved in decision-making and the dynamic relationship between them.

Before the conflict

Following the year 2000, Syria has undergone significant shifts within its governance setting. This occurred in collaboration with UNDP, which has prompted the Syrian government to make governance changes in the country. This was evident in the Syrian 10th FYP (2006-2010), putting an emphasis on the decentralization of government, increasing the activities and investment of the market, and lastly enabling the participation of civil society in the process of development.

Nonetheless, it can be assumed that the Syrian government is still perceived to be centralized to a large extent before the conflict and it continued with the same approach during it, with centralization being the prevailing characteristic of development governance in the country still. This is exhibited at the local level in the capital Damascus, as the GoD is still expected to act conforming with the MoLA's will, regardless of the greater freedom it had been given in handling local resources and decisions. Moreover, despite the increase of investments in the services and market activities in favor of the private sector, they are still greatly dominated by the state and nowhere near attending to local demands, notably of those with a lower economic status. Therefore, informal market activities have taken place in the cities, having a substantial input into the national income and strongly associating with the state's bodies and formal market, although not being legally recognized. On the other hand, the parliament along with a number of organizations of principally cultural and environmental functions are considered to be the representatives of the civil society. However, they have a limited freedom of action as they are controlled by the central government, which prevents them from having access to all social groups. This also hinders debating fundamental developmental needs with the development authorities, as these are not incorporated in their agenda of actions. A more active and broader form of civil society has consequently occurred, which is not formally represented or acknowledged, but is well organized and strongly associated with private, formal, and governmental CSOs. This civil society form is based upon kinship and is thought to be highly competent on societal, financial, and cultural levels.

During the conflict

Syria has been serving as a host for the most ferocious conflicts in recent history, being a breeding ground for various governance modes of both disparaging and constructive. The reason for this is the fundamentally unstable governance over the ten years before the conflict. This governance has shifted from the state -market- society manipulation to the state failing, a conflicted economy, and a torn-society. These circumstances have cultivated different governance configurations, including local, and international actors that have risen to fill in where the state has fallen short. These groups comprise civil society assemblies, Local Councils, Extremist Groups, Sharia Courts, and warlords, the National Coalition of the Syrian Revolution, international bodies and private stockholders.

A “hybrid governance” is being constructed as civil society and state-building assemblies are making an effort to rebuild and/ or develop governance whether including these elements or not. Regardless, this hybridity procedure appears to lean more towards international reconstruction ideals that center on hierarchical technocratic-institutionalization and actually worsen the weakness and division of civil society in Syria, given its civil society’s already fragile configuration. This results in the enablement of radical groups to fill in as a mode of governance, and even the international intercessors who mean well often fail to be productive in this regard.

Moreover, to be able to reinstate a more stable mode of governance more effectively in states affected by conflict, we need to reconsider the inconsistencies and restrictions in our comprehension of and efforts to counteract the conflict and rebuild the state and civil society. In the midst of conflict, hybridization not only changes the characteristics and position of the state- market- civil society, but also impact the interrelationships between them. Therefore, the concentration should not be put on governance actors separated from each other. Furthermore, an accurate evaluation must encompass intensive historical analysis and circumstantial comprehension of local ambitions and efforts as opposed to international ones. As evidenced by the situation in Syria, the historical backgrounds of conflict are indeed prevalent, as well as the local circumstances and how the international actors cooperate with them. In the meantime, the opposition of the locals has displayed that amity cannot be achieved without fairness, and that security cannot be achieved without genuine modifications in all social, financial, and political aspects. However, irrespective of the mode of governance that may be seen in Syria later on, whether that is inclusive, exclusive, integrated, divided, centralized, decentralized, or an amalgamation of the two, whole generation and populations in Syria are disappearing that will have consequences for years to come both domestically and internationally. Therefore, it is needed that we begin to consider the state- market- civil society, amity and fairness, and security and amendment as unified elements, but most importantly, the population and their rights.

5

ASSESSMENT OF URBAN GOVERNANCE IN DAMASCUS DURING THE CONFLICT

5.1. PREFACE

The Case study addresses the urban governance in the capital city of Syria -Damascus, which is considered one of the most significant strongholds of the government during the conflict. Where much effort has been focused on protecting this city and neutralizing it from conflict as a form of proving sovereignty and maintaining power. This policy has largely succeeded over seven years of war, as the capital city still outside the conflict, with the exception of some peripheral areas, which constitute a small percentage of the total area of Damascus. As a result of the stable situation in Damascus, many people moved to it from neighboring cities, particularly from Rural Damascus (Rif Dimashq). This demographic change have had a profound impact on the city and put a lot of pressure on the city's institutions to respond effectively in a proper way in order to meet needs and provide services to those newcomers. On the one hand, many people from Damascus fled the country, especially the well-off people because of the deteriorating social and economic conditions. . So, Damascus has played the *eye of the storm* during the conflict as mentioned in chapter 3. In a related context, the conflict that erupted in Damascus could generally be categorized as a civil conflict between the state and opposition groups, where the main objective of the opposition forces and its armed groups fighting in Damascus was to

seize the capital as the center of political and economic power, and thus to completely topple the Current Government.

The reason for targeting Damascus as a case study is that it is the political and economic capital of Syria, and as mentioned above, Damascus has been protected by the regime since the outbreak of the conflict, and thus still has the pre-conflict institutional structure, as well as the proper environment for interaction between the key players in the governance process. These factors facilitate the collection of data, and thus the possibility of evaluating urban governance of Damascus with the least number of limitations. On the contrary, areas of conflict characterized by the absence of state institutions, as well as the lack of economic and social activities, even in areas that have been fully controlled by the opposition and not a battlefield, there is no clear structure of institutions but only a group of entities whose interest is limited to political and military affairs without focus On economic and social development.

In this context, this chapter deliver an assessment of the urban governance in Damascus through applying the UN-Habitat Urban Governance Index, as well as studying and analyzing the sphere of key actors involved the city governance.

5.2. URBAN GOVERNANCE ASSESSMENT IN DAMASCUS THROUGH (UN-UGI)

5.2.1. EVALUATION APPROACH AND DATA COLLECTION

Two main alternatives are used in the selection of indicators, depending on their importance on the one hand and the availability of statistical data on the other (UN-HABITAT, 2004a).

- The first alternative includes high ranking indicators
- The first alternative includes in addition to high ranking indicators, some moderate ranking indicators.

The following table shows those two alternatives:

Table 2: Selected indicators for the two alternatives (UN-HABITAT, 2004a)

Principle	Alternative 1: Only High ranking	Alternative 2: High and selected moderate ranking
Effectiveness sub-index	1. Local government revenue per capita 2. Local Government transfers 3. Ration of mandates to actual tax collection 4. Published performance standards	1. Local government revenue per capita 2. Ratio of actual recurrent and capital budget 3. Local Government transfers 4. Ratio of mandates to actual tax collection 5. Predictability of transfers 6. Published performance standards 7. Customer satisfaction survey 8. Vision statement

Equity sub-index	5. Citizens charter 6. Proportion of women councilors 7. Proportion of women in key positions 8. Pro-poor pricing policy	9. Citizens charter 10. Proportion of women councilors 11. Proportion of women in key positions 12. Pro-poor pricing policy 13. Street Vending
Participation sub-index	9. Elected council 10. Election of Mayor 11. Voter turnout 12. People's forum 13. Civic Associations (per 10,000)	14. Elected council 15. Election of Mayor 16. Voter turnout 17. People's forum 18. Civic Associations (per 10,000)
Accountability sub-index	14. Formal publication of contracts, tenders, budget and accounts 15. Control by higher levels of government 16. Anti-corruption commission 17. Disclosure of personal income and assets 18. Regular independent audit	19. Formal publication of contracts, tenders, budget and accounts 20. Control by higher levels of government 21. Codes of conduct 22. Facility to receive complaints 23. Anti-corruption commission 24. Disclosure of personal income and assets 25. Regular independent audit

Alternative two is adopted in this study in order to cover as many issues as possible, due to the complexity that face urban governance in Syria. This alternative includes 25 indicators that divided into 9 quantitative indicators and 17 qualitative indicators. All indicators are evaluated and given a weight (scores) according to their rank, their importance to the main objective and distribution of weight. The following table demonstrates the calculation of each sub-Index which are classified in the four main indicators: Effectiveness, Equity, Participation and Accountability (see table 2). *“The indicator score is expressed as values ranging from “0” to “1”, where “1” means excellent performance and “0” means poor performance. In addition, there is a significant number of indicators were binary in nature. Binary response in Yes or No were transformed to ‘0’ or ‘1’”* (UN-HABITAT, 2004a).

Table 3: Suggested investigational formulae for the Urban Governance Index, Alternative 2 (UN-HABITAT, 2004a)

Sub-Indices	Formula
Effectiveness	$0.25 \times \text{LG Revenue per capita} + 0.10 \times \text{Ratio of recurrent to capital budget} + 0.10 \times \text{LG revenue in transfer} + 0.10 \times \text{Tax collection} + 0.10 \times \text{Predictability of transfer} + 0.15 \times \text{Published performance standards} + 0.10 \times \text{Consumer satisfaction survey} + 0.10 \times \text{Vision Statement} = 1$
Equity	$0.20 \times \text{Citizens Charter} + 0.20 \times \text{Women councilors} + 0.10 \times \text{Women in key positions} + 0.15 \times \text{household water connection} + 0.10 \times \text{Pro-poor policy} + 0.10 \times \text{Water price} + 0.15 \times \text{Street vending restrictions} = 1$
Participation	$0.15 \times \text{Elected Council} + 0.15 \times \text{Mayor Selection} + 0.25 \times \text{Voter Participation} + 0.20 \times \text{Peoples Forum} + 0.25 \times \text{Civic associations} = 1$

Accountability	0.20*Formal publication: contracts, tenders budget and accounts + 0.15*Control by higher levels of government + 0.10*Codes of Conduct + 0.10*Facilities to receive complaints + 0.15*Anti-corruption commission + 0.15*Disclosure of personal/family income and assets + 0.15*Independent audit =1
Urban Governance Index	(Effectiveness sub-index + Equity sub-index + Participation sub-index + Accountability sub-index = 4)

The data collection process has been conducted among number of government bodies at the local and national levels. In doing so, the researcher collected data from Central Bureau of Statistics (CDS), the parliament, Damascus governorate, and Ministry of Local Administration MLA...etc. In addition to the official websites of these bodies.

5.2.2. UGI indicators

A. *Effectiveness*

Effectiveness measures the instruments and the socio-political atmosphere for institutional proficiency (through subsidiarity and predictability) in financial aspects and planning, services providing and meeting local community needs.

Local government revenue per capita

The published monetary and economic data published by the Central Bank, which is responsible for financing the Governorate of Damascus, indicates that the total revenues of the local government amounted respectively in the years 2014-2015-2016 to the following values in dollars (4,856,245 - 3,256,589 - 1,836,855) (Central Bank , 2016).

Table 4: Local government revenue per capita

Indicator 1:	Local government revenue per capita
Principle(s):	<i>Effectiveness; Accountability</i>
Methodology:	<p><i>The indicator is measured by identifying the following data:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>Total local government revenue (R): This includes the income annually collected, both capital and recurrent for the metropolitan area, in US dollars). A 3 years average of the values is undertaken. Please make sure to specify whether the information is for the municipal area or the metropolitan region.</i> <i>Total population (P). Please make sure that the spatial unit (municipality/metropolitan) is standard for the local government revenue and the population size.</i> <i>Local government revenue per capita (LGR) = R/P</i> <p>$R = \frac{4,856,245 + 3,256,589 + 1,836,855}{3} = 3,316,563\\$</p> <p>$P = 2,350,000$</p> <p>$(LGR) = R/P$</p> <p>$3,316,563 / 2,350,000 = \\$ 1.4$</p>

Ratio of actual recurrent and capital budget

The published monetary and economic data published by the Central Bank, which is responsible for financing the Governorate of Damascus, indicates that the total local government recurrent budget (R) amounted 48,543,689 \$, and The total local government capital budget: 35,922,330 \$ (Central Bank , 2016).

Table 5: Ratio of actual recurrent and capital budget

Indicator 2:	Ratio of actual recurrent and capital budget
Principle(s):	<i>Effectiveness; Accountability</i>
Methodology:	<p><i>The indicator is measured by identifying the following data:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>The total local government recurrent budget (R) : Recurrent includes income derived on a regular basis (e.g. taxes and user charges)</i> <i>The total local government capital budget (C): Capital includes fixed income that is derived after allocation of funds from internal or external sources (E.g. higher levels of government, private sector, and donor agencies).</i> <i>Ratio of actual recurrent and capital budget (RRC) = R/C</i> <p>R / C</p> <p>$R (2015-2016) = 25,000,000,000 \text{ SYP} = 48,543,689 \\$</p> <p>$C (2015- 2016) = 18,500,000,000 \text{ SYP} = 35,922,330 \\$</p> <p>$48,543,689 / 35,922,330 = 1.35$</p>

Local government revenue transfers

The published monetary and economic data published by the Central Bank, which is responsible for financing the Governorate of Damascus, indicates that the *Local government revenue* (R) amounted 84,470,000 \$, and *Transfers in local government revenue* (T): 13,008,380 \$ (Central Bank , 2016).

Table 6: Local government revenue transfers

Indicator 3:	Local government revenue transfers
Principle(s):	<i>Effectiveness; Accountability, Participation</i>
Methodology:	<p><i>The indicator is measured by identifying the following data:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Local government revenue (R) = Total local government revenue (transfers and non-transfers)</i> • <i>Transfers in local government revenue (T): Income originating from higher levels of government, which include formula driven payments (such as repatriation of income tax), other grant donations from higher government levels including national or state governments and other types of transfers</i> • <i>Percentage of local government transfer (LGT) = (T / R) * 100</i> • <i>Scoring on the percentage of transfers: 0-25% = 1.0; 25-50% = 0.75; 50-75% = 0.50 and 75-100% = 0.25</i> <p>Transfers in local government revenue (T) = 13,008,380 \$ Local government revenue (R) = 84,470,000 \$ Local government revenue transfers = (T/R)*100 (13,008,380 / 84,470,000)*100 = %15.4 As scoring on the percentage of transfers: 1.00</p>

Ratio of mandated to actual tax collection

According to the Syrian Ministry of Finance (MOF, 2015), the actual value of taxes amounted to 28,862,325 \$ of the \$ 49,600,689, which is the value of the Mandated (planned) tax to be collected. Thus, the rate of tax evasion is almost 50%.

Table 7: Ratio of mandated to actual tax collection

Indicator 4:	Ratio of mandated to actual tax collection
Principle(s):	<i>Effectiveness; Accountability, Participation</i>
Methodology:	<p><i>The indicator is measured by identifying the following data:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Actual tax collected (C) • Mandated (planned) tax to be collected (M) • Ratio of mandated to actual tax collected (TC): C/M <p><i>Taxes: municipal rates and levies, any local taxes on the transfer of property and any other taxes such as entertainment or hotel taxes, motor vehicle taxes, taxes on business which do not reflect the direct provision of services</i></p> <p>(C) = 28,862,325 \$ until DEC. 2016 (M) = 49,600,689 \$ planned for 2015-2016 28,862,325 / 49,600,689 *100 = % 58</p>

Predictability of transfers in local government budget

Table 8: Predictability of transfers in local government budget

Indicator 5:	Predictability of transfers in local government budget
Principle(s):	<i>Effectiveness</i>
Methodology:	<p><i>1. The effort is to measure whether the local authority knows well in advance (2-3 years) about the amount of budget and level of consistency/regularity in receiving transfer from higher government.</i></p> <p><i>The following queries need to be addressed:</i></p> <p><i>- Is the amount of fund transfers from higher level of govt. (national/state known in advance (approx. 2-3 years) of the local budgeting process? (Yes/No)</i></p> <p><i>2. The second important aspect to measure the “basis” of transfers. For example, the population in 1999 was 1 million and the transfer was \$1 million. In 2000, the population was 1.1 million, but the amount of transfers was \$900,000. In the absence of a strong correlation between the basis and the transfer amount, the transfers may not be predictable.</i></p> <p><i>- Is there a basis to determine the transfer amount? (Yes/No)</i></p> <p><i>The transfers include the formula driven payments (such as repatriation of income tax) and other grant donations from higher government levels including national or state governments. (UN-HABITAT, 2004a)</i></p> <p><i>.</i></p> <p>The answer of this issue is “NO”.</p>

Published performance delivery standards

There is no formal publication of performance standards for key services delivered by the local authority in Damascus

Table 9: Published performance delivery standards

Indicator 6:	Published performance delivery standards
Principle(s):	<i>Effectiveness, accountability</i>
Methodology:	<p><i>The following queries need to be addressed.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> · <i>Is there currently a formal publication of performance standards for key services delivered by the local authority? (PPS) (Yes/No)</i> · <i>If yes, what is the number of key services for which the PPS is present (S)</i> · <i>What is the total number of key services for which PPDS should be present (T)</i> · <i>Published performance delivery standards (PPDS) : $PPS \times S/T$</i> <p><i>Key services include: Water supply, electricity, sanitation, solid waste management, health, education and others. (UN-HABITAT, 2004a)</i></p> <p>Is there currently a formal publication of performance standards for key services delivered by the local authority in Damascus? (PPS) NO</p>

Consumer Satisfaction Survey

There is no mechanism to address the Consumer Satisfaction in Damascus governorate.

Table 10: Consumer Satisfaction Survey

Indicator 7:	Consumer Satisfaction Survey
Principle(s):	<i>Effectiveness, accountability</i>
Methodology:	<p><i>The following queries need to be addressed.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> · <i>Is there currently a formal publication of performance standards for key services delivered by the local authority? (PPS) (Yes/No)</i> · <i>If yes, what is the number of key services for which the PPS is present (S)</i> · <i>What is the total number of key services for which PPDS should be present (T)</i> · <i>Published performance delivery standards (PPDS) : $PPS \times S/T$</i> · <i>At what institutional level does the publication of performance standard takes place? (Municipality/District/State/Province)</i> <p><i>Key services include: Water supply, electricity, sanitation, solid waste management, health, education and others. (UN-HABITAT, 2004a)</i></p> <p>Is there currently a formal publication of performance standards for key services delivered by the local authority? No</p>

Existence of vision statement

Damascus Governorate announced its vision for the next ten years (Damascus 2020) in 2010, and includes a comprehensive plan for economic and social development (Damas.Gov ‘2012). But this plan did not come into force because of the outbreak of a conflict in the beginning of 2011.

Table 11: Existence of a vision statement

Indicator 8:	Existence of a vision statement
Principle(s):	<i>Effectiveness, accountability</i>
Methodology:	<p><i>The following queries need to be answered:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> · <i>Is there a vision statement developed for the cities' future by the local government (VS)? (Yes/no)</i> · <i>If Yes, has the vision statement been drafted through a participatory process (involving local government, civil society and the private sector (PP)? (Yes/No)</i> · <i>Vision statement (VSE) = 0.5 (VS + PP)</i> ☐ <i>If yes, has the vision statement been drafted through a participatory process (involving local government, civil society and the private sector (PP)? NO=0</i> ☐ <i>Vision statement (VSE) = 0.5 (VS + PP)= 0.5 (1+0)= 0.5 (UN-HABITAT, 2004a)</i> <p>Is there a vision statement developed for the Damascus future by the local government (VS)? Yes= 1</p> <p>If yes, has the vision statement been drafted through a participatory process (involving local government, civil society and the private sector (PP)? NO=0</p> <p>Vision statement (VSE) = 0.5 (VS + PP)= 0.5 (1+0)= 0.5</p>

B. Equity

This indicator focuses on the principle of inclusiveness, which guarantees the right of all members and groups of society, especially the economically poor, women, children, religious and ethnic minorities, etc., to access basic services in addition to emphasizing the existence of support policies by institutions responsible for providing services.

Citizens' Charter: right of access to basic services

There is no published statement (charter) from the local authority which acknowledges citizens' right of access to basic services.

Table 12: Citizens' Charter: right of access to basic services

Indicator 9:	Citizens' Charter: right of access to basic services
Principle(s):	<i>Equity, accountability</i>
Methodology:	<p><i>The Citizen'' Charter may have been drafted by the local authority or representative people's associations. The following queries need to be addressed:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> · <i>Is there a signed, published statement (charter) from the local authority which acknowledges citizens' right of access to basic services (CC)? (Yes/No)</i> · <i>If yes, what is the number of key services for which the CC is present (S)?</i> · <i>What is the total number of key services for which CC should be present (T)?</i> · <i>Citizen charter for basic services (CCS) = CC x S/T (UN-HABITAT, 2004a)</i> <p>Is there a signed, published statement (charter) from the local authority which acknowledges citizens' right of access to basic services (CC)? NO</p>

Women councilors

This indicator measures the extent to which the principle of gender equality is applied through the participation of women in decision-making processes. In the last elections of the Damascus Governorate Council, which was held in 2012, the number of women elected was 20 out of 85 elected members of the Governorate Council. Ten of the 85 elected members were elected to form the executive office, and women had two seats. The membership in executive council considered as a key position (Damas.Gov, 2012).

Table 13: Women councilors

Indicator 10 & 11:	Women councilors
Principle(s):	<i>Equity</i>
Methodology:	<p><i>The following queries need to be addressed:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>-What is the Number of women councilors, both elected and nominated (in the last election), as a percentage of the total number of councilors in the local authority?</i> <p><i>This can be answered by applying the simple equation:</i></p> $X = (We + Wn) \times 100 / T$ <p><i>Where X=Percentage of women councilors; We= No. of women councilors elected; Wn= No. of women councilors nominated; T= Total no. of councilors in the last elections, Wk= No. of women in key positions (Mayor, Deputy Mayor etc.), Y = Percentage of women in key positions</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>· Percentage of women councilors in key positions, can be addressed by:</i> $Y = Wk \times 100 / T$ <p><i>Additional information:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>· In what year was the most recent election held (e.g. 2001)?</i> <i>· What is the frequency of local elections? (e.g. every 3, 4, or 5 years)</i> <i>· What is the breakup of women councilors' position? (Mayor, Deputy Mayor etc.)</i> <p> $We = 0$ $Wn = 20$ $T = 85$ $X = (We + Wn) \times 100 / T$ $20 \times 100 / 85 = 23.53 \%$ $Y = Wk \times 100 / T$ $2 \times 100 / 85 = 2.35 \%$ </p>

Pro-poor pricing policies for water

This indicator addresses the existence or absence of a pricing policy for water that supports poor areas comparing with business and industrial areas. According to the Water Legislation Act No. 31 of 2005 issued by the Ministry of Water Resources, the pricing of water fees is issued by the central government, which is a uniform price in all residential areas regardless of standard of living. The rich are treated like the poor, thus, there is no pro-poor pricing policy for water (MOWR, 2014).

Table 14: Pro-poor pricing policies for water

Indicator 12:	Pro-poor pricing policies for water
Principle(s):	<i>Equity</i>
Methodology:	<p><i>The pro-poor policy can be evaluated in terms of its content and the actions undertaken through the policy. The following queries need to be addressed:</i></p> <p><i>Is there a pro-poor pricing policy for water? (Yes/No)</i></p> <p><i>Percentage households with access to water supply (within 200m)</i></p> <p><i>Median price of water (supplied by the local authority):</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Informal settlements (poor households) (Wi)</i> - <i>Other residents (Wr)</i> - <i>Difference in the median water price = $Wr - Wi$</i> <p><i>In the absence of no data on water price the following information will be useful: Is the water price in informal settlements, same or cheaper than the other residential areas? (Yes/No) (UN-HABITAT, 2004a)</i></p> <p>Is there a pro-poor pricing policy for water? NO</p> <p>Percentage households with access to water supply (within 200m)? 80 %</p> <p>Is the water price in informal settlements, same or cheaper than the other residential areas? NO</p>

Incentives for informal businesses

This indicator examines whether the government's policy toward informal business is stimulating or discouraging. According to Trade Law No. 33 of 2007, there are particular areas in the central retail areas of Damascus where small scale (informal) street vending is not allowed particularly in the old city, but specific areas are allocated in the city's general plan to do this kind of business under specific conditions. The law also includes incentives for informal markets and seasonal exhibitions with a cultural and entertaining character (Parliament, 2007).

Table 15: Incentives for informal businesses

Indicator 13:	Incentives for informal businesses
Principle(s):	<i>Equity</i>
Methodology:	<p><i>The informal nature of this activity would render it difficult to quantify in absolute terms.</i></p> <p><i>However, the following simple queries will determine the local government's effort to support the informal sector, thus signifying principles of equity:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Are there any particular areas in the central retail areas of the city where small scale (informal) street vending is not allowed? (Yes/No)</i> - <i>Are there any particular areas in the central retail areas of the city where small scale street vending is submitted to particular restrictions? (Yes/ No)</i> - <i>Are there any other incentives like information pubic markets, municipal fairs? (Yes/No) (UN-HABITAT, 2004a)</i> <p>The indicator addressed as follow:</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - Are there any particular areas in the central retail areas of Damascus where small scale (informal) street vending is not allowed? Yes - Are there any particular areas in the central retail areas of Damascus where small scale street vending is submitted to particular restrictions? Yes <p>Are there any other incentives like information public markets, municipal fairs? Yes</p>
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

C. Participation

The participation index consists of five indicators that address the public participation in the selection of their representatives on a democratic basis, as well as examine the presence of institutions representing civil society and ensure their rights in the decision-making processes in the city.

Elected council

The number of members of local councils shall be determined in accordance with Article 13 of the Local Administration Law as follows (MOLA, 2014):

- Governorate Council: A representative of every 10,000 citizens with at least 50 members and not more than 100 members.

The governorate council is elected by the population through a democratic process. The elected members are distributed to committees that follow the work of the governorate council. Ten members representing the executive office are appointed and each member is responsible for a major sector in the governorate (education, tourism, trade, transport, etc.).

Table 16: Elected Council

Indicator 14:	Elected Council
Principle(s):	<i>Participation; Effectiveness</i>
Methodology:	<p><i>The indicator is measured by a simple 'yes/no' questions that should however be verified</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Are councilors locally elected? (Yes/No) - If the councilors are both elected as well as appointed, please provide the distribution (% appointed and % elected) (UN-HABITAT, 2004a). <p>Are Members of the Damascus Governorate Council locally elected? Yes</p>

Selection of mayor

Article 39 of the Local Administration Law provides that: In each governorate, the Mayor is appointed and dismissed from office by presidential decree and is considered a member of the executive branch (MOLA, 2014).

Table 17: Selection of Mayor

Indicator 15:	Selection of Mayor
Principle(s):	<i>Participation; Effectiveness, Accountability</i>
Methodology:	<p><i>The indicator is measured by providing a simple Yes/No:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>What is the process of selecting the Mayor?</i> - <i>Directly elected</i> - <i>Elected amongst councilors</i> - <i>Appointed</i> <p><i>Intermediate scores have been applied towards this indicator, directly elected (1.0), elected amongst councilors (0.75) and appointed (0.50). (UN-HABITAT, 2004a)</i></p> <p>The mayor of Damascus is appointed by the President.</p> <p>Score: 0.5</p>

Voter turnout

This indicator addresses the participation of citizen (male and female) in the last election. Elections of the Damascus Governorate Council are usually held every four years (MOLA, 2014), and the last elections were in 2012 and no elections were held after because of the current conflict. According to the Ministry of Interior, the number of voters 595980 out of 1386000 people who are entitled to vote legally (MOI, 2012).

Table 18: Voter turnout

Indicator 16:	Voter turnout
Principle(s):	<i>Participation, Equity, Accountability, Effectiveness</i>
Methodology:	<p>Voter turnout (both male and female) in percentage is simple indicator that measures voter participation.</p> <p>Additional information:</p> <ul style="list-style-type: none"> - What is the frequency of elections? - Which year was the last election held? <p>595980= Voter 1386, 000= Constituent population</p> <p>$595980 / 1386, 000 \times 100 = 0.43\%$</p> <ul style="list-style-type: none"> - What is the frequency of elections? four years - Which year was the last election held? 2012

Public forum

This indicator examines the existence of any form of public gathering that brings citizens together with their representatives in local governments at the neighboring, regional or city levels to ensure deeper involvement in the decision-making process. In Damascus, there is no public forum, but the representation of the people is limited to the elected members of the Governorate Council.

Table 19: Public forum

Indicator 17:	Public forum
Principle(s):	<i>Participation</i>
Methodology:	<p><i>The indicator is measured by a simple ‘yes/no’ question with additional open-ended information on the type of public forum.</i></p> <p><i>- Is there any public forum for the citizens to express their views? (Yes/No)</i></p> <p><i>- If yes, please provide information on the type of public forum, frequency (how many times in a month or year) of such forums. (UN-HABITAT, 2004a)</i></p> <p><i>- Is there any public forum for the citizens to express their views? No</i></p>

Civic Association per 10,000 population

The indicator examines the vitality of civic life in the city. According to the Ministry of Social Affairs, there are 126 organizations in Damascus governorate Distributed between civil society organizations CSOs and non-governmental organizations NGOs (MSA, 2014). The comparison between the population of Damascus and the number of civil society organizations shows the inefficiency of these organizations to meet the requirements of civic life.

Table 20: Civic Associations per 10,000 population

Indicator 18:	Civic Associations per 10,000 population
Principle(s):	<i>Participation, Equity, Accountability, Effectiveness, Security</i>
Methodology:	<p>The total city population is divided into clusters of 10,000. Divide the city’s population first by 10,000 and then by the number of civic associations registered with the local authority.</p> <p>$C = 10,000 \times N/Y$</p> <p><i>C is the Civic association per thousand populations; N is the number of Civic Associations and Y is the Total Urban Population.</i></p> <p>The indicator assessed by following formula: $C = 10,000 \times N/Y$ which C is the Civic association per thousand populations; N is the number of Civic Associations and Y is the Total Urban Population.</p> <p>$N = 126$ $Y = 2.350.000$... $10,000 \times 126 / 2350, 000 = 0.54$ per 10,000</p>

D. Accountability

Accountability guarantees that the key decisions and actions that conducted by public and private actors and government officials are subject to review and evaluation. In doing so, government policies and private sector practices must meet the needs of the civil society. In other word, creating robust interrelationships based on trust between the key stockholders involved good governance.

Formal Publication of contracts/tenders budgets and accounts

The Contracts Law 51 includes the methods of securing the needs of the public bodies and establishes a framework a framework for tenders and contracts within them. This system applies to all public bodies in the State, be it administrative, economic or construction, except for the Ministry of Defense and its non-construction institutions and subsidiaries. Law 51 was approved by the Syrian Parliament on 24 November 2004 and is still ongoing.

Article 10 of Law 51 of the Contracts Act provides that (Damascus University, 2011):

- A- Tender Announcement must be published in official advertisement bulletin and in a daily newspapers, copies of these advertisements must be posted in the public sector bulletin board as well. In addition, the tender may be advertised on radio, television and other media. The parties concerned may also be notified of the tender and notified to the accredited Syrian Arab foreign trade missions and missions and foreign missions accredited in Syria.
- B- The announcement of the tender shall include at least the following data:
- The subject of the tender.
 - Place and time to submit bids and the tender session.
 - The required temporary and final deposit.
 - The entity where the tender file can be purchased
 - The price of the file.
 - Duration of undertaking.
 - The period during which the bidder will remain attached to the offer.

This law provides some kind of financial transparency that allows the general public to understand the mechanism of financing and contracting within the Damascus governance in general and the urban administration in particular.

Table 21: Formal Publication of contracts/tenders, budgets & accounts

Indicator 19:	Formal Publication of contracts/tenders, budgets & accounts
Principle(s):	<i>Accountability (Transparency), Participation, Equity, Effectiveness</i>
Methodology:	<p>A formal publication process may be assessed through regular mass publication of contracts, tenders, budgets and accounts of the local government's activities.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Is there a formal publication of: - Contracts and tenders? (Yes/No) - Budgets and accounts? (Yes/No) - What is the medium of publication of the standards? (E.g. Newspaper, radio, Internet, notice board etc.) - Is there a formal publication of: -Contracts and tenders? Yes -Budgets and accounts? Yes <p>What is the medium of publication of the standards? Newspaper , National TV</p>

--	--

Control by higher levels of Government This indicator measures the extent to which the central government controls the policy and decisions of the local government

Decentralization is at the forefront of the LAL (Local Administration Law) objectives. Article 2 of the Legislative Decree No. 107 of 2011, which includes the LAL, provides for the following (MOLA, 2014):

1. Decentralize powers and responsibilities and concentrate them in the hands of the people in accordance with the principle of democracy, which makes the people the source of every authority through the expansion and clear identification of the powers of the Local administrative unit's councils, in order to enable them to fulfill their responsibilities in the economic, social, cultural and urban development.
2. Creating local administrative units capable of planning, implementing and setting development plans for the local community and executing their own projects efficiently and effectively by modifying the levels of administrative units and determining their local structure in line with their basic function, adding a number of specific functions and making administrative units at all levels directly responsible for Services, economy, culture and all matters of interest to citizens in these units. In this regard, the role of the central authorities is limited to planning, legislation, organization, the introduction of modern technology and the implementation of major projects that cannot implement the Administrative units.
3. Enhancing the financial revenues of the administrative units to enable them to exercise the developmental role in the local community and to make this society responsible for maintaining its resources and developing them to improve the living standards of citizens, in addition to provide better services and development of economic and development opportunities within the administrative units which helps in providing job opportunities and creating a state of integration between the service role and the developmental role.

Although the idea of decentralization has been adopted in LAL, the central government still taking control on many local decisions. For example, according to Article 122 of LAL, the president has right to close the local government and remove councilors from their offices. In addition, according to the Legislative Decree No. 54 of 2006 including the Basic Financial Law, the set of local taxes and service charges is limited to the central government, specifically the Ministry of Finance (Syrian Finance, 2007).

Article 139 provides that the local government has the right to borrow funds in the following manner (MOLA, 2014):

1. LG shall have the right to obtain advances and credit facilities by a decision of the Council in accordance with the laws and regulations in force and in light of its budget.

2. LG shall borrow loans from banks and funds for the execution of its various projects in accordance with the provisions applied in the lenders and in light of its budget.
1. The Council may not grant loans or advances to others except by a legislative text.
2. Loans may be obtained from foreign parties in coordination with the concerned authorities in accordance with the laws and regulations in force.

Table 22: Control by higher levels of Government

Indicator 20:	Control by higher levels of Government
Principle(s):	<i>Accountability(Responsiveness), Effectiveness, Participation</i>
Methodology:	<p><i>The indicator is measured by a simple “yes” or “no” to the following questions:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Can higher levels of government (National, State /provincial):</i> - <i>Close the local government? (Yes/No)</i> - <i>Remove councilors from office? (Yes/No)</i> - <i>If the higher level of government can remove the councilors, what is the process?</i> - <i>Can the local government, without permission from higher governments:</i> - <i>Set local tax levels?</i> - <i>Set user charges for services?</i> - <i>Borrow funds?</i> - <i>Choose contractors for projects? (UN-HABITAT, 2004a)</i> <p>1.Can higher levels of government (National, State /provincial):</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Close the local government? (Yes)</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Remove councilors from office? (Yes)</p> <p>2.Can the local government, without permission from higher governments:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Set local tax levels? NO - Set user charges for services? NO - Borrow funds? NO - Choose contractors for projects? No

Codes of conduct This Code is based on the principles of justice, equality of opportunity, transparency, accountability and professional integrity. It aims to establish an ethical standards, basic rules and principles for public morality, values and a high professional culture among elected officials and local government staff and Civil society, promoting compliance with these standards, norms and values, and establishing good governance through sensitizing civil servants and directing them towards proper functional ethics and self-discipline frameworks governing the conduct Working in the civil service and in conformity with applicable laws and regulations, as well as through a statement of their duties and responsibilities their role in improving services and enhancing public service credibility. In addition, it seeks to enhance the confidence of citizens and recipients of the public service in the work of governmental institutions, and increase respect and appreciation for their role in providing Services in the best way possible (UN-HABITAT, 2004a).

In Damascus, there is no a signed, published statement of standards of conduct citizens are entitled to from their elected officials and local government staff.

Table 23: Codes of conduct

Indicator 21:	Codes of conduct
Principle(s):	<i>Accountability(Responsiveness), Effectiveness, Participation</i>
Methodology:	<p><i>The following queries need to be addressed:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Is there a signed, published statement of standards of conduct citizens are entitled to from their elected officials and local government staff? (Yes/No)</i> - <i>At what institutional level are these codes of conduct prescribed? (Municipality, State/Province)</i> - <i>If the codes of conduct are prescribed at the District/State/Province level are they applied to local councilors? (Yes/No)</i> - <i>Please submit a copy of the published code of conduct. (UN-HABITAT, 2004a)</i> <p>- Is there a signed, published statement of standards of conduct citizens are entitled to from their elected officials and local government staff? NO</p>

Facility for citizen complaints. This indicator examines if there is a facility that receives complaints from citizens regarding services and public affairs in addition to corruption information.

There is a specialized office in the Damascus Governorate to receive complaints from citizens (Damas.gov, 2006). In addition to the complaints service through the website of the Ministry of Local Administration and Environment (MOLA, 2017).

Despite the existence of a party responsible for citizens' complaints, there is no transparency in dealing with them, because of the lack of statistics for the number of complaints and mechanisms to follow them.

Table 24: cility for citizen complaints

Indicator 22:	Facility for citizen complaints
Principle(s):	<i>Accountability (Integrity, Corruption: Disincentives & Protection), Participation, Effectiveness</i>
Methodology:	<p><i>A simple “yes” or “no” measures the existence of the facility while “percentage of complaints addressed” measures the level of responsiveness. The following questions are elaborated:</i></p> <ol style="list-style-type: none"> <i>1. Are there any facilities or mechanisms to receive complaints or grievances from citizens? (Yes/No)</i> <i>2. Is there any official appointed to receive and respond to complaints against public authorities (Yes/No)</i> <i>3. Percentage of complaints addressed (Pc)</i> <p>$Pc = (Ta/Tc) \times 100$</p> <p>Tc = Total number of registered complaints (last 1 year) and Ta = Total number of cases addressed (UN-HABITAT, 2004a)</p> <p>Are there any facilities or mechanisms to receive complaints or grievances from citizens? Yes Is there any official appointed to receive and respond to complaints against public authorities? Yes</p>

Anti-Corruption Commission This indicator explores the existence of a body that takes on accountability and investigation of corruption cases. There is a Directorate within the Damascus governorate specializes in internal monitoring (Damas.gov., 2006). This Directorate monitors the services and assesses the performance of the administrative units in addition to submitting corruption reports to the Central Authority for the Supervision and Inspection (CASI) which is an independent regulatory body linked to the Prime Minister and aims to achieve effective control over the work of the various departments and institutions of the State in order to develop administrative work, protect public funds and achieve efficiency in production. (CASI, 2015).

Table 25: Anti-corruption Commission

Indicator 23:	Anti-corruption Commission
Principle(s):	<i>Accountability (Corruption: Disincentives & Protection), Participation, Equity</i>
Methodology:	<p><i>A simple “yes” or “no” can measure the indicator.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>- Is there a local agency to investigate and report cases of corruption? (Yes/No) (UN-HABITAT, 2004a)</i> <i>- Is there a local agency to investigate and report cases of corruption? Yes (Damascus branch of the Central Authority for the Supervision and Inspection) (CASI, 2015)</i>

Disclosure of income/assets this indicator examines the income of elected officials and the source of their funds and property. In Damascus, there is no mechanism that forces officials to disclose their salaries and source of income.

Table 26: Disclosure of income/ assets

Indicator 24:	Disclosure of income/ assets
Principle(s):	<i>Accountability (Corruption: Disincentives & Protection)</i>
Methodology:	<p>- Prior to taking office, are locally elected officials required by law to publicly disclose:</p> <p><i>Personal income (Yes/No)</i></p> <p><i>Personal assets (Yes/No)</i></p> <p><i>Immediate family income (Yes/No)</i></p> <p><i>Immediate family assets (Yes/No)</i></p> <p>- Are local office bearers' incomes and assets regularly monitored? (Yes/No) (UN-HABITAT, 2004a)</p> <p>- Prior to taking office, are locally elected officials required by law to publicly disclose:</p> <p>Personal income (No)</p> <p>Personal assets (No)</p> <p>Immediate family income (No)</p> <p>Immediate family assets (No)</p> <p>- Are local office bearers' incomes and assets regularly monitored? (No)</p>

Independent audit this indicator addresses the existence of regular independent audit of municipal accounts. This process is conducted internally in Damascus municipality by Internal Monitoring Directorate (Damas.gov., 2006), and externally by Central Authority for the Supervision and Inspection (CASI, 2015).

Table 27: Independent audit

Indicator 25:	Independent audit
Principle(s):	<i>Accountability (Corruption: Disincentives & Protection)</i>
Methodology:	<p><i>A simple “yes” or “no” can measure this indicator.</i></p> <p><i>Is there a regular independent audit of municipal accounts? (Yes/ No)</i></p> <p><i>Is the audit external or internal?</i></p> <p><i>Additional information: Which entity is responsible for the regular independent audit of municipal accounts?</i></p> <p>Is there a regular independent audit of municipal accounts? Yes</p> <p>Is the audit external or internal? Both external and internal</p> <p>Which entity is responsible for the regular independent audit of municipal accounts? Internal Monitoring Directorate.</p>

5.2.3. URBAN GOVERNANCE INDEX CALCULATION

Effectiveness sub-index

Table 28: Effectiveness sub-index

No.	Indicator	Data (X)	Formula	Result	Weight	Total
1	Local Government revenue per capita (LGR)	\$ 1.4	$LGR = (\log X - \log \min) / (\log \max - \log \min)$ min=2.3 max=1340 $(0.146 - 0.361) / (3.127 - 0.361) = -0.215 / 2.766 = -0.08$	-0.08	0.25	-0.02
2	Ratio of recurrent and capital budget (RRC)= R/C Recurrent budget = R, Capita Budget = C	1.35	$RRC = (\log X - \log \min) / (\log \max - \log \min)$ min= 0.09 max=8.37 $RRC = (0.13 - -1.04) / (0.92 - -1.04) = (1.17 / 1.96) = 0.59$	0.59	0.10	0.059
3	Ratio of mandated to actual tax collected (TC)		TC = 58/100	0.58	0.10	0.058
	a. Mandated tax to be collected	100%				
	b. Actual tax collected	58%				
4	Local government revenue transfer (LGT)	%15.4	$LGT = 1 (0 - 25\% = 1, 25\% = 0.75, 50-75\% = 0.50, 75-100\% = 0.25)$	1.00	0.10	0.10
5	Predictability of transfers in local government budget (PoT)	No = 0	PoT = X	0.00	0.10	0.00
6	Published performance delivery standards (PPDS)		PPDS = PPS x S/T = 1 x 1 / 5 = 0.2	0.2	0.15	0.03
	a. Published performance delivery standards (PPS)	NO=0	PPS			
	b. No. of key services for which the PPDS is present (S); c. Total no. of key services for which PPDS should be present (T) i		-			
7	Consumer satisfaction survey (CSS)	No = 0	CSS = 0	0	0.10	0
8	Vision statement effective (VSE)		$VSE = 0.5 (VS + PP) = 0.5 (1+0) = 0.5$	0.50	0.10	0.05
	a. Vision statement (VS) 3	Yes = 1	VS = X	1.00		
	b. Vision statement drafted through a participatory process (PP)	No = 0	PP = X	0.00		
			Effectiveness sub-index			0.277

Equity sub-index

Table 29: Equity sub-index

No.	Indicator	Data (X)	Formula	Result	Weight	Total
1	Citizens charter for basic services (CCS)		$CCS = CC * S/T$	0.00	0.25	0.00

	a. Citizens' charter (CC)	No = 0	CC = 0			
	b. No. of key services for which the CC is present (S)	S=0				
	c. Total no. of key services for which CC should be present (T)	T=5				
2	Percentage of women councilors (WC)	23.53 %	WC = 23.53 x 2/100	0.47	0.20	0.094
3	Percentage women in key positions (WK)	2.35 %	WK = 2.35 x 2/100	0.047	0.10	0.0047
4	Percentage households with water connection (HH wat)	80%	HH wat.= 80/100	0.80	0.15	0.12
5	Existence of pro-poor policy (PPC)	No = 0	PPC = X	0.00	0.10	0.00
6	Is water price cheaper for poor settlements? (WP)	No = 0	WP = X	0.00	0.10	0.00
7	Incentives for informal market (IM)		IM = 1 (any one of a, b or c)	1.00	0.15	0.15
	a. Street vending not allowed	Yes = 1		1.00		
	b. Street vending with restrictions	Yes = 1		1.00		
	c. Public fairs, municipal market	Yes = 1		1.00		
			Equity sub-index			0.369

Participation sub-index

Table 30: Participation sub-index

No.	Indicator	Data (X)	Formula	Result	Weight	Total
1	Elected council (EC)	Yes = 1	EC = X	1.00	0.15	0.15
2	Locally elected Mayor (LEM)	Appointed	LEM = 0.50	0.50	0.15	0.075
3	Voter turnout (VT)	43%	VT = x/100	0.43	0.10	0.043
4	Peoples' forum (PC)	No= 0	PF = X	0.00	0.15	0.00
5	Civic associations per 10,000 pop (CA)	X = 0.54 per 10000	CA = (Log 0.54 – Log 0.49)/(Log 72.79 – Log 0.49) min= 0.49; max= 72.79 (-0.267- -0.309)/(1.862 - -0.309) =0.042/2.171	0.02	0.25	0.005
			Participation sub-index			0.273

Accountability sub-index

Table 31: Accountability sub-index

No.	Indicator	Data (X)	Formula	Result	Weight	Total
-----	-----------	----------	---------	--------	--------	-------

1	Formal Publication (FP)		CTBA = Average (CT + BA)	1.00	0.20	0.20
	a. Formal publication: contracts and tenders (CT)	Yes = 1	CLG = 1	1.00		
	b. Formal publication: budget and accounts (BA)	Yes = 1	BA = 1	1.00		
2.1	Control by higher Govt. (CG)		CG = Average (CLG+RC)	0.00	0.07	0.00
	a. Control by higher Govt.: close local government (CLG)	Yes = 0	1 CLG = X	0.00		
	b. Control by higher Govt: removal of councilors (RC)	Yes = 0	RC = X	0.00		
2.2	Local government authorities (LGA)		LGA = Average (SLT+SYC+BF+CP)	0.50	0.08	0.04
	c. Local government: set local tax levels (SLT)	No = 0	SLT = X	0.00		
	d. Local government: set user charges for services (SUC)	No = 0	SUC = X	0.00		
	e. Local government: borrow funds (BF)	Yes = 1	BF = X	1.00		
	f. Local government: choose contractors for projects (CP)	Yes = 1	CP = X	1.00		
3	Codes of conduct (CoC)	No = 0	CoC = X	0.00	0.10	0.00
4	Facilities to receive complaints (FRC)		FRC = Average (OA + EF)	1.00	0.10	0.10
	b. Official appointed to receive complaints on public authorities (OA)	Yes = 1		1.00		
	c. Exclusive facility to receive complaints on corruption (EF)	Yes = 1		1.00		
5	Anti-corruption commission (ACC)	Yes = 1	ACC = X	1.00	0.15	0.15
6	Personal Income and assets (PIA)	NA	PIA = (0.75* Average PIA + FIA) + 0.25* IAM	0.00	0.15	0.00
	a. Disclosure of personal income and assets (PIA)	No = 0	PIA = X	0.00		
	b. Disclosure of family's income and assets (FIA)	No = 0	FIA = X	0.00		
7	Regular independent audit (RIA)	Yes = 1	IAM = X	1.00	0.15	0.225
			Accountability sub-index			0.715

Average of Urban Governance Index = (Effectiveness sub-index + Equity sub-index + Participation sub-index + Accountability sub-index) = (0.277 + 0.369 + 0.273 + 0.715) / 4 = **0.4085**

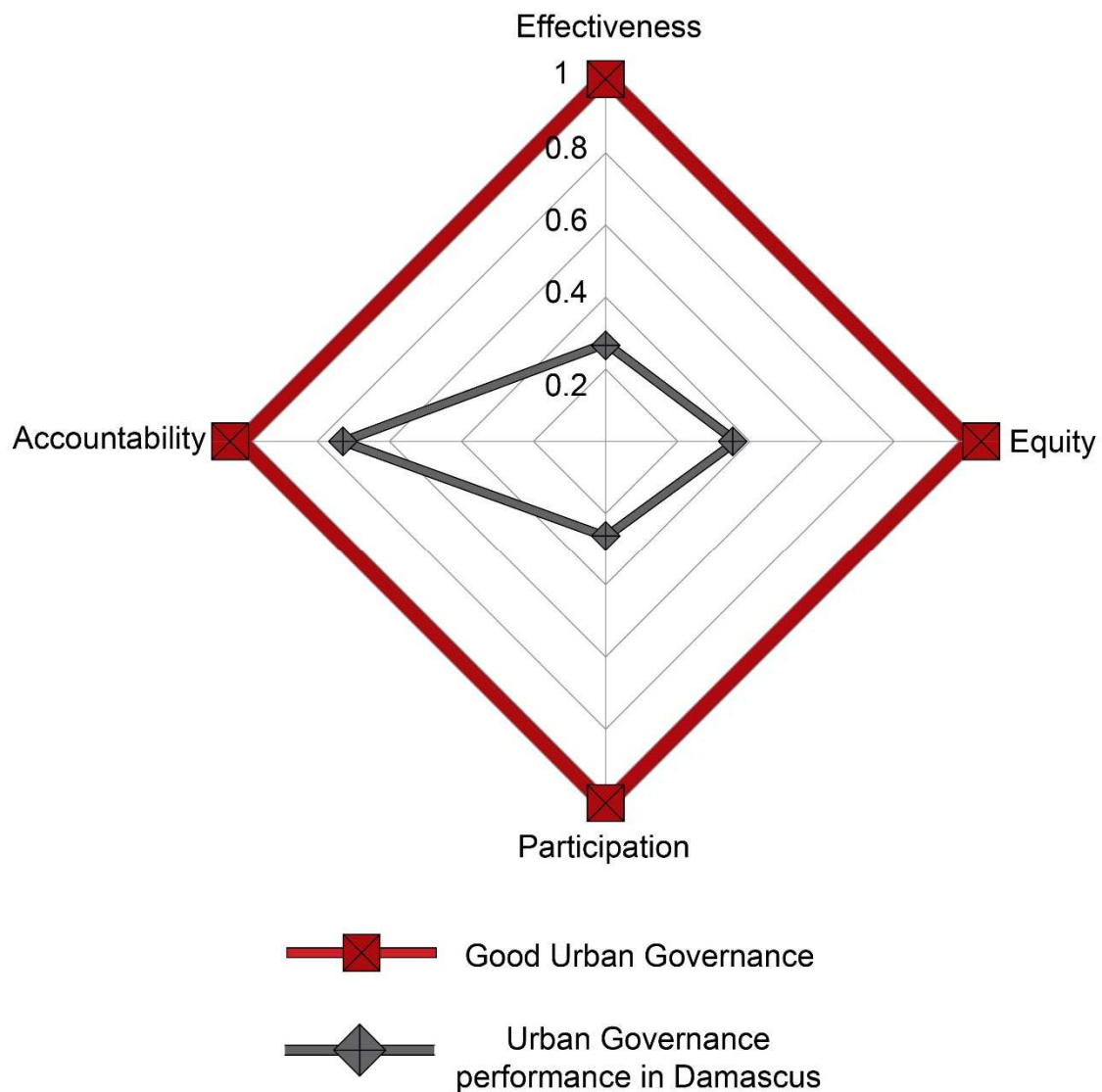


Figure 12: Urban Governance Index in Damascus (author)

5.3. URBAN GOVERNANCE ACTORS IN DAMASCUS

5.3.1. STATE AUTHORITIES OF URBAN DEVELOPMENT

Governmental institutions in Syria descend in a hierarchical manner from head authorities to governorates or junior management (Figure 13). Development plans of five years, related to social, economic, and environmental issues, are often prepared by the state planning commission (SPC) in cooperation with related government organization. Plans related to urban development and land-use involve the ministry of local administration, which is considered the most important one, the ministry of religious endowments, which is the largest landholder, the ministry of tourism, the ministry of state for environmental affairs, the ministry of housing and construction, and the ministry of culture.

Before the legislative decree No. 64 was issued in 2004, the ministry of Housing and Construction carried the policy making while the ministry of Local administration carried the implementation of the urban planning policy. The decree assigned the urban planning activity to the ministry of Local Administration affairs in cooperation with the ministry of Housing and Construction through the general company of engineering studies and consulting established in 1980 to administrate the studying, designing, and supervising the regional and local projects. The general company also provides input and advices to the local government and other organization and ministries consulting designing plans.

According to law No.15 in 1971, cities, towns, villages, and farms' urban development is administered by governorates. Governorates are local administrative forms, headed by a governor, and have councils made of elected members. A few of these members form an executive office that works with the governorate's directorates on local issues according to its specialty in coordination with other ministries (Hasan, 2012).

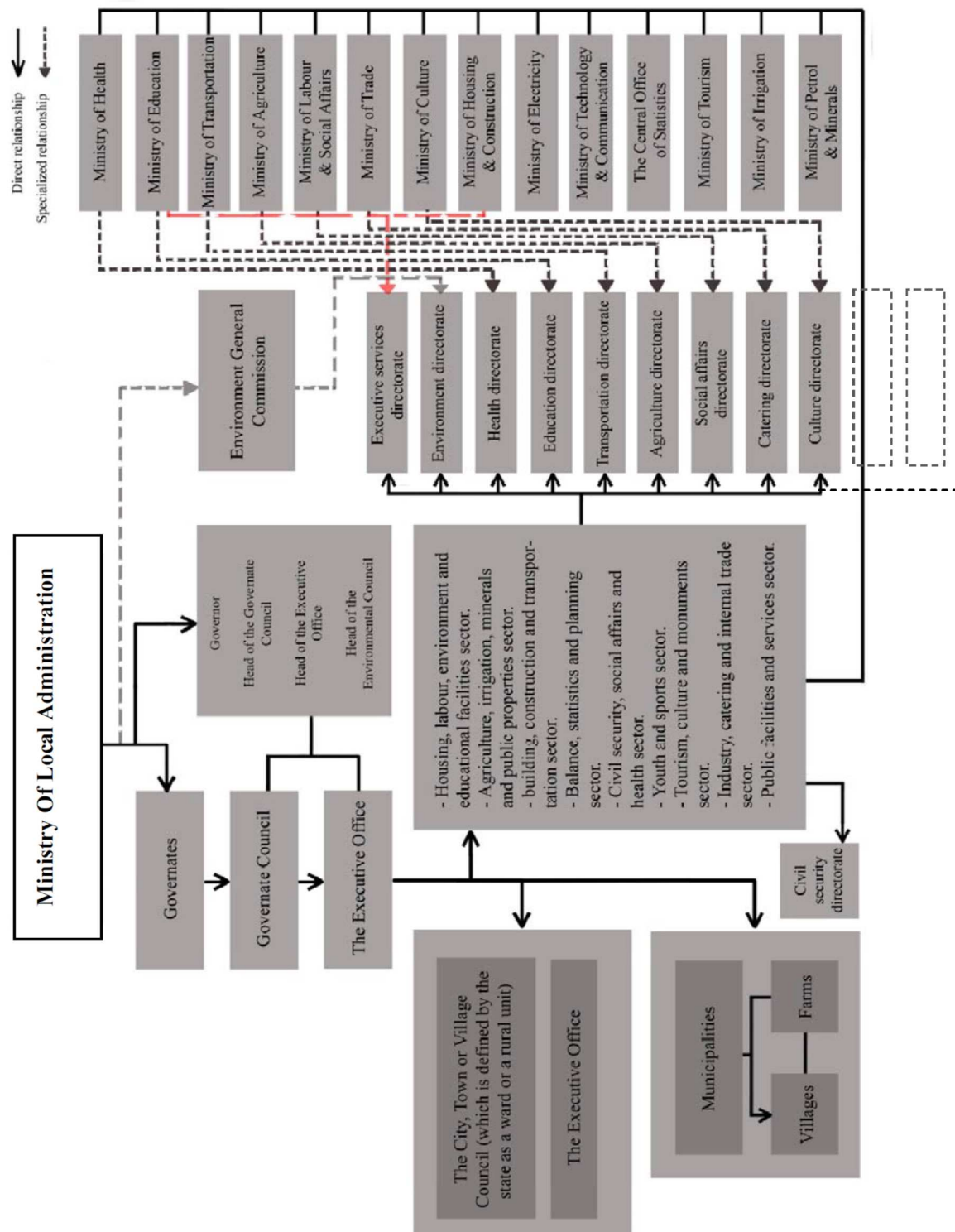


Figure 14: The organizational structure of local administration Source: (Hasan, 2012)

The governorate of Damascus consists of two bodies (figure15). The first one is the council which includes elected members with a ratio of one representative per 10,000 citizens. This council form an executive office of 10 members, and a regional executive committee of 12 members. second a total of 18 directorates each responsible for different activities ranging from health, education, and civil security, to local urban development issues and land use, which are later operated by the urban planning directorate (relating to areas in Damascus outside the old city), in addition to Damascus old city directorate (relating to the areas inside the old city wall). Both directorates control the master planning and its instalment and application in Damascus city. Although the governorate of Damascus owns a great power in the local administration of urban development and the ability of modifying urban planning regulation, it still functions under the plans presented by the ministry of legal affairs. (Haddad, 2009).

The directorate of executive service department, which is at the bottom of the urban development organizational hierarchy, is responsible for monitoring urban development and providing services on a neighborhood scale. This department contains 11 executive service departments, monitoring 62 neighborhoods according to (Haddad, 2009) where each one of the executive department covers between 1-12 neighborhoods according to the number of the neighborhood's population, the ESD keeps direct contact with the residence to provide local services, maintenance works and administrate the implementation of major development and works to prevent illegal activities from spreading within the area. In addition to all the responsibility of the ESD, it is the governorate local body who has direct contact with the communities from the neighborhood though monthly meeting discussing the local development and services with local mayors of the neighborhood, which is considered the representer of the residence to convey their views through their committee to the authorities. The neighborhood's committee is formed by members of major families with members chosen by the governorate along with elected preventives of the local, but the rapid urban development of the cities caused the absence of local committee from the development operation, due to that in recent meeting the local committee were not invited in order to have faster decision and avoid the potential objection of those committees, and with the social changes and the reside of new groups constantly in Damascus, those committees were less involved in the meetings, and the member elected for the consul could not be part of the committee and on the other hand the allocated member by the gubernator are not interested with the concern of a neighborhood because they are not necessarily from that neighborhood.

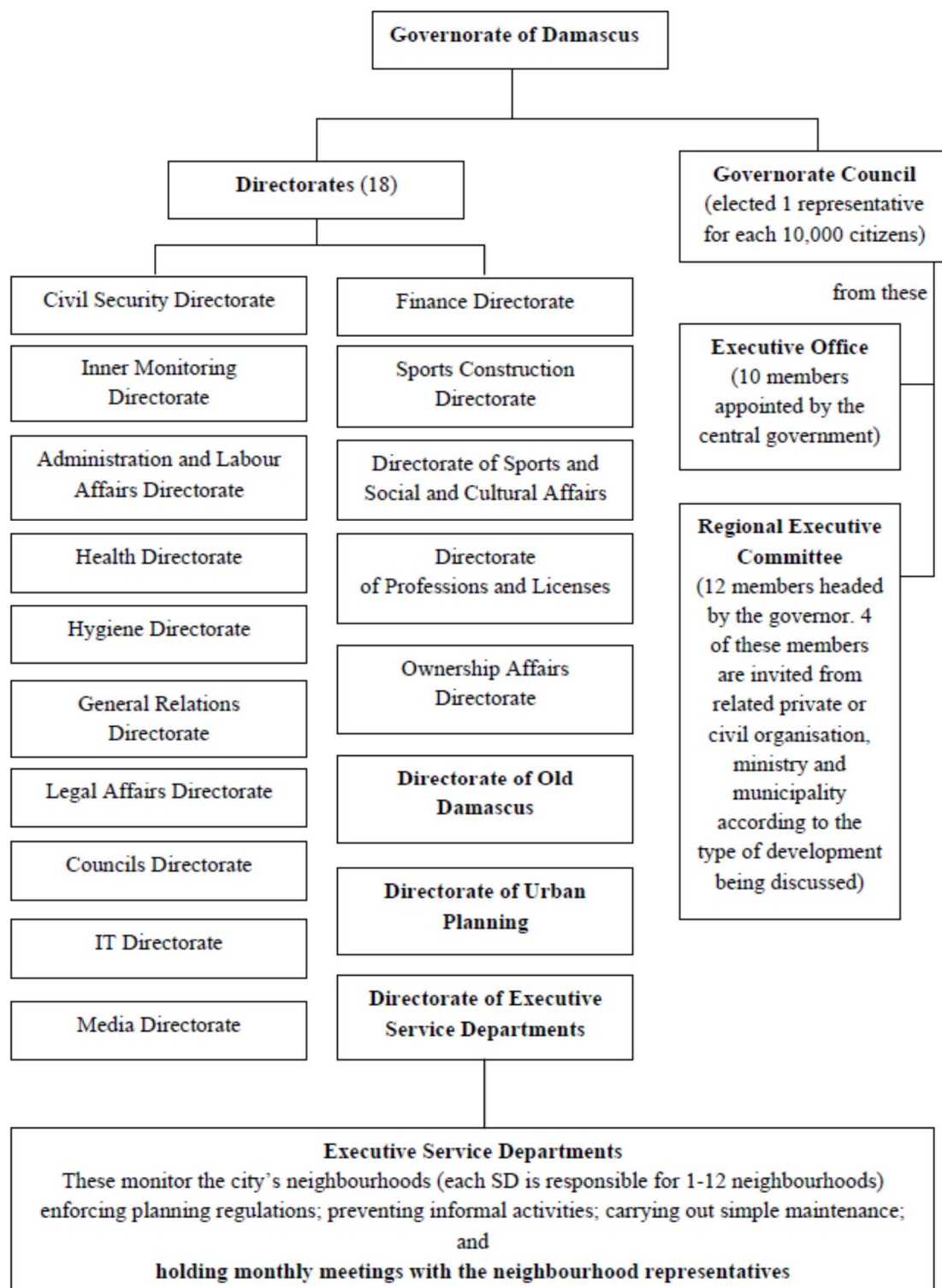


Figure 15: The organisational structure of the Governorate of Damascus focussing on urban development related responsible departments. Source: (Hasan, 2012)

Under the law No.15 from 1971, the council has two sections relating local urban development, first one, governorate executive office and the second is the regional executive committee, the GEO is operating the local development plans preparation, while REC is the master of decision making in development

plans and the application of them, which gives the council big impact on decision-making and public participation in local urban development. While in the case of Damascus city center the final call in decision making of urban development is to the ministry of legal affairs, and that include the other cities centers in Syria.

The main form charged of the development issue in the local social services, public construction studies and the preparation of master plan is the governorate executive office consisting of 10 members chosen by the central government. Those tasks are in cooperation with related sectors in the governorate, or directly with the ministries if the plan concern bigger areas.

However the regional executive committee member is composed by the governor, a part of GEO, the executive services director, the administrator of urban planning from DESD, the head and the director of the executive affairs of the related municipality (the director doesn't vote), the monuments director in the governorate of the area, two urban planners and one expert in urban planning legislation, a member from the union of the related association (elected democratically) and a representative of the related ministry (allocated). The legalizing of the urban development plans and issuing planning permission is the regional executive council REC responsibility, but this work is under the supervision of the ministry of legal affairs, especially in the case of the city center plans. Other areas in Damascus planning permission for detailed master plan are directly issued by the REC without consulting the ministry of Local administration. In the case of the REC didn't have decision due to inefficient votes, then the application is under the revision of the ministry for final decision (Hasan, 2012). (See figure)

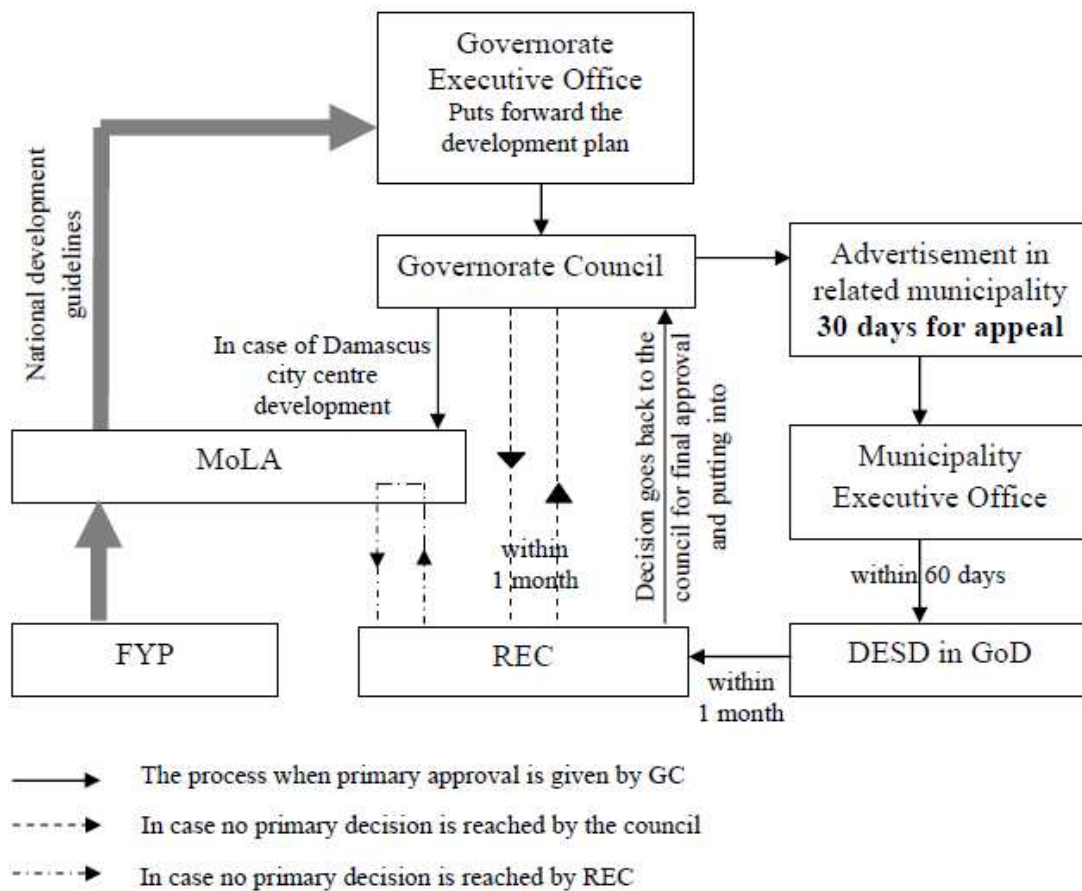


Figure 16: Urban development decision making process Source (Hasan ,2012)

In the end, the main role of Damascus local government is carried by: UPD, DOD (old city) and DESD in relating the urban development of the aspect of land-use. UPD and DOD control the preparation for planning and the application of the process, while DESD through its ESD is responsible of the managing and providing local services, and monitoring the instalment of the regulations of the planning in the neighborhood level, in some cases the DESD supervision the development of the project implementation with its area. Since the GEO is the main entity to suggest development plan strategies and designs, it verified the governorates authorities. Those strategies and designs are revised and amended by REC. But the control of approving master plan development is the ministry of Local administration responsibility, however the detailed plans on neighborhood level is approved by the governorate council (Hasan, 2012).

5.3.2. DAMASCUS ECONOMY

According to (JICA, 2009), the economy of Damascus gains its strength from the fact that Damascus plays the role of the capital administratively, legislatively, touristically and financially with a large size of investment and labor force.

The industrial sector in the city is mostly run by the state and includes various activities like chemical industries, textile, conservative foods and construction materials like cement. However, due to the liberalization policies in the early 2000s, a privatization process on a small scale started to happen and some industries had been led by the private sector, while the traditional handicraft industries were located in the heart of the old city (John F. Devlin, 2016).

The public and the private sectors are both involved and run the economic activities in Damascus. Despite the control of the state over the large economic activities, when it comes to the Services sector like finance, communications, trade and education, there is a fierce competition from the private sector. Due to that and the fact that many medium and small sized enterprises are run by the private sector, it is becoming a major employer in the city.

According to (Lorka K., 2009), many factors led to the growth of the private sector to become an essential employer in the city, which are:

- The growing freedom given to the private sector
- The state's failure to restructure the public sector which led to a privatization movement.
- The failure of the public sector in competing internationally.
- The lack of new graduates provided by the state.

The informal settlements located on the edges of the city also play a role in the economic equation in the city of Damascus. These settlements held several informal economic activities that are growing as fast as these settlements and their effect on the economic situation in Damascus is significant. Most of these economic activities are the real estate, trading and small manufactures. However, the location or the effect of these informal activities is not only within the informal settlements but exceeds it to the urban areas of the city.

According to (Abdin, 2008) (Jenkins, 2002), despite that these activities are not formal, there is a locally-based social network on a high level of organization and includes some important members in the public sector who will make sure of the tolerance of the local authorities with these activities. Many regulations regarding the market restructure and the economic situation were issued but none of them affected the informal economic activities truly, because it has a very strong position in the market. However, these activities are all happening on a small scale which does not have a significant effect.

Due to the existence of the majority of the administrative and executive bodies of the economic activities of the public sector in Damascus besides the biggest private formal activities, the city has the best employment rate in the country. However, Damascus's charm was not only because of its economic growth and job opportunities but for being the largest educational center in the country. This made Damascus the city number one for internal emigration for work purposes or education. This led to a significant growth of the city since 1990s till now.

According to (CBoS, 2007), the labor force in Damascus has a higher skill level than other labor forces in other cities. The reason for that is due to the educational achievements done in the last years. In addition, the recent competition between the private and the public sector to attract a highly skilled labor force. Therefore, it is expected that the formal employment rates will decline and the informal employment will grow.

To sum up, Damascus has one of the largest and strongest economies in the country which is reflected on the employment rates too. The formal economic activities were mostly controlled by the public sector until the private sector started to dominate the market due to many factors like the low productivity of the public sector and the freedom given to the private sector. In addition, the desire of both public and private sectors to hire highly skilled labor force led to a significant growth of the informal economic activities supported by a wide and well developed social networks that has relation to the public sector in order to provide protection for these activities.

A strong state-market relationship was established in terms of formal and informal activities due to the unique and diverse market environment that has been created as a result of the nature of the economy Damascus has. It is undoubtable that this relationship exists in the area of planning governance.

5.3.3. DAMASCUS CIVIL SOCIETY

The population of Damascus is made of a diverse combination of various ethnicities and religions (Fakoush, 2009). The structure of the formal civil society in Damascus is well-organized, but its function space is limited to a few economic, social, and environmental matters, and has a tight supervision from relevant ministries. In the GoD, formal CSOs represent various civil society interests, but the effectiveness and extent of this representation vary from one CSO to another according to its size, activeness, and organizational structure (Anon., 2015).

After 2001, most economic CSOs were founded. The number of these CSOs is still small and they are mainly in the form of professional and business non-profit organizations that advocate market opportunities and cooperation with international parties. It is worth mentioning that

CSOs with an economic function are established under the guidance of and with the consent of the MoET (Anon., 2015)

Social CSOs are those that are mainly involved with capacity building, provision of services, and cultural functions. The majority of socially-based CSOs are in the form of charities that provide assistance with the costs of health services, food, and clothing, in addition to orphan support. Religion CSOs in Damascus are active, but their activities mainly consist of praying, preaching, and charity fundraising. There is a small number of development CSOs in Damascus. However, most of them work in evaluating public awareness regarding matters associated with the environment and built-heritage. These CSOs could have an impact on development decision-making in case a representative is called out to attend the GoD workshops or REC meetings on related developments. Nevertheless, development-based organizations established after 2007 are currently concentrating on capacity-building and awareness of the significance of attitude-changing as a way to promote learning and cultural, heritage, and rural development. These function via effective partnerships with governmental, international, and private organizations. All social SCOs work under the supervision of the Ministry of Social Affairs and Labor (MoSAL).

Although formal CSOs are well-organized and a number of them being effective in their areas of function, wider community groups are still not included in them, in terms of representation and delivery of services. This is coupled with the inability of local authorities to cope with the significant demographic changes in the city over the preceding 60 years and the private-sector only being involved in providing service to societal groups of medium and high economic status, which do not represent much of the population of Damascus.

Consequently, informal, grassroots, and community organizations have developed in the shape of economic, social, and cultural practices. These are basically based on rural traditions, considering that a large portion of Damascus' inhabitants have emigrated from rural areas, but are widely altered by the urban setting. These informal CSOs are very effective when it comes to the delivery of services, and are normally represented through family elders or members of the community that are well-connected with the private sector and local authorities by kin relationships. This delivers services to those who are not represented via formal CSOs or those who are financially disadvantaged and cannot fulfill their needs by the formal ways of representation or market (Hasan, 2012).

To sum up, the civil society in Damascus have a religious and ethnic diversity. There are two kinds of organizational structure that define the relationship between the city's community and the private and the state sectors. The first one is the formal civil society structure which is reflected in various CSOs; mostly social, economic, or environment-based. These CSOs range in their representation and effectiveness level in regards to service delivery. Nevertheless, the poor autonomy of these CSOs, along with the government's incompetence in covering the service needs of the society, and the lack of interest of the private sector in investing in social services, has resulted in the occurrence of the second type of civil society. This type is informal and based on kin relationship. However, it has shown to be more effective in the delivery of services and more representative of the needs of the locals. That is established via its strong connection with the local authorities, the private-sector, and formal CSOs.

5.4. CONCLUSION

The results of the analysis show that "accountability" takes the lead in the city's ratings for the various elements, with "participation" coming in last. For Damascus, the urban governance rating based on the UGI is 0.4085. Regarding the four elements that make up the UGI, Damascus is at the top of the list for "accountability" with a rating of 0.715, and also has prevalent scores in "equity" at 0.369, "effectiveness" at 0.277, and "participation" at 0.273 (Figure 12). The leading accountability rating can be attributed to the recent advancements in improving accountability and transparency tools in relation to their composition and execution by the Central Authority for the Supervision and Inspection. The low result for participation could be attributed to the fact that there was no openly elected mayor, a lack of voter patronage in the last election, and a somewhat low amount of civic relations in Damascus.

The analysis of good urban governance, as previously visited in chapter 2, requires not only the exact indicators, but also the standards by which the proportions are to be gauged. This analysis referred to the UN-Habitat Urban Governance Index's standards to create an index of Damascus' city governance, which revealed the most fragile element in Damascus urban governance to be participation. There are a strategic collection of indicators within the UGI approach that can be used as an initial observational mechanism with the objective of organizing data and information related to Damascus urban governance. A basis for and overall image of current governance is provided by the analysis and accommodates an evaluation of the results. However, there are some flaws in exercising the UGI approach, and there were some serious difficulties presented in the analysis of urban governance concerns in Damascus. Urban governance can be described as the outcome of interrelations, associations, and networks connecting various actors involved in city governance. The concern is that of the UGI's ability to comprehensively gauge these exchanges for the whole collection of actors who

are meant to partake in urban governance in Damascus. This study confronts this concern by offering an acute observation of the actors in the urban governance in Damascus and their communications.

Moreover, from a methodological point of view, the UN-Index is fully founded on employing only Data is derived from the statistics, documents and laws of government agencies that may suffer from lack of transparency. This can be a precarious method for analysis and may not be entirely efficient in accurately articulating the performance of urban governance in Damascus.

The local government revenue has gradually declined from 2014 to 2016, reflecting the economic impact of the conflict, which is getting worse over time. Moreover, the rate of tax evasion is 58%, which is relatively large; in fact, this indicates a decline in state authority over a large segment of individuals and groups who have exploited the conflict. Another contributing factor is the government's preoccupation with maintaining security and expanding military operations to maintain the capital's borders, and as a result, they evade their responsibilities in the belief that no one will hold them accountable.

As for the financial aspects of the Effectiveness Index, an important issue must be taken into consideration in times of war, which is the involvement of international actors in the process of financing their allies in order to protect their interests and expand their political agendas. Damascus, which is under government control, has received funding from its allies since the outbreak of the armed conflict, but this funding goes mostly to the military sector.

With regard to the Equity Index, Indicators 10 and 11 demonstrate a significant decrease in the level of gender equality in terms of women's representation in decision-making positions, which is something common in the Global South in general, and in the Middle East in particular. In the Damascus Governorate Council, the percentage of women councilors is 23.53%, and the percentage of women in key positions is 2.35%. Indicators 9 and 12 show a neglect of the citizens' entitlement to know and understand the rights and duties resulting from access to basic services, as well as a disregard for the population's standard of living and the areas in which they reside when charging these services and treating the rich as poor.

Participation achieved the lowest rating because of the absence of a mechanism for a mayoral election, since the mayor is directly appointed by the President. In addition to the low turnout of voters in the recent elections (due to the division of civil society between supporters and opponents of the government during conflict), the oppositional citizen does not consider the government legitimate and refuses to participate in the election of any party or institution that represents it. It can also be said that poor participation is due to the absence of public platforms that bring together all citizens and give them the right to express their issues and concerns, which would facilitate effective participation in decision-

making processes. This is evidenced by Indicator 17 (with the absence of a forum for citizens to express their views) and Indicator 18 (“civil associations per 10,000 population”), which is 0.54 per 10,000 inhabitants — a very small and incompetent number.

During conflict, a large number of people flee the country, either to seek better living conditions due to the deterioration of the economic situation or to save their lives because of insecurity in the areas where they live. However, the Syrian diaspora is a critical issue for the participation and decision-making processes that relate to the present and future of Syria, and should thus be taken into consideration when assessing the participation indicator regarding UGI. Moreover, effective mechanisms must be created to involve the people in decision-making processes, regardless of their political, religious, or ethnic orientations.

With regard to the accountability index, its relatively high value does not reflect its performance on the ground. For example, Indicator 23 deals only with the presence or absence of an anti-corruption committee, but does not measure its performance. Reports and investigations conducted by the Damascus Branch of the Central Authority for Supervision and Inspection are not accessible and transparent, which weakens the credibility of this commission to carry out the task of accountability. In addition, there is a clear dominance by state institutions at the expense of civil society participation in the calculation of sub-indicators of accountability, and this gap must be bridged in order to achieve a high level of accountability.

6

CONCLUSION

6.1. MAIN CONCLUSION

The main conclusions of this research are summarized by discussing the main objectives mentioned in chapter 1.

Objectives of the Theoretical Discussion

Objective 1: To shed light on the urban governance concept and its implication in the literature and the international development context.

Chapter 2 delivered multiple definitions of governance and urban governance from different perspectives of international bodies, whereas, the strategies and visions of those bodies has their impact on the formation of this concept. In this context, the international organizations such as World Bank and IMF prioritize the economic and financial factors over other factors due to their function and policy. On the other hand UN organizations such as UNDP, UN-HABITAT and UNESCO consider all factors of urban governance based on the principles on democracy. This study adopts the UN form of urban governance, more specifically, the definition which has been delivered in the (Habitat III) conference which took place in Quito, Ecuador, from 17 – 20 October 2016 as “*It is the software that enables the urban hardware to function, the enabling environment requiring the adequate legal frameworks, efficient political, managerial and administrative processes, as well as strong and capable local institutions able to respond to the citizen’s needs.*”. In addition, this chapter presented the sphere of the

governance key actors (State, Civil Society, and Private sector), in terms of the role of each actor within the governance system and the interrelations between them.

Objective 2: To identify the norms and indicators of good urban governance that followed to measure its performance.

Chapter 2 explained that this research adopts the Un-Habitat norms of Good Urban Governance which have presented in the Global Campaign on Good Urban Governance in 2001. These norms are “*sustainability, subsidiarity, equity, efficiency, transparency and accountability, civic engagement and citizenship, and security*”. In addition, it presented the Urban Governance Index (UGI) as a methodology for evaluating the performance of urban governance in Syria and pointed out the limitations of UGI in addressing the interaction between the key actors involved. Therefore, this study included an analytical framework for key actors besides the application of UGI.

Objective 3: To examine the characteristics of urban governance during conflict, and the main shifts of the role of decision making actors, in addition to the norms followed in assessing urban governance in wartime.

Chapter 3 discussed the dynamics of urban governance during the conflict. Starting with the characterization of conflict types, namely the sovereign conflict, civic conflict and civil conflict, stressing that the understanding of the type of conflict identifying the type of conflict and the key actors involved, would help to understand the behavior of urban areas and to anticipate the social and economic consequences of conflict. In addition, this chapter presents the change in urban governance during the conflict, which is accompanied by new actors at the local and international levels, as a result of the governance gaps caused by the failure of the state and the division of civil society. This mode of urban governance which combined local and international presented by (MacGinty, 2011) as Hybrid Governance, and he suggested three principles for evaluating urban governance during conflict as follows:

- **Effectiveness:** means the provision of basic services to the population of electricity, water, education, health, etc., and the distribution of these services fairly and equitably. In addition to reactivating the economy in order to secure a decent standard of living.
- **Security:** It means protecting citizens and securing their lives by creating security and judicial institutions such as police and security and organizing their work through fair laws and regulations.
- **Legitimacy:** is the social contract that regulates the relationship of citizens with state institutions and the private sector. It is based on a set of beliefs, values and legislations that guarantee and

protect the rights of citizens. Under this contract, public authorities are empowered to handle the affairs of citizens.

Objectives of the Case Study

Objective 4 TO explore the urban governance reality in Syria, and identify its key actors of action, currently and before the conflict.

Chapter 4 meets this objective through analyzing the role of key actors in Syrian governance before and during the conflict.

Before the conflict

Following the year 2000, Syria has undergone significant shifts within its governance setting. This was evident in the Syrian 10th FYP (2006-2010), putting an emphasis on the decentralization of government, increasing the activities and investment of the market, and lastly enabling the participation of civil society in the process of development. However, it can be assumed that the Syrian government is still perceived to be centralized to a large extent before the conflict and it continued with the same approach during it, in other words, Syria has not achieved the transition from government to governance yet. Moreover, despite the increase of investments in the services and market activities in favor of the private sector, they are still greatly dominated by the state and nowhere near attending to local demands, notably of those with a lower economic status. On the other hand, the parliament along with a number of organizations of principally cultural and environmental functions are considered to be the representatives of the civil society. However, they have a limited freedom of action as they are controlled by the central government, which prevents them from having access to all social groups. This also hinders debating fundamental developmental needs with the development authorities, as these are not incorporated in their agenda of actions. A more active and broader form of civil society has consequently occurred, which is not formally represented or acknowledged, but is well organized and strongly associated with private, formal, and governmental CSOs. This civil society form is based upon kinship and is thought to be highly competent on societal, financial, and cultural levels.

During the conflict

The governance during conflict has shifted from the state -market- society manipulation to the state failing, a conflicted economy, and a torn-society. These circumstances have cultivated different governance configurations, including local, and international actors that have risen to fill in where the state has fallen short. These groups comprise civil society assemblies, Local Councils, Extremist Groups, Sharia Courts, and warlords, the National Coalition of the Syrian Revolution, international bodies and private stockholders. A “hybrid governance” is being constructed as civil society and state-building assemblies are making an effort to rebuild and/ or develop governance whether including these

elements or not. Regardless, this hybridity procedure appears to lean more towards international reconstruction ideals that center on hierarchical technocratic-institutionalization and actually worsen the weakness and division of civil society in Syria, given its civil society's already fragile configuration. This results in the enablement of radical groups to fill in as a mode of governance, and even the international intercessors who mean well often fail to be productive in this regard.

Objective 5 Assessment of urban governance performance in the Damascus

Chapter 5 delivers the results of the application of urban governance index in Damascus. The analysis show that "accountability" takes the lead in the city's ratings for the various elements, with "participation" coming in last. For Damascus, the urban governance rating based on the UGI is 0.4085. Regarding the four elements that make up the UGI, Damascus is at the top of the list for "accountability" with a rating of 0.715, and also has prevalent scores in "equity" at 0.369, "effectiveness" at 0.277, and "participation" at 0.273.

The result dissection showed that Participation achieved the lowest rating because of the absence of a mechanism for a mayoral election, since the mayor is directly appointed by the President. In addition to the low turnout of voters in the recent elections (due to the division of civil society between supporters and opponents of the government during conflict), the oppositional citizen does not consider the government legitimate and refuses to participate in the election of any party or institution that represents it. It can also be said that poor participation is due to the absence of public platforms that bring together all citizens and give them the right to express their issues and concerns, which would facilitate effective participation in decision-making processes. Another critical issue highlighted regarding participation which is the Syrian diaspora and their role in participation and decision-making processes. Whereas Syria now and in the future cannot be shaped without their voice.

Regarding the accountability indicator which achieved the high score, the discussion pointed out that high value does not reflect its performance on the ground, and there is a gap must be bridged in order to have realistic score of accountability.

Equity indicator showed that there is a lack in service delivery to the citizen by the local government in addition to absence of the laws and the regulations that protect citizen's rights. In addition to the significant weakness of women's representation in decision-making positions.

The low score of Effectiveness indicator which is related to financial aspects reflects the conflict impact on economy.

This study has shown that it is necessary to adapt the general concepts of urban governance to conflict or post-conflict situations, that there are some specific issues in that adaptation in need to be addressed. These issues can be summarized in the following points :

- The conflict coincides with the emergence of a number of local and international actors, each with its own interests and agendas. This complexity needs to be thoroughly studied and analyzed in order to understand the points of convergence and difference between these actors and their impact on the performance of governance during the conflict.
- The diaspora community, which is fleeing the country due to deteriorating economic and security conditions, must be considered an integral part of the local community and should have a presence when making decisions. This point should be taken into account when talking about urban governance in the wartime, and also the internally displaced people must be integrated and promoted in the participation process.
- In evaluating urban governance during conflict through the UN approach, indicators must be adapted to changes in the new governance landscape that presupposes the conflict. For example, the participation index must take into account the voice of the diaspora, and the effectiveness indicator should take into account the financial support of the international actors of their allies. To extend their political and economic agendas.

As for the Syrian conflict, predicting future mode of governance is as complex as the complexity of local and international actors involved in the conflict. The political and economic power that will follow the war will broadly determine what urban governance will be, perhaps it will follow the neoliberal agendas or socialist social ideology. However, there is a set of issues that must be taken into account in present and in the future:

- Adopting the concept of governance in Syria and taking serious steps to move from government to governance.
- To enhance the principle of transparency and accountability and to develop mechanisms and tools that guarantee effective performance without the interference of any authority.
- Empower women and find instruments and means to ensure their right to equality and participation in decision-making.
- To achieve the principle of equity through providing the services such as nutrition, education, work, housing, healthcare, water, hygiene, and other basic services to all citizens, including the poor, the young, the old, the handicapped, and religious and ethnic minorities.
- Create mechanisms and means to involve the Syrian diaspora in making present and future Syria and delivering their voice to Syria

6.2. FUTURE STUDIES

The discourse about urban governance and conflict have recently emerged prominently in the literature of the social sciences and urban politics. However, there are relatively few studies that address the

relationship between these two concepts, and the mutual influence between them, and thus there is a research gap that needs to be filled. This study delivered an initial idea about the urban governance during the conflict in terms of the role of key actors involved in the decision-making process, and the assessment of urban governance in wartime. This issue needs further research and investigation, firstly exploring the role of key actors in urban governance during the conflict, the identification of these actors, and the nature of interactive relations between them. Secondly, the adoption of urban governance assessment mechanisms that take into account conflict as a key factor, for example adapting the urban governance index to fit the changes in governance during conflict.

Another crucial issue that needs to be investigated is that most data are used to calculate the index of urban governance, is derived from the statistics, documents and laws of government agencies that may suffer from lack of transparency and the Data issued by it is not in accordance with reality. This brings up an important idea for discussion "The Urban Governance Index between Theory and Practice".

With regard to the Syrian context, each of the key actors involved in the urban governance could be studied separately in depth, for instance, more study could be directed to address the role of international actors during Syrian conflict in peacebuilding and reconciliation process. In addition, this study could be extended to address critical issues regarding the urban governance in a post-conflict phase.

References

- Avis, W. R., 2016. *Urban Governance (Topic Guide)*, Birmingham, UK: GSDRC, University of Birmingham.
- Barakat, S., 2005a. *After the Conflict: Reconstructions and Redevelopment in the Aftermath of War*. London: IB Tauris.
- HYSING, E., 2009. From Government to Governance? A Comparison of Environmental Governing in Swedish Forestry and Transport. *Governance*, 22(4), p. 647–672.
- McKinlay, P., Pillora, S., Tan, S. F. & Von Tunzelman, A., 2011. *Evolution in Community Governance; Building on What Works*, Sydney: Australian center of excellence for local government.
- Wang, V., Suhrke, A. & Tjønneland, E. N., 2004. *Governance Interventions in Post-War Situations: Lessons Learned*, Bergen, Norway: CMI.
- Abdelrahman, M., 2004. *Civil Society Exposed: The Politics of NGOs in Egypt. Volume 40 of Tauris Academic Studies*. London: I.B.Tauris.
- Abdin, Y. A.-M. I., 2008. *A Study on the Effect of the Violation of Urban Regulations in Force on Accommodating Planning Aspects in Damascus City*, s.l.: Damascus University.
- ACAPS, 2013. *Syria Needs Analysis: Impact of the Conflict on Syrian Economy*, Switzerland: the Syrian Needs Analysis Project .
- Al-Dardari, A., 2008. *Towards a social market economy*. [Online]
Available at: <http://www.financialexpress.com/archive/towards-a-social-market-economy/323685/>
[Accessed 16 7 2017].
- Anderson, M. B., 1999. *Do no harm: how aid can support peace--or war*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- Anon., 2015. *Ministry of Economy and Foreign Trade*. [Online]
Available at: <http://syrecon.gov.sy/>
[Accessed 05 August 2017].
- Auclair, C & Jackohango, A, 2009. *Good urban governance: Towards an effective private sector engagement*, Nairobi: UN-Habitat.
- Baczko, A., Dorronsoro, G. & Quesnay, A., 2013. *Building a Syrian state in a time of civil war*, Washington: Carnegie Endowment for International Peace.
- Banachowicz, B & Danielewicz, J, 2004. *Urban Governance: The New Concept of Urban Management*, Chicago: University of Illinois.
- Beall, J., Goodfellow, T. & Rodgers, D., 2013. Cities and conflict in fragile states in the developing world. *Urban Studies*, 50(15), pp. 3065-3083.
- Belloni, R., 2001. Civil society and peacebuilding in Bosnia and Herzegovina. *Journal of peace Research*, 38(2), pp. 163-180.

- Bigdone, C. & Hettige, S., 2003. *Local governance and conflict management*, s.l.: South Asia Institute, University of Heidelberg.
- Bishop, R. & Clancey, G., 2008. The City-as-Target, or Perpetuation and Death. In: S. Graham, ed. *Cities, War, and Terrorism*. Malden, MA, USA.: Blackwell Publishing, pp. 54-74.
- Bojicic-Dzelilovic, V., Ker-Lindsay, J. & Kostovicova, D., 2013. *Civil Society and Transitions in the Western Balkans*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Brinkerhoff, D. W., 2005. Rebuilding governance in failed states and post-conflict societies: core concepts and cross-cutting themes. *Public Administration and Development*, 25(1), p. 3–14.
- Call, C. T., 2008. The Fallacy of the 'Failed State'. *Third World Quarterly*, pp. 1491-1507.
- Campbell, T., 2012. *Beyond Smart Cities: How Cities Network, Learn and Innovate*. New York: Earthscan.
- CASI, 2015. *Central Authority for the Supervision and Inspection*. [Online]
Available at: <http://www.casi.gov.sy/node15/english/>
[Accessed 5 August 2017].
- CBoS, 2007. *Statistical Studies and Definitions*. [Online]
[Accessed 2017 July 17].
- Central Bank , 2016. *Monetary and economic data*. [Online]
Available at: <http://mail.banquecentrale.gov.sy/main-ar.htm>
[Accessed 20 August 2017].
- CIA, 2011. <http://www.damascus.gov.sy/NR/exeres/D5D7DCEA-6A44-4EB5-B365-1413C23618DA.htm>. [Online]
Available at: <http://www.damascus.gov.sy/NR/exeres/D5D7DCEA-6A44-4EB5-B365-1413C23618DA.htm>
[Accessed 14 7 2017].
- Creswell, J. W., 2013. *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. Thousand Oaks, California: Sage publications.
- Da Cruz, N. F. & Marques, R. C., 2012. Mixed companies and local governance: no man can serve two masters. *public administration*, 90(3), p. 737–758.
- Damas.gov., 2006. *Directorates of Damascus Governorate*. [Online]
Available at: <http://www.damascus.gov.sy/NR/exeres/D5D7DCEA-6A44-4EB5-B365-1413C23618DA.htm>
[Accessed 10 August 2017].
- Damas.gov, 2006. *Citizen Services*. [Online]
Available at: <http://www.damascus.gov.sy/NR/exeres/8305255D-B9D9-44D8-9D2D-1C4948EF2484.htm>
[Accessed 10 August 2017].
- Damas.Gov, 2012. *Ministry of Local Administration Damascus Governorate*. [Online]
Available at: <http://www.damascus.gov.sy/NR/exeres/079751CA-CA95-4AC8-B958->

7CEFF4DDF4FB.htm

[Accessed 20 August 2017].

Damascus University, 2011. *University of Damascus Laws and Legislations*. [Online]

Available at: <http://www.damascusuniversity.edu.sy/2011-09-18-07-50-36/2011-09-18-07-51-21>

[Accessed 10 August 2017].

Davoudi, S., Evans, N., Governa, F. & Santangelo, M., 2008. Territorial governance in the making. Approaches, methodologies, practices. *Boletín de la AGE*, Volume 46, pp. 33-52.

Decision, A., 2011. *Syrian Arab Republic Institutions*. [Online]

Available at: http://www.arabdecision.org/coun_sel_3_5.htm

[Accessed 17 7 2017].

Diamond, L. & McDonald, J., 1996. *Multi-track Diplomacy: A Systems Approach to Peace*. 3, illustrated ed. West Hartford: Kumarian Press.

D. i. f. i. s., 2012. *Sanctioning Assad's Syria: Mapping the Economic, Socio-economic and Political Repercussions of the International Sanctions Imposed on Syria Since March 2011*, Copenhagen: Danish Institute for International Studies..

Dostal, J. M. & Zorob, A., 2009. Syria and the mediterranean partnership. *Syria Studies*, 1(2), pp. 1-79.

Edwards, L. M., 2010. *State-building in Afghanistan: A Case Showing the Limits*, s.l.: International Review of the Red Cross.

ESCWA, 2014. *Economic and Social Commission for Western Asia*. [Online]

Available at: <https://www.unescwa.org/news/abdallah-al-dardari-appointed-deputy-executive-secretary-escwa>

[Accessed 16 7 2017].

Esser, D., 2013. The Political Economy of Post-invasion Kabul, Afghanistan: Urban Restructuring beyond the North–South Divide. *Urban Studies*, 50(15), pp. 3084 - 3098.

Fakoush, O., 2009. *Analysis Study on Illegal Houses in Qassioun Mount*, Damascus: Damascus University.

Fischer, M., 2006. *Civil Society in Conflict Transformation: Ambivalence, Potentials and Challenges*, Berlin: Berghof Research Center for Constructive Conflict Management.

GOD, 2006. *Governorate of Damascus*. [Online]

Available at: <http://www.damascus.gov.sy/NR/exeres/D5D7DCEA-6A44-4EB5-B365-1413C23618DA.htm>

[Accessed 14 7 2017].

Graham, S., 2009. *Cities Under Siege: The New Military Urbanism*. London: Verso.

Haddad, R., 2009. *Changes in the Nature and Governance of Public Spaces in the historic city centre : the case of Damascus*, Edinburgh: school of the built environment, Heriot Watt University.

Harbom, L. & Wallensteen, P., 2007. Armed Conflict, 1989—2006. *Journal of Peace Research*, 44(5), pp. 623 - 634.

- Hasan, S., 2012. *Civil Society Participation in Urban Development in Syria*, Edinburgh: Heriot-Watt University.
- Hasan, S., 2012. *Civil society participation in urban development in Syria.*, Edinburgh: Heriot-Watt University.
- Hendriks, F., 2013. Understanding Good Urban Governance: Essentials, Shifts, and Values. *Urban Affairs Review*, 50(4), pp. 553 - 576.
- Hills, A., 2008. Continuity and Discontinuity: The Grammar of Urban Military Operations. In: S. Graham, ed. *Cities, War, and Terrorism: Towards an Urban Geopolitics*. Malden, MA, USA: Blackwell Publishing, pp. 231-246.
- IMF, 1997. *Good Governance: The IMF's Role*, Washington, D.C: International Monetary Fund.
- Jackson, P. & Scott, Z., 2007. *Local government in post-conflict environments" Workshop on local government in post-conflict situations: Challenges for improving local decision making and service delivery capacities"*. Oslo, Norway, s.n.
- Jenkins, K. & Plowden, W., 2006. *Governance and Nationbuilding: The Failure of International Intervention*. Michigan: Edward Elgar.
- Jenkins, P. & Wilkinson, P., 2002. Assessing the growing impact of the global economy on urban development in Southern African cities: Case studies in Maputo and Cape Town. *Cities*, 19(1), pp. 33-47.
- Jenkins, P. W. P., 2002. Assessing the Growing Impact of Global Economy on Urban Development in Southern African Cities: Case studies in Maputo and Cape Town. *In Cities*, 19(1), pp. 33-47.
- Jessop, B., 1998. The rise of governance and the risks of failure: the case of economic development. *International Social Science Journal*, 50(155), p. 29–45.
- JICA & J. I. C. A., 2009. *Planning and Urban Development Project in Greater Damascus Region, Final Report*, Damascus: Ministry of Local Administration.
- JICA, J. I. C. A., 2009. *The Project for Urban Planning and Development in Damascus Metropolitan Area in the Syrian Arab Republic: Inception Report*, Damascus: DMA-UPD Reports Inception Report, (Government Document) Damascus Governorate.
- John F. Devlin, N. O. R., 2016. *Damascus*. [Online]
Available at: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/150420/Damascus>
[Accessed 11 08 2017].
- Kaldor, M., 1999. *New and old wars: Organized violence in a Global Era*. s.l.:Polity press, Cambridge.
- Kaldor, M., 2003. Global civil society: An Answer to War. *International Affairs*, pp. 583-593.
- Kalyvas, S., 2006. *The Logic of Violence in Civil War*. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press.
- Kearns, A. & Paddison, R., 2000. New Challenges for Urban Governance. *Urban Studies*, 37(5-6), pp. 845 - 850.

- Khalaf, R., 2013. *The Development Paradox: The Case of Reform and Social Market Economy*, London: Unpublished University College.
- Khalaf, R., Ramadan, O. & Stolleis, F., 2014. *Activism in Difficult Times Civil society groups in Syria*. Beirut: Badael Team.
- Klein, N., 2010. *The shock doctrine, the rise of disaster capitalism*, New York: Henry Holt and company.
- Landau-Wells, M., 2008. *CAPITAL CITIES IN CIVIL WARS: THE LOCATIONAL DIMENSION OF SOVEREIGN AUTHORITY*, London: London School of Economics and Political Science.
- Lange, F. E., 2009. *Urban Governance: An Essential Determinant of City Development*, Friedrichsdorf. Germany: World Vision Institute for Research and Development.
- Leautier, F., Kaufmann, D. & Mastruzzi, M., 2005. *Governance And The City : An Empirical Exploration Into Global Determinants Of Urban Performance*. Washington, DC: Policy Research Working Paper; No. 3712. World Bank.
- LOC, L. o. C., 2005. *Country Profile: Syria*, Washington, D.C.: Library of Congress – Federal Research Division.
- Lorka K., R. B., 2009. *The State's Decision to Restructure the Public Sector: Is it a step forward or a preparation for privatisation?*. [Online]
Available at: http://www.syria-news.com/readnews.php?sy_seq=90824
[Accessed 04 08 2017].
- Luckham, R., 2004. The International Community and State Reconstruction in War-torn Societies. *Conflict, Security & Development*, 4(3), pp. 481-507.
- MacGinty, R., 2011. *International peacebuilding and local resistance, Hybrid forms of peace*. Hampshire: Palgrave Macmillan UK.
- MacGinty, R. & Williams, A., 2009. *Conflict and Development*. New York: Routledge Perspectives on Development.
- Maldonado, N., 2010. *THE WORLD BANK'S EVOLVING CONCEPT OF GOOD GOVERNANCE AND ITS IMPACT ON HUMAN RIGHTS*, Stockholm: Doctoral workshop on development and international organization.
- MAM, 2008. *Informal settlements in Syria: a general framework for understanding and confronting the phenomenon*, Damascus: Municipal Administration Modernisation (MAM).
- Marchettia, R. & Tocci, N., 2009. Conflict society understanding the role of civil society in conflict. *Global Change, Peace & Security*, pp. 201-217.
- Marchetti, R. & Tocci, N., 2009. Conflict society: understanding the role of civil society in conflict. *Global Change, Peace & Security*, 21(2), pp. 201-217.
- Mathur, O. P., 1999. *Governing cities: Facing up to the challenges of poverty and globalization*. s.l.:Mathur, India. Parastatal and Local Government Service Delivery.

McCann, E., 2017. Governing urbanism: Urban governance studies 1.0, 2.0 and beyond. *Urban Studies*, 54(2), p. 312–326.

Minnery, J., 2007. Stars and their Supporting Cast: State, Market and Community as Actors in Urban Governance. *Urban Policy and Research*, 25 (3), pp. 325-345.

MOF, 2015. *Taxes and fees sector*. [Online]
Available at: <http://www.syrianfinance.gov.sy/arabic/budget/regulations-taxes-duties.html>
[Accessed 20 August 2017].

MOI, 2012. *Ministry of Interior*. [Online]
Available at:
<http://syriamoi.gov.sy/portal/site/arabic/index.php?node=30&StartSearch=1&Keywords=%C7%E1%C7%E4%CA%CE%C7%C8%C7%CA>
[Accessed 25 August 2017].

MOLA, 2014. *Ministry Of Local Administration and Environment*. [Online]
Available at: <http://mola.gov.sy/mola/index.php/plans-and-laws/70-%D8%A7%D9%84%D9%86%D8%B4%D8%A7%D8%B7%D8%A7%D8%AA/%D8%A7%D9%84%D9%86%D8%B4%D8%A7%D8%B7%D8%A7%D8%AA/3338-%D8%A7%D9%84%D8%B1%D8%A6%D9%8A%D8%B3-%D8%A7%D9%84%D8%A7%D8%B3%D8%AF-%D9%8A%D8%B5%D8%AF%D8%B1-%D8%A7%>
[Accessed 15 August 2017].

MOLA, 2017. *Citizens complaints*. [Online]
Available at: <http://mola.gov.sy/mola/index.php/%D8%B4%D9%83%D8%A7%D9%88%D9%8A-%D8%A7%D9%84%D9%85%D9%88%D8%A7%D8%B7%D9%86%D9%8A%D9%86>
[Accessed 10 August 2017].

Moser , C. & Rodgers , D., 2012. *Understanding the tipping point of urban conflict: global policy report*, Manchester : The University of Manchester .

MOWR, 2014. *Water Legislation Law 31 of 2005*. [Online]
Available at: <http://www.mowr.gov.sy/index.php?d=64&id=124>
[Accessed 25 August 2017].

MSA, 2014. *Ministry of Social Affairs*. [Online]
Available at: <http://www.mol.gov.sy/>
[Accessed 15 August 2017].

Muggah, R., 2012 . *Researching the Urban Dilemma: Urbanization, Poverty and Violence*. Ottawa: IDRC.

Muggah, R. & Savage, K., 2012. Urban Violence and Humanitarian Action: Engaging the Fragile City. *Journal of humanitarian Assistance*, 23(2), pp. 50-62.

Münkler, H., 2005. *The New Wars*. Cambridge, Malden: Polity Press.

Newman, J., 2004. Constructing Accountability: Network Governance and Managerial Agency. *Public Policy and Administration*, 19(4), pp. 17 - 33.

Obeng-Odoom , F., 2012. On the origin, meaning, and evaluation of urban governance. *Norwegian Journal of Geography*, 66(4), pp. 204-212.

OECD, 1995. *Participatory Development and Good Governance*. Paris: Organisation for Economic Co-operation.

Orjuela, C., 2004. *Civil Society in Civil War. Peace Work and Identity Politics in Sri Lanka*. PhD Dissertation, Department of Peace and Development Research, s.l.: University of Göteborg.

Oweis, K., 2013. *Syrian opposition shake-up falters ahead of peace conference*. [Online] Available at: http://www.reuters.com/article/us-syria-crisis-opposition/syrian-opposition-shake-up-falters-ahead-of-peace-conference-idUSBRE94Q01V20130527?feedType=RSS&feedName=topNews&utm_source=dlvr.it&utm_medium=twitter&dlvrit=992637

Özhabeş, H., 2013. *GOOD GOVERNANCE AND SELF-REGULATION MODELS FOR CIVIL SOCIETY ORGANIZATIONS*, s.l.: Technical Assistance for Civil Society Organisations- TACSO Turkey Office.

Paffenholz, T. & Spurk , C., 2006. *Civil society, civic engagement, and peacebuilding*, Washington, DC World Bank: Social Development Papers: Conflict Prevention and Reconstruction. .

Paris, R., 2004. *At war's end: building peace after civil conflict*. Cambridge: Cambridge University Press.

Parliament, 2007. *Trade Law No. 33 of 2007*. [Online] Available at: http://parliament.gov.sy/laws/Law/2007/k1_33_2007.htm [Accessed 28 August 2017].

Parliament, S., 2000. *Syrian Parliament*. [Online] Available at: <http://www.parliament.gov.sy/ar/law.php> [Accessed 15 July 2017].

Peschka, P. M., Emery, J. J. & Martin, K., 2011. *The role of the private sector in fragile and conflict-affected states*, s.l.: World Development Report.

Pouliny, B., 2005. *Civil Society and Post-Conflict Peacebuilding: Ambiguities of International Programmes Aimed at Building 'New' Societies*, Paris: Center for International Studies and Research.

ReliefWeb, 2013. *Syria Regional Analysis - 26 June 2013*. [Online] Available at: <https://reliefweb.int/report/syrian-arab-republic/syria-regional-analysis-26-june-2013>

Roberts, D., 2011. *Beyond the metropolis? Popular peace and post-conflict peacebuilding*, New York: British International Studies Association 2011.

Rode, P. & Saiz, . E., 2016. *policy unit 4: urban governance, capacity and institutional development*, London, UK: The London School of Economics and Political Science, LSE Cities.

Rodgers, D., 2010. *Urban Violence Is not (Necessarily) a Way of Life. Towards a Political Economy of Conflict in Cities*, Helsinki, Finland: UNU-WIDER.

Romeo, L., 2002. *Local Governance Approach to Social Reintegration and Economic Recovery in Post-Conflict Countries: Towards a Definition and a Rationale*, New York: discussion paper for the Workshop on 'A Local Governance Approach to Post-Conflict Recovery.

- Schakel, C., 2008. *Governance and Management of the United Nations*. Rotterdam: Erasmus University.
- Sorensen, A. & Okata, J., 2011. *Megacities: Urban Form, Governance, and Sustainability*. Japan: Springer .
- Staniland, P., 2010. Cities on Fire: Social Mobilization, State Policy, and Urban Insurgency. *Comparative Political Studies* , 43(12), pp. 1623 - 1649.
- Stanton, A. L., Ramsamy, E., Seybolt, P. J. & Elliott, C. M., 2012. *Cultural sociology of the Middle East, Asia, & Africa : an encyclopedia..* Washington: SAGE Publications.
- Streeten, P., 2007. *Good Governance: History and Development of the concept*. New York., Paper delivered at a symposium [Available online] http://www.novartisfoundation.com/pdf/symposia/rede_street06122002.pdf [Accessed 30 May 2007].
- Suri, S. n., 2009. *Urban planning and post-war reconstruction under transitional administrations: The case of Mostar*, s.l.: s.n.
- Sweeney, N. M., 2009. *Private Sector Development in Post-Conflict Countries: A Review of Current Literature and Practice.*, Cambridge: Donor Committee for Enterprise Development (DCED).
- Syrian Finance, 2007. *Legislative Decree No. 54 of 2006 including the Basic Financial Law*. [Online] Available at: <http://www.syrianfinance.gov.sy/arabic/budget/regulations-taxes-duties/152.html> [Accessed 10 July 2017].
- Syrian News, 2009. *Syrians doubt the decline in their standard of living despite government statements about the rise and increase growth*. [Online] Available at: http://syria-news.com/readnews.php?sy_seq=90306 [Accessed 14 7 2017].
- The World Bank, 1994. *Governance, The World Bank's Experience*, Washington, D.C: The World Bank.
- Thynne, I., 2000. The State and Governance: Issues and Challenges In Perspective. *International Review of Administrative Sciences*, 66(2), pp. 227 - 240.
- Un Habitat & ESCAP, 2000. *Draft report of the regional high-level meeting in preparation for Istanbul+5 for Asia and the Pacific*, Fukuoka, Japan: UN-Habitat.
- UN, 2017. *UN Data*. [Online] Available at: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Syrian%20Arab%20Republic#Trade> [Accessed 15 7 2017].
- UNDP, 1997. *Governance for sustainable human development, UNDP policy document*, New York: United Nations Development Programme.
- UNDP, 2005. *COUNTRY EVALUATION: ASSESSMENT OF DEVELOPMENT RESULTS SYRIA*, New York: United Nations Development Programme Evaluation Office.
- UNDP, 2011. *Final Report. Socio-Economic Outcome Evaluation under Outcome B3. An Empowered Civil Society*, Damascus: United Nation Development Program-Syria.

- UNESCAP, 2009. *What is Good Governance?*, New York: Economic and Social Commission for Asia and the Pacific.
- UNESC & U.N., 2006. *Definition of basic concepts and terminologies in governance and public administration*, New York: United Nation Economic and Social Council.
- UN-HABITAT, 1996. The Istanbul Declaration on Human Settlements. *Population and Development Review*, 22(3), pp. 591-594.
- UN-HABITAT, 2002. *Global Campaign on Urban Governance: Concept Paper*, Nairobi.: UN-HABITAT.
- UN-HABITAT, 2004a. *Urban Governance Index: Conceptual Foundation and Field Test Report*, Nairobi: UN-HABITAT.
- UN-HABITAT, 2009. *International Guidelines on Decentralisation and Access to Basic Services for all*, Nairobi, Kenya: UN-HABITAT.
- UNISDR, 2015. *Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030*, Sendai City, Miyagi Prefecture, Japan.: UNISDR.
- United Nations, 2016. *The Sustainable Development Goals Report 2016*, New York: United nations.
- WB, 2007. *Private Sector in the Economy*. [Online]
Available at: http://siteresources.worldbank.org/DATASTATISTICS/Resources/table5_1.pdf
[Accessed 12 7 2017].
- World Bank, 2017b. *THE TOLL OF WAR. THE ECONOMIC AND SOCIAL CONSEQUENCES OF THE CONFLICT IN SYRIA*, Washington DC: World Bank.
- World Bank, 2017. *World Development Report 2017: Governance and the Law*, Washington, DC: World Bank.
- Yazigi, J., 2014. *Syria's war economy*, London: European Council on Foreign Relations .
- Zoellick, R. B., 2008. Survival: Global politics and strategy December 2008-January 2009. *Fragile States: Securing Development.*, pp. 67-84.